

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LEANDRO PETARNELLA

**A INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL**

São Paulo

2014

Leandro Petarnella

A INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

THE INSERTION OF SUSTAINABILITY INTO GRADUATE MANAGEMENT MASTERS AND DOCTORAL COURSES IN BRAZIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Administração**.

ORIENTADOR: PROF. FLÁVIO HOURNEAUX JR
CO-ORIENTADOR: PROFA. AMÉLIA SILVEIRA

São Paulo

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Petarnella, Leandro.

A inserção da sustentabilidade nos programas de pós-graduação stricto sensu em administração no brasil. /Leandro Petarnella. 2014.

188 f.

Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2014.

Orientador (a): Prof. Flávio Hourneaux Jr.

1. Administração. 2. Sustentabilidade. 3. Treinamento físico combinado. 4. Stricto-Sensu.

I. Hourneaux Junior, Flávio. II. Titulo

CDU 658

A INSERÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Por

Leandro Petarnella

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Profa. Janette Brunstein – Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Prof. Dr. Eliete Jussara Nogueira – Universidade de Sorocaba - UNISO

Prof. Dr. Flávio Hourneaux Jr – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Amélia Silveira – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Fábio Ytoshi Shibao – Universidade Nove de Julho – UNINOVE

Prof. Dr. Heidý Rodriguez Ramos– Universidade Nove de Julho – UNINOVE

São Paulo, 18 de fevereiro de 2014

Velho Dito...
Velha Alzira...

Ausentes sempre presentes em
minhas melhores lembranças.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato que envolve, além da oportunidade de oferecer às graças àqueles que, de alguma maneira, contribuíram para o seu crescimento, o risco de que o reconhecimento expresso pelo ato em si não possa alcançar a todos que direta ou indiretamente contribuíram com o presente resultado. Assim, ciente da impossibilidade de reconhecer a importância de todos os envolvidos, mas coberto pelo desejo de que as graças também à eles se estendam, expresso aqui meus agradecimentos a:

Professor Milton de Abreu Campanário que, ao acreditar em meu potencial, abriu as portas para o meu fazer científico na área da Administração fazendo-me perceber que “estar perdido é o primeiro passo para se encontrar” e que o resto é simples consequência de nossa coragem para enfrentar os desafios colocados, muitas vezes, pela própria vida.

Ao Professor Flávio Hourneaux Jr, que de maneira paciente e sempre colaborativa me mostrou que a administração é uma ciência dolorosamente doce e, por isso mesmo, irresistível.

À professora Amélia Silveira que contribuiu de maneira contundente para o meu desenvolvimento, não só acadêmico, mas pessoal também. Afinal, a aprendizagem ultrapassa sempre os muros escolares e só é efetiva quando “sentida” pela própria vida. E, por isso mesmo, deixo registrado que sua presença foi sentida em nosso primeiro contato e é graças a esta presença que hoje escrevo estas palavras.

À professora Maria Lucia de Amorim Soares a quem meus sentimentos não podem ser expressos em palavras já que ele possui cheiro (de castanhas da defesa do mestrado) e é guiado por um corpo que antes sem cabeça, hoje tem sua cabeça em suas próprias mãos (como ocorreu na defesa do doutorado em educação). Assim, é no silêncio restituído que demonstro meu afeto já que do indizível nada se pode dizer.

À professora Eliete Jussara Nogueira, pelas conversas e orientações que, certamente, me posicionam como ser humano em momentos precisos e, por isso, extremamente fecundos.

À professora Janette Brunstein, que no momento da qualificação fez de seus apontamentos uma abertura de novas possibilidades de se pensar um trabalho acadêmico mostrando que, para se fazer ciência, deve-se possuir um olhar atento.

Ao professor Marcelo Gabriel que me tirou da insipiência me mostrando que todo conhecimento que alguém pode deter é, sempre, incipiente frente à construção científica.

À professora Heidy Rodriguez Ramos pela sua disponibilidade e contribuição para com o presente trabalho. Agradecimentos estes que estendo também ao professor Fábio Shibao que nos auxiliou para a composição da banca de defesa desta tese.

Não poderia deixar de agradecer, também, a Universidade Nove de Julho na figura de seu coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, professor Emerson Antônio Maccari, que de maneira muito atenciosa e prestativa me ofereceu caminhos e possibilidades de se chegar até aqui mostrando que podemos estar sempre pertos, mesmo que as vezes distantes. Para tanto, basta querer. Como quisemos.

Nesta jornada, pessoas como Wilson Petarnella, Cassio Petarnella, Aguinaldo Almeida, Ovanildo Gonçalves, Viviane Chunques, Antonio Ortega, José Mattioli, Waldir Rechiegel, Yara Nunes, Telma Nunes, Miriam Nunes, Dirceu Silva, Adenilson Padovan, Márcio Luí, Eronilton Santos e Rosangela Lollo foram de fundamental importância. Importância esta que as graças aqui oferecidas se tornam pequenas diante dela.

*Seria a ciência uma forma de
contar histórias?*

Neil Postman

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar como o tema sustentabilidade está inserido nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração no Brasil. Para tanto, parte de uma análise documental das ementas disciplinares dos respectivos cursos, utilizando-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, cuja análise do conteúdo se estabelece como técnica para analisar como a sustentabilidade está inserida nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. A pesquisa ora apresentada também buscou, por meio de uma pesquisa quantitativa realizada com 40 pesquisadores sobre a temática, verificar como a sustentabilidade está sendo informalmente inserida nos respectivos Programas utilizando-se de questionário estruturado com cinco questões abertas e doze fechadas aplicadas aos especialistas, sobre a temática, pertencentes a grupos certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ. Os resultados apontaram para uma tentativa de inserção ainda não sistematizada e não repertoriada evidenciando, assim, que o fato do tema ainda ser recente para o campo ora estudado, sua efetiva inserção depende, ainda, de um melhor entendimento e direcionamento estratégico do que venha, de fato, a ser esta temática. Se pode concluir que o tema Sustentabilidade, nos respectivos Programas, se mostra como semióforos dado o fato de ser uma temática politicamente correta, mas sem contornos científicos definidos.

Palavras-chave: Administração. Sustentabilidade. *Stricto-Sensu*

ABSTRACT

This study aims to determine how the theme of sustainability has been inserted into Graduate Management Courses in Brazil. To this end, we start with a documental analysis of the courses' disciplinary summaries, through a qualitative and exploratory study using content analysis. In a second step, we sought to verify how this issue is being informally inserted in the courses through a structured questionnaire with five open and twelve closed questions applied to 40 experts on the subject that belong to certified research groups by Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). The results pointed out that there is neither a systematic or a structured attempt to insert sustainability in these courses. This fact suggests that the theme is recent to the field and its effective insertion still depends on a better understanding of its strategic direction; this may happen because it could be just an attempt to be politically correct, without having a scientific delineation defined yet.

Keywords: Management. Sustainability. Graduate Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: O desafio da sustentabilidade - Rio 92	29
Quadro 02: O desafio da sustentabilidade - Rio +20.....	29
Quadro 03: Síntese dos paradigmas para a sustentabilidade	34
Quadro 04: Síntese Teórica	69
Quadro 05: Escala de medida do conhecimento.....	73
Quadro 06: Matriz de Amarração	85
Quadro 07: Títulos dos artigos recuperados sobre sustentabilidade e Pós-Graduação	90
Quadro 08: Linhas de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração.....	104
Quadro 09: Disciplinas lecionadas pelos especialistas.....	121
Quadro 10: Matriz de amarração fechada.....	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Distribuição de Programas por área de conhecimento (%).....	53
Figura 02: Evolução das matrículas e titulação em administração.....	54
Figura 03: Distribuição de discentes na Pós-Graduação em Administração por nível de titulação.....	55
Figura 04: Evolução de titulados por nível.....	55
Figura 05: Esquema da pesquisa	81
Figura 06: sistematização teórico-empírica da pesquisa:	83
Figura 07: Disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Administração	100
Figura 08: Categorização das ementas disciplinares	101
Figura 09: Linhas de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração selecionados.	105
Figura 10: Categorização das linhas de pesquisa	106
Figura 11: Categorização dos grupos de pesquisa.....	107
Figura 12: Categorização os referenciais das ementas	112
Figura 13: Disciplinas ministradas pelos especialistas.....	123
Figura 14: Disciplinas ministradas pelos especialistas.....	124
Figura 15: Referenciais utilizados pelos respondentes.....	126
Figura 16: Referenciais utilizados pelos respondentes.....	127
Figura 17: Técnicas de ensino utilizadas pelos entrevistados	129
Figura 18: Técnicas de avaliação utilizadas pelos entrevistados.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.....	52
Tabela 02: Principais Institutos de Pesquisa brasileiros.....	61
Tabela 03: Avaliação dos periódicos pela área da administração (2011).....	65
Tabela 04: Escala de medida do nível de conhecimento.....	74
Tabela 05: Confiabilidade Estatística.....	75
Tabela 06: KMO and Bartlett's Test.....	75
Tabela 07: Confiabilidade Estatística.....	76
Tabela 08: KMO and Bartlett's Test.....	77
Tabela 09: ANOVA with Tukey's Test for Nonadditivity.....	77
Tabela 10: Resultado do levantamento nas bases de dados.....	89
Tabela 11: Instituições que oferecem disciplinas voltadas para a sustentabilidade.....	95
Tabela 12: Disciplinas que referenciam a sustentabilidade nos Programas da Região Nordeste.....	96
Tabela 13: Disciplinas que referenciam a sustentabilidade nos Programas da Região Sul.....	97
Tabela 14: Disciplinas que referenciam a Sustentabilidade nos Programas da Região Sudeste.....	99
Tabela 15: Dados Categóricos dos Participantes da Pesquisa.....	115
Tabela 16: Itens Válidos na Medida do Nível de Conhecimento.....	116
Tabela 17: Resultado do Teste One-Way ANOVA.....	117
Tabela 18: Análise descritiva das variáveis independentes.....	118
Tabela 19: Nível das disciplinas lecionadas pelos respondentes.....	131

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 01: Tabela de frequência das disciplinas dos programas (figura sete)	159
APÊNDICE 02: Tabela de frequência da categorização das ementas (figura oito)	160
APÊNDICE 03: Tabela de frequência das linhas de pesquisas dos Programas de Pós- graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração (figura nove)	162
APÊNDICE 04: Tabela de frequência da categorização das linhas de pesquisas (figura dez)	164
APÊNDICE 05: Tabela de frequência dos grupos de pesquisa analisados (figura 11).....	166
APÊNDICE 06: Tabela de frequência da categorização dos grupos de pesquisas (figura 12).....	170
APÊNDICE 07: Tabela de frequência da categorização dos referenciais das ementas (figura 13).....	175
APÊNDICE 08: Tabela de frequência das disciplinas ministradas pelos especialistas (figura 14).....	176
APÊNDICE 09: Tabela de frequência das disciplinas específicas ministradas pelos especialistas (figura 15).....	178
APÊNDICE 10: Tabela de frequência dos referenciais utilizados pelos especialistas (figura 16).....	179
APÊNDICE 11: Tabela de frequência dos referenciais utilizados pelos especialistas nas disciplinas específicas (figura 17).....	182
APÊNDICE 12: Tabela de frequência das técnicas de ensino utilizadas pelos especialistas (figura 18).....	183
APÊNDICE 13: Tabela de frequência das técnicas de avaliação utilizadas pelos especialistas (figura 19).....	184
APÊNDICE 14: Questionário estruturado enviado aos especialistas da área	185

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA.....	20
1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	21
1.3 PROPOSIÇÃO DA PESQUISA	22
1.4 A ESTRUTURA DO TRABALHO	22
1.5 PRESSUPOSTO DA PESQUISA	22
2 SUSTENTABILIDADE	24
2.1 PARADIGMAS DA SUSTENTABILIDADE.....	31
2.1.1 A Visão Neoclássica	31
2.1.2 A Visão Crítica.....	33
2.2 SUSTENTABILIDADE E A ADMINISTRAÇÃO	35
3 O ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO	40
3.1 O ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	42
3.1.1 A Sustentabilidade no Ensino de Administração	45
3.2 O ENSINO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NO BRASIL	50
3.3 O ENSINO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM ADMINISTRAÇÃO.....	53
3.3.1 O Ensino da Sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração	56
4 A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL	59
4.1 A PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM ADMINISTRAÇÃO.....	62
4.2 A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO: OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS	63
4.2.1 O Impacto dos Periódicos Científicos	64
4.3 A PESQUISA SOBRE A SUSTENTABILIDADE NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM ADMINISTRAÇÃO.....	67
4.4 SÍNTESE TEÓRICA	68
5 OS MÉTODOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA	70
5.1 ETAPA 01: A ABORDAGEM QUANTITATIVA	72
5.2 ETAPA 02: A ABORDAGEM QUALITATIVA	78
5.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	84
6 RESULTADOS DA PESQUISA	87
6.1 TÉCNICA DE PESQUISA 01: A REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA	87

6.1.1 Resultados da Revisão Sistematizada da Literatura	88
6.2 TÉCNICA DE PESQUISA 02: A ANÁLISE DOCUMENTAL	91
6.2.1 Resultado da Análise Documental	93
6.2.2 A Análise das Linhas e Grupos de Pesquisa	102
6.2.3 A Análise dos Referenciais das Ementas	110
6.3 TÉCNICA DE PESQUISA 03: A ANÁLISE QUANTITATIVA	113
6.3.1 Resultados Da Análise Quantitativa	114
6.4 TÉCNICA DE PESQUISA 04: A ANÁLISE DO CONTEÚDO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESPECIALISTAS	119
6.4.1 Resultado da Análise do Conteúdo do Questionário Respondido pelos Especialistas.....	120
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	132
8 CONCLUSÃO.....	146
8.1 RECOMENDAÇÕES.....	150
REFERENCIAS	151
APÊNDICES	159

1 INTRODUÇÃO

O que queremos quando sujamos o mundo?[...]
Apropriar-se do lugar. Não por habitá-los, mas por
excluir qualquer pessoa dali.

Michel Serres (2013, p. 61)

Vivemos em uma nova era. Reconhecer a atualidade como uma nova era implica em dizer que a Revolução Industrial metamorfoseou-se. Esta Revolução, por seu turno, foi precedida há cerca de 12 mil anos pela Revolução Neolítica que, por sua vez, foi marcada pela transição do sistema de caça e coleta para a agricultura e os assentamentos humanos permanentes, dos quais surgiram as primeiras cidades, é incapaz de fornecer a tônica dos caminhos sócio-produtivos vigentes. Tal incapacidade começa a ser percebida a partir da unificação da economia mundial, da comercialização em larga escala e da substituição das formas de exercício do poder territorial pelo controle dos fluxos informacionais. Esta nova era pode ser delineada, como bem definem cientistas como Jürgen Renn, Anthony Giddens e o químico Paul Crutzen que é o idealizador do termo, como o Antropoceno: período marcado pela globalização e pelo descontrole das formas e meios dos processos de humanização em escala global.

Toda mudança nas dinâmicas e organização da sociedade é, *a priori*, resultante da necessidade humana de reordenar e/ou redefinir sua relação para com o mundo. Por isso mesmo, o Antropoceno insinua a emergência de uma matriz diferente de racionalidade, propondo à sociedade uma nova relação com suas técnicas e dinâmicas de organização social. Logo, entender o período atual como o Antropoceno implica em visualizar a magnitude dos problemas ambientais decorrentes da segunda Revolução Industrial que, por seu turno, marcada pela evolução das máquinas que, por sua vez, deixaram de ter como fonte de combustível a matéria prima orgânica, característica da primeira Revolução Industrial, para operar a partir de fontes de combustíveis formados basicamente por matérias primas inorgânicas como, por exemplo, o petróleo, a energia elétrica e o gás (SOARES, 2010). Em decorrência disso, os problemas atuais, enquanto período de uma terceira Revolução Industrial alinha-se à ordem da escassez de matérias primas orgânicas e inorgânicas e, ao mesmo tempo, à necessidade de uma nova base científica e técnica capaz de questionar os modos de produção baseado na exploração da natureza.

Não se pode negar que o avanço técnico e científico têm se tornado cada vez mais célere e provocado mudanças nas relações sociais sem precedentes. Este avanço que hoje, baseado na bioengenharia e seus desdobramentos, reorienta drasticamente as relações de trabalho e convívio social, tornam o espaço mais fluído e globalizado. Como consequência, a sociedade se vê desafiada a perceber e a se relacionar também, além da natureza, com o espaço de maneira diferente daquela que amalgamou a visão de crescimento econômico e social a qualquer custo típicos das Revoluções anteriormente aqui delineadas. Logo, percebe-se que entender o Anropoceno é visualizar novas possibilidades de compreender a natureza e gerar recursos produtivos a partir de uma nova relação para com a tecnologia e para com os problemas sociais que antes eram considerados locais e agora se transformaram e ganharam dimensão global bem como no enfrentamento de problemas emergentes, tais como, a possibilidade de escassez de recursos fósseis, desertificação de áreas, mudanças climáticas e o excesso de pobreza mundial, entre outros.

O desafio desta nova era é uma questão que deve ser entendida e refletida por todos. Ela emerge, para a sociedade, um novo papel para os países que, conforme salienta Sachs (2004), deveriam elaborar planos nacionais de desenvolvimento socialmente includentes e ambientalmente sustentáveis. Entretanto, a elaboração dos respectivos planos implica na mudança do pensamento socialmente constituído, bem como no reconhecimento da responsabilidade humana pelos estragos provocados por uma economia predatória. Por isso mesmo, o Antropoceno exige a busca de novos rumos para o desenvolvimento social, assim como o estabelecimento de bases comparativas de desenvolvimento. Uma problemática tão atual quanto necessária é o seu enfrentamento.

Na tentativa de entendimento do cenário que se arma e se mostra a partir do Antropoceno, surgem novos conceitos tão difusos quanto polimorfos. Cita-se, como exemplo, os conceitos de cultura “verde”, governança ambiental, sociedade sustentável, entre outros que, a rigor, segundo, Ignacy Sachs (2004) tem por objetivo alinhar as estratégias de desenvolvimento com prudência ecológica ao imperativo social. Os argumentos de Sachs são direcionados às estratégias que priorizem a redução drástica das desigualdades abissais que hoje separam as minorias abastadas da maioria, ainda condenada a lutar em condições difíceis pela sobrevivência.

Diante do exposto, percebe-se que (re)elaborar uma nova ordem social, além de implicar no entendimento de que o retorno, o impacto, o mapeamento de ações e procedimentos, assim como a reorganização dos processos e de todo o aparato técnico-administrativo, implica, principalmente, no reordenamento do pensamento socialmente

constituído e herdado das eras anteriores. Exige-se, para tal fim, o entendimento das bases fundantes do conhecimento que alicerça nossas condutas atuais, desvelando, dessa maneira, a necessidade de compreensão da problemática ambiental. Ainda: o conhecimento dos alicerces teóricos e, principalmente, dos eixos norteadores que firmam o pensamento sobre a sustentabilidade, entendendo serem estes dois últimos campos um dos principais reflexos do Antropoceno.

Na tentativa de delinear um eixo norteador para a problemática exposta, parte-se, neste trabalho, do questionamento sobre as possibilidades de se estabelecer uma nova ordem social a partir de uma velha racionalidade já que o modo de produção e consumo social é o mesmo do período industrial. Em decorrência disso, questões ligadas principalmente ao papel do ensino, da pesquisa e da disseminação do conhecimento, bem como suas respectivas aplicabilidades sobre a temática emergem como mote desta pesquisa.

O enfrentamento dos desafios apontados devem ser refletido por todos. Neste sentido, entender como ele vem sendo percebido e orientado nas mais diversas esferas sociais se constitui, então, um importante passo rumo a o respectivo enfrentamento. Assim, é buscando compreender como a sustentabilidade se insere nos espaços de geração de pesquisas e disseminação do conhecimento, que este trabalho, fecundado na linha de pesquisa de Ensino de Administração e Sustentabilidade do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Nove de Julho – Uninove/SP foi orientado a partir da observação do modo pelo qual a sustentabilidade vem sendo debatida nos programas de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Este foco se deve ao entendimento de que a formação do pensamento de uma sociedade não é determinada apenas por princípios teóricos e/ou metodológicos. Mais do que isso, ela envolve a articulação e o encadeamento das reflexões delineadas sobre os objetos em cena. No caso em questão, a sustentabilidade.

O foco nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração se justifica pelas possibilidades de entendimento das formas pelas quais o homem enxerga a realidade e, principalmente, pelo papel da educação para com esta finalidade. Isto porque, entende-se que são nos programas *Stricto Sensu* que se mobilizam maiores esforços, por parte das instituições acadêmicas e de seus atores, em torno de um exercício que pode transformar ou construir novas representações dessa realidade permitindo a ultrapassagem do campo dado pela ciência por meio da pesquisa para se estabelecer na ordem de uma racionalidade que possa ser estruturada no cotidiano social a partir do ensino.

No limite, os programas *Stricto Sensu* são, no país, geradores de um processo educacional sobre o que se espera saber, no caso em questão, a sustentabilidade. Assim, a educação enquanto responsável pela transmissão das heranças culturais e, principalmente, pelo desenvolvimento das potencialidades de convívio, interação e pertencimento humano, permite que o conhecimento, que hodiernamente é construído sobre a temática, possa ser disseminado a partir das práticas que são orientadas pelo ensino por meio das disciplinas.

Se a sociedade humana deve utilizar os recursos presentes e garantir a utilização dos mesmos pelas futuras gerações como apregoa Brundtland (1991) entende-se, então, que a sustentabilidade evoca a construção de novos conhecimentos sob a perspectiva social, econômica, política, ética e moral. Mas, para isso, se faz necessário o entendimento do *status quo* da sociedade bem como da maneira pela qual ela está organizando o seu desenvolvimento. Por isso mesmo, os trabalhos acadêmicos relacionados a essa temática podem nos orientar a este respeito. Mesmo porque, sabemos com Leff (2010, p. 23) que “todo objeto de trabalho transforma-se também em objeto de um saber empírico e de um conhecimento conceitual”. Conhecimento este a ser debatido e, até mesmo, transmitido nos cursos formais principalmente por meio das disciplinas curriculares.

Logo, sintetizando o exposto, percebe-se que pensar o Antropoceno é refletir sobre a necessidade de reorganização social e possuir o entendimento de que o pensamento atual sobre a sustentabilidade pode estar sendo construído sobre bases epistêmicas difusas e sem contornos definidos. Uma vez que a administração tem como principal foco os processos de gerenciamento social, o entendimento de como o pensamento sobre os respectivos processos vêm sendo construídos na área da administração fornece a tônica de um problema que se instala no âmago da contemporaneidade. Por isso mesmo emerge deste problema a necessidade de verificação das correntes teórico-metodológicas delineadoras do discurso atual sobre a sustentabilidade pela área. Mesmo porque estas correntes teóricas que orientam o pensar dos pesquisadores da área, já que nem sempre são claras, podem se traduzir em esforços voltados para a manutenção do *modus vivendi* secularmente instituído, ou seja, podem se traduzir na tentativa de enfrentamento do Antropoceno a partir de diretrizes norteadoras da primeira e da segunda Revolução Industrial.

Sabe-se que a produção do conhecimento pode desvelar parte da realidade que se arma, transfigurando em dispositivo, inclusive, de gerenciamento social. E, conscientes de que a sustentabilidade é um tema ainda primário, no que tange à apropriação e ao entendimento do mesmo, frente à problemática e às possibilidades apontadas, enuncia-se a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Como a sustentabilidade se insere nos Programas

de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração no Brasil? Para responder a questão central deste trabalho, optou-se por operar com o cruzamento de perguntas subjacentes que pudesse, a partir de várias frentes de trabalho, convergir seus resultados à resposta da questão central deste trabalho. Para tanto, sua sistematização foi realizada conforme indicado a seguir.

1.1 Sistematização das Questões de Pesquisa

Para verificar como a sustentabilidade está inserida nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração por meio de suas disciplinas e da atuação docente, estabeleceu-se as seguintes questões condutoras desta tese:

- a) Existe alguma relação entre a formação dos professores e o ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação?
- b) Os trabalhos dos professores que militam nesta temática estão sendo utilizados nas disciplinas de Pós-Graduação em administração?
- c) Os conteúdos das ementas disciplinares, no que tange a sustentabilidade, se relacionam de alguma maneira com a linha de pesquisa ou área de concentração do professor?
- d) As referências utilizadas pelos professores em seus principais trabalhos também são utilizadas nas disciplinas pelos programas de Pós-Graduação?
- e) A produção de conhecimento sobre a sustentabilidade está ligada a alguma disciplina nos programas de Pós-Graduação em administração? Caso positivo, qual é o foco da respectiva disciplina?
- f) A literatura utilizada como embasamento teórico sobre a temática nas disciplinas pode ser considerada relevante frente às demais literaturas contidas nas respectivas ementas?
- g) Em que nível de Pós-Graduação a sustentabilidade vêm sendo tratada? Este ensino relaciona-se com a experiência do professor? Caso positivo, em qual estrato ele se vincula?

Esta pesquisa é orientada pelas questões apresentadas porque enseja com base no entendimento de Leff (2010, p. 115), que existe a necessidade de desenvolvimento de “um pensamento holístico e sistêmico, que seja capaz de perceber as inter-relações entre os

diferentes processos que, sobre eles mesmos, incidem”. Em decorrência disso, entender as bases fundantes do ensino e da pesquisa sobre a sustentabilidade, ou seja, nas universidades que orientam suas práticas por meio do ensino da pesquisa e da extensão, o que vem sendo construído enquanto conhecimento a respeito e como este tema está inserido nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração se faz tão importante quanto necessário revelando, desta forma, a relevância deste trabalho. Para tanto, esta tese parte dos seguintes objetivos:

1.2 Objetivos Geral e Específicos

Como objetivo geral, buscou verificar como a sustentabilidade está inserida nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Especificamente, esta tese também propõe:

- Identificar os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração que possuem disciplinas orientadas à sustentabilidade.
- Identificar nas ementas das disciplinas com enfoque na sustentabilidade as linhas de pesquisas nas quais as mesmas se vinculam.
- Analisar as ementas disciplinares dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração que possuem ênfase na sustentabilidade.
- Averiguar as principais referências utilizadas pelas disciplinas dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração que envolva a sustentabilidade.
- Identificar quem são os especialistas que tratam da sustentabilidade e atuam em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.
- Identificar como a sustentabilidade está sendo tratada pelos especialistas da área em suas disciplinas.
- Revisar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos sobre o ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

1.3 Proposição da Pesquisa

Sendo a temática sustentabilidade muito recente, no que tange às pesquisas sobre sua inserção e disseminação nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, seu campo teórico ainda encontra-se em formação. Isto implica em dizer que as bases teóricas que fundamentam a formação do futuro pesquisador, enquanto aluno de um programa de mestrado e doutorado em Administração, não se encontram ainda consolidadas pela academia tornando a pesquisa e o ensino sobre a sustentabilidade sem contornos definidos.

1.4 Pressuposto da Pesquisa

Apesar das diferenciações conceituais entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, neste trabalho, ambos serão considerados com o mesmo significado e, por isso mesmo, delineados a partir de uma única definição, ou seja, utilizou-se o termo Sustentabilidade para o presente delineamento conceitual.

1.5 A estrutura do trabalho

Esta tese foi estruturada em oito capítulos. No primeiro capítulo, intitulado Introdução, é apresentada a problemática, as questões, a justificativa, os pressupostos de pesquisa e a relevância deste estudo, bem como, seus objetivos de pesquisa geral e específicos.

O segundo capítulo, nominado Sustentabilidade, versa sobre as políticas e os tratados sobre os quais as ideias de sustentabilidade foram concebidas e alicerçadas, quanto ao entendimento dos mesmos ao longo do tempo.

O terceiro capítulo, sobre Ensino em Administração, trata da evolução e da consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Aponta alguns referenciais que embasam o ensino em administração. O quarto capítulo enfoca a pesquisa em administração, ao abordar a produção e a disseminação do conhecimento, dando especificidade à área da administração. Este entendimento é fundamental para a compreensão da pesquisa ora apresentada.

No quinto capítulo, a metodologia da pesquisa é apresentada. A pesquisa quantitativa com procedimentos básicos estatísticos, bem como a pesquisa qualitativa realizada via questionário

aplicado aos especialistas e análise documental das ementas são mostradas, assim como as formas pelas quais os dados foram triangulados para, no sexto capítulo, ser apresentado os resultados alcançados.

O sétimo capítulo desta análise e discute os resultados apresentados no sexto capítulo. O oitavo e último capítulo é a conclusão. Este retoma a questão de pesquisa, seus pressupostos e os objetivos do trabalho a partir dos resultados da pesquisa complementando os estudos já realizados sobre o tema.

2 SUSTENTABILIDADE

O limite deixou de ser assim natural, para ser cultural. O planeta não tem limite, por quanto a limitação está no âmago do conceito paradigmático da natureza. O limite não está nos recursos do planeta e sim na estreiteza do conceito de natureza e de recurso natural da nossa cultura técnico-científica mecânica, no caráter cartesiano – newtoniano que o capitalismo criou a partir do Renascimento de combinação entre a repetição e a diversidade. O paradigma é o limite.

Rui Moreira (2004, p. 158)

As mudanças nos valores éticos e morais da sociedade são tão importantes quanto necessárias. Entretanto, a utilização dos recursos presentes sem afetar a capacidade de utilização das gerações futuras não se vincula apenas ao plano discursivo ou às ações delineadas pelo projeto de manutenção socioambiental. Estas mudanças indicam um confronto inevitável do processo de desenvolvimento estabelecido com os limites biofísicos que a Terra impõe e em sentido mais amplo, do confronto de toda a problemática socioambiental inerente ao processo de desenvolvimento humano com a possibilidade de perpetuação do próprio modelo civilizatório. Esse impasse, na verdade, poderia ser concebido mais profundamente como um grande confronto de seres humanos com a natureza e dos seres humanos entre si (CAMARGO, 2008).

O confronto ora delineado se traduz na tentativa de se adaptar novas formas de perceber a sociedade, a natureza, e seu entorno às velhas formas de se estabelecer e desenvolver rotinas e processos que possuem na exploração da natureza sua base e dinâmica. Esta adaptação implica na criação e apropriação de novos valores para o convívio e conduta humana o que exige para este fim uma estratégia básica e necessária: atingir toda a sociedade.

Com esse entendimento, em 1962, a Conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre o Meio Ambiente, que teve como foco as diferenças de “desenvolvimento”, estabeleceu entre os países do norte, representados pela proposta de crescimento zero (Clube de Roma), e os do sul, que defendiam o desenvolvimento mesmo sob pena de destruição das riquezas nacionais, ou seja, a qualquer custo, mesmo que a partir das cooperações internacionais.

Nestas formulações está implícita a ideia de sustentabilidade, com emergência teórica oficial iniciada na década de 1970, quando a pressão ambientalista passa a ter um peso considerável nos países capitalistas centrais. Em 1972, a conferência de Estocolmo sobre o

Ambiente Humano, com a contribuição do Clube de Roma, resultou de debates que começaram na década de 1960. Por meio da Conferência de Estocolmo, uma série de reflexões sobre a ecologia, o meio ambiente e as necessidades de se pensar um projeto integrador entre o homem e a natureza, propiciou a aliança de diversos países dispostos a contribuir com a construção de uma sociedade mais “ecologicamente correta”.

Avançando neste pensar, foi em 1973 que Maurice Strong usou o conceito de Ecodesenvolvimento, delineando o que viria a ser o atual conceito de sustentabilidade. Nesses dois anos, as ideias e as vontades das lideranças envolvidas nas Conferências encontravam-se ainda acampadas no plano discursivo e na tentativa de criação de possibilidades de implementação.

Já em 1974, frente à preocupação com o desenvolvimento desenfreado que se seguia das grandes expansões urbanas e, por consequência, a destruição dos recursos naturais e, fruto das discussões realizadas pelas Nações Unidas, firma-se a declaração de Cocoyok. Esta vai, pela primeira vez, exigir mudanças de hábitos dos países industrializados frente à ameaça mundial que estes causavam fazendo, por consequência, deste conceito um importante instrumento presente no debate político internacional, para o crescimento ordenado das nações. Em especial, quando se trata de questões referentes à qualidade ambiental e à distribuição global da utilização de recursos. Porém, foi somente em 1975 que a sustentabilidade deixou de ser apenas reivindicação dos movimentos ambientalistas em defesa do meio ambiente. Neste ano a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e esta educação passou a focar, também, as questões socioculturais e econômicas. Ainda neste período foi formulado o documento “Nosso Futuro Comum” resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) formada por representantes de governos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e da comunidade científica de vários países, presidida pela primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Complementando a declaração de Cocoyok, o relatório de Dag-Hammarskjold (1975) vem afirmar a desigualdade socioambiental que há muito estava instaurada no país: as potenciais colônias concentravam as melhores terras para a minoria, assim a população pobre usava outras terras causando o desmatamento do solo. Os dois relatórios exigiam mudanças drásticas para este acometimento. Entretanto, passaram-se mais de dez anos para que o termo desenvolvimento sustentável fosse mencionado pela primeira vez no relatório "Nosso Futuro

Comum". O documento foi publicado em 1987 na Inglaterra e nos EUA, e no Brasil em 1988, aprovado na Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio 92.

O relatório “Nosso Futuro Comum” foi considerado preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro. Nessa conferência foi assinada a Agenda 21 e dela saíram documentos como a Convenção do Clima, que hoje norteia as ações mundiais de combate ao aquecimento global, a Convenção da Biodiversidade e a Carta da Terra, uma declaração de princípios para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Este relatório, enquanto resultado das discussões da comissão, marcou a preocupação dos líderes governamentais com a questão do desenvolvimento sustentável (BRÜSEKE, 1993; VIEIRA, 1992; KITAMURA, 1994).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Rio-92 ou Eco-92), ocorrida entre 3 e 14 de junho de 1992, contou com delegações de 175 países que compareceram no Rio de Janeiro para discutir questões relacionadas ao Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Como principal resultado da Eco-92 foi elaborada a Agenda 21 acima citada que revelou a “importância de cada país se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais” (BARCELAR, 2010, p. 02).

A definição de desenvolvimento sustentável que o documento apresenta, e que se torna célebre nos anos de 1990, é a de um desenvolvimento que também visa atender “as necessidades essenciais dos pobres do mundo” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). No Brasil, as discussões foram coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS), que dividiu a Agenda 21 em quatro seções, sendo elas:

- 1) O tratamento das dimensões econômicas e sociais, e aborda discussões sobre políticas internacionais para viabilizar o desenvolvimento sustentável nos países em crescimento, entre outras propostas destinadas aos países em desenvolvimento.

- 2) A abordagem de questões relacionadas à preservação dos recursos hídricos e energéticos, bem como da preservação da biodiversidade, fator responsável pelo desenvolvimento sustentável de qualquer organização ecologicamente correta.

- 3) A abordagem de medidas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes, entre eles, as ações educacionais que são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e conscientização do ser humano.

4) A revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas, bem como os mecanismos financeiros, os instrumentos jurídicos internacionais, a produção e a oferta de tecnologias eco-consistentes e de atividades científicas – enquanto suporte essencial à gestão da sustentabilidade, a educação e o treinamento como instrumentos da construção de uma consciência ambiental e da capacitação de quadros para o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das instituições e a melhoria das capacidades nacionais de coleta, processamento e análise dos dados relevantes para a gestão da sustentabilidade.

Dentre as várias definições existentes sobre sustentabilidade é possível estabelecer que o termo implique na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possam ser igualmente satisfeitas. Deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento. Em outras palavras, “sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em construir seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado” (BECKER, 1997, p. 73).

A definição de sustentabilidade é derivada do conceito de desenvolvimento sustentável, caracterizado como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Passados mais de 20 anos da Eco-92, que tinha como intuito avaliar o progresso na implementação das diretrizes pregadas pelo encontro, bem como as avaliações realizadas em outros encontros como a Rio +5 (em 1997, no Rio de Janeiro), a Rio+10 (em 2002, em Johannesburgo, África do Sul), em 2012 ocorreu a Rio +20.

A Rio +20 não pode ser comparada a Eco-92 porque enquanto a primeira foi uma cúpula mundial realizada com Chefes de Estado e tendo mais tempo de preparação, a segunda – a Rio +20 – foi uma conferência. São eventos de magnitudes diferentes. Além disso, os processos de engajamento estão em outro nível), focou em dois temas: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio +20 contou, também, com eventos informais chamados de “Diálogos da Sustentabilidade”, que ocorreram entre 16 a 19 de junho, com ampla participação da sociedade civil. Nestes diálogos foram tratados nove temas escolhidos pelos governos:

segurança alimentar, crise econômica, energia, água, oceanos, cidades sustentáveis, erradicação da pobreza, economia do desenvolvimento sustentável, desemprego, trabalho decente e migrações.

Os Diálogos da sustentabilidade não foram eventos oficiais e nem tiveram caráter deliberativo, mas tiveram um papel importante: dar vistas a um esforço para fazer com que os líderes escutem as demandas da sociedade, já que o ponto central da Rio +20 foi uma conferência de desenvolvimento ambiental, econômico e o social.

Nesta mesma reunião, a “Cúpula dos Governos Regionais” reuniu 60 regiões do planeta como Califórnia, Quebec, Ilê de France, Catalunha, Bretanha e Buenos Aires. Entre os itens que foram discutidos estão a emissão de carbono, percentual de energia limpa, volume de esgoto recolhido e tratado, tamanho das áreas verdes, habitação, métrica de bem estar, etc. Os “Governos Regionais” buscaram o desenvolvimento sustentável em nível concreto, ao contrário da Rio +20 que se apresentou como discurso mais abstrato. Na Rio +20 houve, também, uma Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, com o intuito de promover o avanço da consciência social, o que permitiria abrir caminhos para transformações políticas que levassem à superação das lógicas apenas financeiras no mundo – e ao desejado desenvolvimento sustentável.

Propostas concretas como o Produto Interno Bruto - PIB verde e sanções a quem descumprir acordos foram compromissos colocados por economistas como Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, e Joseph Stiglitz, ganhador do prêmio Nobel. Em dois quadros resumos, apresentados a seguir, pode-se especificar, ontem e hoje, o desafio da sustentabilidade, já que a Rio +20 pode ser entendida como uma maior separação entre ricos e pobres, mas também interpretada como uma extraordinária oportunidade para países ricos e pobres, frente à mudança geopolítica que o mundo está vivendo. No Quadro 01, pode-se observar os temas e desafios da Rio 92 em torno da sustentabilidade:

Quadro 01: O desafio da sustentabilidade - Rio 92

Temas e desafios	Acordos e resultados
<p>1-Proteção da biodiversidade, criação de mecanismos de proteção da biodiversidade e regulação de patentes sobre os recursos naturais;</p> <p>2-Início das discussões sobre o problema do efeito estufa e soluções para combatê-lo;</p> <p>3-Elaboração de uma agenda de encaminhamentos necessários para que o mundo se tornasse sustentável no século XXI.</p>	<p>1-Criação da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica;</p> <p>2-Criação da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas;</p> <p>3-Criação da Convenção da ONU sobre Desertificação;</p> <p>4-Agenda 21;</p> <p>5-Declaração do Rio;</p> <p>6-Carta da Terra.</p>

Fonte: Síntese do autor, com base no relatório da Rio 92.

Avançando as discussões a partir dos acordos e dos resultados da Rio +92, a Rio +20 propôs novos temas e desafios que visou além de integrar os vieses econômico, social e ambiental, buscar soluções para as crises energéticas e de produção instalada mundialmente. Em decorrência disso buscou, para tal fim, novos acordos e resultados como pode ser observado no Quadro 02:

Quadro 02: O desafio da sustentabilidade - Rio +20

Temas e desafios	Acordos e resultados
<p>1-Integração do viés econômico, social e ambiental na determinação de um novo modelo de desenvolvimento a ser executado pelos países;</p> <p>2-Busca de soluções para os padrões insustentáveis de consumo e produção;</p> <p>3-A questão energética e a crise climática: como buscar o comprometimento dos países para o aumento da energia renovável e a diminuição da dependência de combustíveis fósseis.</p>	<p>1-Busca do comprometimento dos países com metas de sustentabilidade;</p> <p>2-Entre os objetivos estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Eliminação de incentivos a combustíveis fósseis; b) Acesso universal a energia sustentável; c) Dobrar o percentual de energia renovável na matriz mundial até 2030; d) Dobrar a taxa de eficiência energética até 2030; <p>3-Busca do fortalecimento organismos de governança ambiental, como o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma), que poderá se transformar em agências;</p> <p>4-Busca de incentivos governamentais e de mercado para incentivar padrões de consumo e produção mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e social.</p>

Fonte: Síntese do autor, com base no relatório da Rio +20.

A comparação acima explicita, por exemplo, o motivo que levou diplomatas a se reunirem entre 27 e 29 de fevereiro de 2012, em Nova York, na sede da ONU, para delinear a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: um conjunto de metas a serem adotados por todos os países do mundo em áreas com energia limpa, segurança alimentar e preservação dos mares. Entretanto o encontro, que havia sido à primeira rodada de negociações em torno do chamado “Rascunho Zero” do texto da Rio +20, foi marcado por dissensos que ocorreram todo o tempo da reunião: vários países reclamaram de que elementos-chave da sustentabilidade não estavam no texto da negociação, que cresceu de 20 para 178 páginas.

Cientistas ligados à área ambiental do mundo todo lançaram em Londres, em 29 de março de 2012, um manifesto pedindo mais atenção às questões ambientais, sob o título “Declaração do Estado do Planeta” (*Planet Under Pressure*). O texto (VIALLI, 2012), afirma que as questões que foram debatidas na Rio +20 são as mesmas que foram debatidas há vinte anos, sendo que agora é mais urgente enfrentá-las, já que:

o rascunho zero da Rio +20 (esboço do documento final do encontro) joga a solução para o futuro. Já fizemos isso há 20 anos e só o que se viu foi o aumento de emissão de CO₂, aumento da perda de espécies e 800 milhões de pessoas com fome... No fórum Mundial da Água, há duas semanas em Marselha, na França, a necessidade de metas sobre água potável e direito à água, nas discussões, foi destacada.

Assim, percebe-se que as discussões das últimas conferências orientadas para a sustentabilidade desvelaram esforços políticos e governamentais (entre tantos discursos) para a incorporação de novos valores sociais. Logo, o desenvolvimento sustentável parece ser um destino inevitável para o qual todos devem contribuir o que, por sua vez, demonstra a importância da produção e disseminação do conhecimento acerca deste assunto. Entretanto, esta transformação pode ter diferentes caminhos e ser orientada a partir de diferentes paradigmas. Por conta disso, os principais paradigmas que orientam as discussões sobre o desenvolvimento sustentável serão objetivos do tópico a seguir.

2.1 Paradigmas da Sustentabilidade

A sustentabilidade tornou-se objetivo de reflexão a partir de variadas perspectivas que compõem a análise sociocultural. Dentre essas perspectivas, algumas delas se destacam nas discussões sobre a temática (BARAJAS, 2002) porque esbarram no enfrentamento do modelo econômico vigente e nas formas pelas quais o respectivo modelo é pensado. Isto implica em dizer que o pensamento sobre o respectivo modelo influencia diretamente no entendimento do que vem a ser sustentabilidade. É importante ressaltar que os paradigmas, conforme salienta Kuhn (1987) são teorias dominantes em determinada área científica que são geralmente aceitos pela maioria dos membros de determinada comunidade científica.

Segundo Jacobi (2010), duas correntes de pensamento, ou paradigmas, prevalecem sobre o pensamento entre a economia e o meio ambiente. A primeira, denominada convencional, parte do pressuposto de que o crescimento econômico é o determinante para alcançar sustentabilidade. Já a segunda, intitulada de economia ecológica, pressupõe que o desenvolvimento sustentável é possível, também, a partir de uma economia estacionária. Dada a impossibilidade de se pensar o desenvolvimento sustentável fora da lógica do sistema vigente, estes dois paradigmas acabam por corresponder a duas correntes com visões distintas: a Neoclássica e a Crítica. Estas correntes serão brevemente explanadas a seguir:

2.1.1 A Visão Neoclássica

A visão Neoclássica busca o entendimento do desenvolvimento sustentável a partir da valoração ambiental. Isto implica em dizer que a visão Neoclássica fundamenta-se na maximização da utilização dos recursos desde que estes estejam em equilíbrio. Assim, conforme Romeiro (1998, p. 23), uma vez que “a maioria dos bens e serviços ambientais e das funções providas ao homem pelo ambiente não é transacionada pelo mercado”, torna-se necessária a criação de oportunidades a partir dos múltiplos aspectos que envolvem o meio-ambiente. Por isso mesmo, uma vez que a economia é delineada pela produção e ampliação do capital, ela pode ser criada a partir da natureza, mas também a partir do próprio homem. (BERKES e FOLKE, 2002); (DALY, 1991). Isto implica em dizer que crescimento econômico e limite natural não são, necessariamente, dependentes já que o crescimento tecnológico e científico implicará no crescimento social.

A visão neoclássica assume a possibilidade de substituição entre os capitais naturais e produzidos, tais como, insumos para a acumulação de capital econômico e elementos de consumo. (FAUCHEUX, 1997). Esta visão busca o entendimento da sustentabilidade como forma de garantir o bem-estar social ao longo do tempo. Uma vez que o bem-estar pode ser definido a partir das possibilidades ofertadas aos indivíduos para o atendimento de suas necessidades, a sustentabilidade estaria então, a rigor, relacionada a fatores como distribuição de renda e recursos. Por isso mesmo, de acordo com Faucheux (1997), o "progresso técnico" e / ou elasticidades de substituição entre os capitais naturais e produzidos pode crescer sem limite, e, assim, a "renda nacional sustentável", que é atingível "em longo prazo" é correspondentemente ilimitada. Ou seja, as determinantes da sustentabilidade não se vinculam apenas as questões naturais. Ao contrário, torna-se possível a desenvolvimento sustentável a partir de outros capitais como o tecnológico e/ou o cultural.

Ao considerarmos que são múltiplos os aspectos determinantes da preservação dos recursos presentes sem a afetação da utilização destes recursos pelas gerações futuras, deparamo-nos com a importância de se pensar a relação homem-meio ambiente a partir das relações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas, ou seja, enxergar o desenvolvimento sustentável desvinculado da natureza que pode, inclusive, por meio da tecnologia, não representar, necessariamente, um limite à expansão econômica. Para os Neoclássicos, a produção alinha-se ao avanço tecnológico e científico que, por sua vez, permite superar a utilização da natureza como fonte única e absoluta dos processos de produção. Em outras palavras: enquanto houver a possibilidade de crescimento e/ou substituição em uma (ou ambas) das ordens do capital (natural por tecnológico, por exemplo), haverá crescimento econômico.

Como bem observa Solow (1991; 1993) está claro que para uma determinada precisão conceitual sobre a sustentabilidade, deveríamos, então, obter uma precisa conceituação sobre bem estar. O autor reconhece que a necessidade de ação sobre a natureza é apenas uma das diversas contribuições que deve deixar para as gerações futuras. Logo, os recursos naturais poderiam, em tese, substituir as contribuições humanas e vice-versa. A partir do pensamento de Solow (1991; 1993) abrem-se, então, duas possibilidades de desenvolvimento: a economia ambiental e a economia ecológica. A primeira relacionada a expansão sociocultural entendendo ser esta o acúmulo de bens humanamente produzidos, tais como, tecnologia e renda e a segunda relacionada a preservação da natureza enquanto recurso produtivo.

Em contraposição a visão Neoclássica, a visão Crítica irá questionar os meios pelos quais a sustentabilidade seria possível dentro da lógica da (re) produção do capital.

2.1.2 A visão Crítica

A sustentabilidade sendo pensada a partir do movimento Crítico, que assume a partir das teorias marxistas, que o desenvolvimento pode esconder mecanismos de manutenção do próprio sistema produtivo é defendida por pesquisadores como Soares, (2006; 2010; 2011); Almeida (2002), entre outros. Sob esta perspectiva, a natureza como um fator de produção, está a serviço da lógica de reprodução do capital. Isto porque, a partir do pensamento Marxista, estes autores visualizam que no cerne da questão ambiental, está a formulação de mecanismos que permitam a manutenção do sistema vigente. Isto significa que a temática ambiental é colocada e disseminada pela hegemonia de maneira falsa produzindo uma falsa consciência ambiental entendida como falta de consciência ambiental.

A visão crítica parte do entendimento de que até meados do século vinte a dominação da natureza não era uma questão, mas uma solução capaz de gerar o desenvolvimento e promover o crescimento da sociedade humana. Entretanto, uma vez que não há sistema técnico dissociado de um sistema de ações, de um sistema de normas, de um sistema de valores (SANTOS, 1994), o desenvolvimento, então, não ocorre sem a intervenção humana. Nesse sentido, esta evolução que culmina na mundialização atual, em que todas as sociedades participam de um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos são definidores de uma época. Logo, estes devem levar em conta o sistema tecnológico existente nessa época, período no qual as técnicas adquirem papel fundamental na produção do espaço. Então o sistema tecnológico de uma sociedade não pode ser separado daquilo que constitui tal sociedade.

Partindo dos entendimentos de Marx (1988), para quem uma sociedade não pode deixar de produzir suas condições biológicas e sociais, as condições de produção, que, na verdade, são condições de reprodução, o desenvolvimento não se dissociará da lógica que o reproduz já que desenvolver é expandir, reproduzir. Nesse sentido, reproduzir as condições de produção é se apropriar do espaço, produzir necessidades específicas, valores de uso que encerra determinada “atividade produtiva adequada a um fim, a um trabalho útil” (p. 50)..., em que... “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (p. 142). O desenvolvimento sustentável não “transforma o “homem em si” em “homem para si”, mas reitera sua condição de recurso, coisa ou mercadoria, força de trabalho para o capital”.

A visão Crítica irá entender a economia como a expansão e a reprodução ampliada do capital que estão baseadas na tecnologia informacional. Ela, por sua vez, possibilita

intensificar o uso do território, explorar riquezas naturais independente do país e da região onde se localizam. O controle da produção e a exploração do conjunto da força de trabalho são obtidos em pequenas e médias unidades, dispersas no mundo, mas controladas pelo centro do sistema capitalista.

A partir da lógica da acumulação flexível do capital e da desregulamentação das relações de trabalho e predomínio do neoliberalismo, a hegemonia será a determinante do desenvolvimento sustentável. Irá, ainda, determinar que se todos são iguais (perante a lei) todos devem preservar o meio ambiente, um “bem comum” (RODRIGUES, 2006). E este bem comum deve ser preservado para as gerações futuras poderem, também, reproduzir a lógica capitalista vigente.

A visão Crítica irá compreender também que a exploração de riquezas naturais altera o modo de vida de comunidades e dos povos que são submetidos à exploração e a espoliação alterando, também, o modo de vida daqueles que os exploram, cujo *status* passa a ser auferido pelo “padrão de vida”. Em decorrência disso, quando se esgotam as reservas, alteram-se, novamente, as formas e os modos de vida fazendo com que a força dominante (re) crie matrizes discursivas que ocultam contradições e conflitos a partir de um novo discurso, tal como: “a biosfera, as riquezas naturais passam para “bem comum” da humanidade. Neste sentido, o universalismo da propriedade privada é acrescido do universalismo da biosfera” (RODRIGUES, 2006, p. 105) e a sustentabilidade passa a ocorrer na lógica do mercado.

As duas visões acima delineadas, enquanto paradigmas para a sustentabilidade são sintetizados no Quadro 03:

Quadro 03: Síntese dos paradigmas para a sustentabilidade

Fator	Visão Neoclássica	Visão Crítica
Natureza	Recurso	Habitat
Homem	Dominador do meio ambiente	Pertencente ao meio ambiente
Técnica	Associada a expansão econômica	Associada ao desenvolvimento humano
Economia	Propulsora do crescimento	Propulsora do desenvolvimento
Capital	Objetivo	Processo
Produção	Meio de expansão social	Meio de exploração social

Fonte: Síntese do autor, com base nos paradigmas Neoclássico e Crítico

Como se pode observar no quadro quatro, esses dois paradigmas possuem diferentes modelos operatórios até então concebidos a partir da primeira e da segunda Revolução Industrial. Em decorrência disso, seu entendimento irá determinar a forma pela qual os

valores éticos e morais de uma sociedade serão alicerçados desvelando, por isso mesmo, a importância de sua compreensão pela área da administração.

2.2 Sustentabilidade e a Administração

Para pensar uma administração orientada a partir da sustentabilidade se faz necessário um redimensionamento de seus propósitos o que implica, em decorrência disso, em um descolamento dos paradigmas que a originou. Neste sentido, conforme afirma Abramovay (2012), uma nova forma de organização que vislumbre estratégias alternativas de transição para uma nova ordem social pode ser decisiva a partir das “influências que elas exercem não só nas políticas públicas, mas, sobretudo, nas forças sociais diversas que interferem de forma cada vez mais explícita na definição dos sistemas administrativos” (p. 17).

Sendo as organizações um dos principais pilares do desenvolvimento social e econômico, as estratégias alternativas de transição para uma ordem sustentável, implica no entendimento de que a administração deve ser orientada a partir da relação entre a sociedade e a natureza, tendo como eixos norteadores a inovação e o limite. A inovação, no que tange a necessidade de se diminuir a dependência econômica da utilização de recursos materiais e energéticos. Já o limite como forma de entendimento de que, apesar do homem ser capaz de produzir novos modos de vida social, a exploração desmedida da natureza provoca alterações nos ecossistemas que na maioria das vezes são assustadoras (ABRAMOVAY, 2012). Logo, pensar uma administração orientada para a sustentabilidade significa (re)pensar seus propósitos e suas estratégias a partir do que Mendes (1995) chama de metas prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Para Mendes (1995) o desenvolvimento sustentável gera, para a sociedade, seis metas prioritárias: 1) a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde e lazer); 2) preservar o ambiente de modo que as gerações futuras tenham chance de viver (solidariedade); 3) conscientização social (participação da população na conservação do meio ambiente); 4) geração do bem estar social (garantia de emprego, segurança); 5) erradicação da miséria e a igualdade social e 6) a elaboração e realização de programas educativos para esta finalidade.

No que tange à primeira meta do desenvolvimento sustentável – a satisfação das necessidades básicas da população – deparamo-nos com um desafio que revela a importância da administração pensada a partir do referido contexto. Isto porque, a administração desde a

partir da Revolução Industrial, no século XVIII, teve seus esforços centrados para a expansão do desenvolvimento econômico criando, para tanto, foco na expansão do capital sem necessariamente levar em consideração a reprodução e ampliação das condições de pobreza. Isto implica em dizer que ela se vê desafiada a “criar uma coesão social e a contribuir de forma positiva para erradicar a pobreza, o que tem sido até aqui, muito limitado” (ABRAMOVAY, 2012, p. 16). A rigor, implica em pensar em uma administração que vincule a produção de bens e serviços à obtenção real de um bem estar para as pessoas rompendo, desta maneira, com a visão neoclássica, mas, ao mesmo tempo, capaz de gerar um metabolismo industrial que configure uma relação ética-econômica (p. 21). Em outras palavras: a administração se faz importante na satisfação das necessidades básicas da população, enquanto meta prioritária do desenvolvimento sustentável, porque ela é “a base filosófica decisiva da organização social do mundo desde a Revolução Industrial e é nessa base que o mundo construiu sua impressionante prosperidade material” (ABRAMOVAY, 2012, p. 25).

Diante deste desafio, estudos como os de Veiga (2010) informam a renúncia do crescimento econômico e a ruptura para com a visão de expansão material como mecanismo de equilíbrio social capaz de gerar bem estar. Esta renúncia, por sua vez, implica em mudanças na formação do administrador, nas formas pelas quais a administração é ainda hoje por muitos pensada e, principalmente, na readequação técnica profissional, trazendo a tona, para a administração, a competência necessária para pensar uma nova economia que tenha o desenvolvimento sustentável como eixo estratégico. Economia esta que permita, por sua vez, a redução das desigualdades e o aumento da eficiência dos recursos já existentes.

Em relação à segunda meta prioritária delineada por Mendes (1995) – a preservação do meio ambiente, a administração se faz tão importante quanto necessária se pensarmos a respectiva preservação como estratégia, inclusive, empresarial. Isto porque, o modo pelo qual a sociedade visualiza a natureza implica, necessariamente, na forma pela qual ela a utiliza. Neste sentido, a administração enquanto disciplina formuladora de estratégias pode transformar a preservação do meio ambiente em estratégia competitiva, ao mesmo passo no qual, se torna possível a obtenção de eficiência da utilização dos recursos produtivos. Neste caminho, é importante lembrarmos os trabalhos de Shrivastava (1995) quando trata da preservação ambiental como estratégia de redução de custos e os de Porter e Van Der Linde (1995), para quem uma boa administração dos recursos naturais e controle das perdas produtivas se configuram em uma diferenciação empresarial e na diminuição de custos.

A preservação dos recursos produtivos, caso a natureza deva assim ser entendida pela

administração, implica em pensar atualmente na redefinição das necessidades organizacionais. Esta redefinição implica, conforme descreve Shrivastava (1995), numa gestão “ecocêntrica” capaz de alinhar a gestão empresarial com a gestão ambiental. Segundo o autor, tal capacidade implica em uma visão empresarial dos desafios que, hoje, são de ordem mundial: a escassez de recursos, o excesso de poluição e a falta de alternativas produtivas transformando-se, então, em estratégia competitiva a capacidade que a organização possui em reconhecer sua cadeia produtiva a partir de alternativas ambientalmente corretas.

Em se tratando da conscientização social, enquanto terceira meta, sendo a sociedade parte interessada da organização, é ela – a sociedade, que deve estar na base das estratégias empresariais. Para tanto, a administração se vê envolvida com o propósito de propiciar o que Sen (2009) chama de “vida plena e criativa”. Para o autor, o desenvolvimento sustentável consiste em moldar uma “existência significativa, na medida da dignidade humana”, o que implica em dizer que é papel das organizações fornecerem esclarecimentos para a sociedade de tal modo que esta não seja levada a criar uma falsa consciência sobre suas necessidades de bens e serviços com a oferta dos mesmos. A rigor, trata-se da oferta de condições de controle para os indivíduos sobre sua própria vida a partir da transparência das ações, da ética nos negócios, nas relações justas e, principalmente, na proteção social. Oferta de condições já definidas por Maynard e Mehrtens (1993) e Clarkson (1995) quando questionam, por exemplo, o que seria o sucesso empresarial em uma sociedade onde os interesses econômicos constituem-se apenas como parte dos resultados das empresas estando os resultados sociais e ambientais atrelados a este aspecto.

Em relação à geração de bem estar social, enquanto quarta meta definida por Mendes (1995), a administração deve ser capaz de preencher as necessidades básicas de bilhões de pessoas sem confundir o limite, acima já comentado com paralisia uma vez que, como já exposto, nem sempre (quase nunca) o crescimento econômico está relacionado ao bem estar (ABRAMOVAY, 2012). Aliás, o bem estar social está intimamente ligado a dignidade humana e ao acesso aos bens e serviços considerados necessário para “uma vida que vale a pena ser vivida” (SEN, 2009, p. 22) e é justamente neste ponto que esta meta se relaciona com a administração que, além de ser orientada para este fim, deve articulá-los com tratativas que vão desde mobilidade espacial aos sistemas de acesso gerando, para tanto, oportunidades de negócios inovadores.

Ao criar oportunidades de negócios inovadores, a administração passa a ser orientada para a criação de valores com base no bem-estar social e não, necessariamente, na geração de riquezas. Desta maneira, a partir dos negócios inovadores, torna-se possível a geração de

empregos e rendas (que satisfaçam os trabalhadores no que tange a sua sobrevivência de maneira digna) para a maior parte da população criando, assim, meios de minimização da desigualdade social e erradicação da miséria enquanto quinta meta prioritária.

A administração pode auxiliar na minimização da desigualdade social se considerar a população mais pobre como fonte de negócio em potencial. Quando as empresas se permitem a gerar negócios com e para esta camada social, elas passam a operar na base da pirâmide social auxiliando no combate da pobreza e na redução das desigualdades. Em decorrência disso, conforme observa Prahalad e Hammond (2002), elas acabam contribuindo para o bem estar da população uma vez que estando comprometidas com essa camada social, as organizações tornam-se ativas nesta causa social.

O comprometimento das organizações com a redução da pobreza também pode ser orientado por meio de trabalhos desenvolvidos que visem solucionar problemas sociais. Trabalhos estes que estabelecem estratégias de estímulo ao desenvolvimento a partir da democratização do acesso aos bens e serviços sociais permitindo, desta forma, o exercício, inclusive, da cidadania (SEN, 1992) e que se diferencia de outros tipos de trabalho por ter em seu âmago a ética e valorização dos seus atores como mecanismo de realização do próprio negócio.

A sexta e última meta definida por Mendes (1995), os programas educativos, devem ser orientados a partir da construção de valores éticos e morais dos agentes que atuam na administração. Para esta construção, a administração se vê envolvida com a conscientização da própria organização por meio da transformação do próprio espaço empresarial, mas, também, a partir da formação de seus atores em espaços voltados para esta finalidade. Neste sentido, abre-se como uma das possibilidades se atenderem as novas demandas sociais, a formação de administradores com consciência sobre seus próprios futuros desafios que consistirão na percepção e entendimento das questões ambiental, social e financeira nas quais suas práticas estarão inseridas (ELKINGTON, 2001). Isto implica em dizer que, conforme salientam Jacobi, Arruda e Raufflet (2011), o desenvolvimento sustentável passa, então, pela educação dos indivíduos para além do simples desempenho profissional.

A partir das metas definidas por Mendes (1995), a administração se vê desafiada a promoção do gerenciamento das ações econômicas no que tange os aspectos econômicos, ambientais e sociais que se relacionam direta ou indiretamente as metas acima descritas. Isto implica em dizer que emerge para a administração e seus agentes, quando pensados a partir do entendimento do desenvolvimento sustentável, um novo papel dado estas novas demandas. A rigor, as metas definidas por Mendes (1995) mostram que, a administração deve integrar os

três eixos norteadores da sustentabilidade em suas ações e isto significa uma abrangente mudança nas formas pelas quais suas ações são estruturadas.

Apesar de ser dominante, ainda, na formação do administrador o domínio da dimensão econômica (GOMES e MORETTI, 2007), trabalhos como os de Carrol, (1999) Pirsch; Gupta e Gra (2007) e Moretti e Figueiredo (2007) revelam que as questões econômicas, ambientais e sociais são inter-relacionadas, principalmente, a partir das dimensões éticas e morais. Em decorrência disso, as ações do administrador para a realização do desenvolvimento sustentável irá depender dos valores éticos e morais que neste foi construído.

Como a construção de valores éticos e morais depende, necessariamente, da formação educacional, emerge neste ponto a importância das estratégias educacionais voltadas para este fim, bem como, a relevância do entendimento de como as instituições de ensino vêm produzindo e disseminando o conhecimento que irá afetar diretamente a formação deste sujeito que terá, como desafio, compreender e relacionar as questões éticas e morais com/a partir da inter-relação das questões econômicas, sociais e ambientais. Em decorrência disso o ensino na formação do administrador será o tema do capítulo a seguir.

3 O ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO

Nada, ou quase nada na história humana é totalmente novo no sentido de não ter antecedentes no passado.

Zigmunt Bauman (2012, p. 39)

Desde 1996, por meio da Lei n. 9.394, a educação no Brasil é organizada por modalidades e níveis de ensino. O conjunto de níveis e modalidades instituídos pela respectiva Lei forma um sistema educacional que se atende as esferas federais, estaduais e municipais de acordo com os parâmetros estabelecidos pela lei a partir do direito garantido pelo terceiro capítulo da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2005).

Enquanto nível, o sistema educacional brasileiro dividiu-se em básico e superior. O primeiro é composto pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio e o segundo pelo ensino superior e pela Pós-Graduação. No Brasil, a educação é um direito de todo o cidadão e um dever do Estado e da família. Isto implica em dizer que, apesar de ser livre sua oferta pela iniciativa privada – que deverá cumprir as normas gerais do sistema educacional sendo, para tanto, supervisionado pelo Estado – ela deve ser oferecida pelo Estado em todos os níveis. No nível federal, sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), no nível estadual pela Secretaria Estadual de Educação (SEE) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e, por fim, em nível municipal sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) (BRASIL, 2005).

As esferas estaduais e municipais possuem autonomia para a elaboração de seus currículos didático-pedagógicos desde que respeitadas os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que tem por objetivo uniformizar a oferta e o conteúdo a ser oferecido pelas escolas.

As instituições escolares no Brasil, desde que respeitadas as normas do sistema educacional poderão, também realizar a educação por meio de quatro modalidades que diferem da tradicional. A primeira, direcionada apenas ao ensino fundamental e médio, é a Educação de jovens e adultos que tem por objetivo diminuir a defasagem dos ingressantes no nível básico em relação ao ensino tradicional. A Segunda é a Educação profissional ou técnica que desenvolve habilidades e competências em nível médio para a atuação do egresso no mercado de trabalho em área específica. Como meio de garantir a inclusão de todos os

cidadãos e fazer cumprir o dever do Estado, a Educação especial, enquanto terceira modalidade de ensino deverá atender e oferecer acesso à instrução os cidadãos que possuem algum tipo de deficiência. Já a quarta modalidade, a Educação a distância, poderá ser ofertada no ensino básico, excluindo-se a educação infantil, e no nível superior desde que atendido as normas específicas para este fim. (BRASIL, 2005).

A formação em nível superior possui especificidades que determinarão a maneira pela qual a instrução será oferecida. Esta poderá ser realizada na forma de tecnologia ou formação específica, como licenciatura ou como bacharelado.

Os cursos de tecnologia ou formação específica são cursos ofertados na modalidade presencial, semipresencial ou a distância que objetiva a formação de mão de obra técnica. Com duração mínima de dois anos, estes cursos são direcionados a setores do mercado que necessitam de intervenções práticas ou comumente conhecidos como o “saber fazer”. Já as licenciaturas têm como único e exclusivo mote, a formação de professores para a instrução no nível básico da educação. São cursos com duração mínima de três anos que objetiva desenvolver em seus participantes a habilidade de “saber ensinar”.

Os bacharelados, com duração mínima de quatro anos, focam no desenvolvimento da capacidade crítica de seus participantes tendo o foco no desenvolvimento do pensamento estratégico e na tomada de decisões em determinada área ou assunto. Os bacharelados, em decorrência do exposto, são cursos que objetivam “ensinar a pensar” as questões e circunstâncias que envolvem a área de atuação. Independente da modalidade, os egressos da educação superior poderão cursar a Pós-Graduação que, por sua vez, divide-se em duas modalidades: *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. (BRASIL, 2005).

A Pós-Graduação *Lato Sensu* são cursos definidos a partir de sua carga horária que deverá ser igual ou superior a 360 horas. Isto implica em dizer que não existe para esta modalidade o rigor de tempo mínimo de curso e nem, tão pouco, supervisões por parte das esferas governamentais. A única exigência é que a instituição de ensino superior que esteja oferecendo o curso possua cadastro e registro no Ministério da Educação, diferente da Pós-Graduação *Stricto Sensu* cujo oferecimento depende da autorização da Coordenação de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior (CAPES), uma agência reguladora e certificadora da oferta e qualidade dos Mestrados, Mestrados profissionalizantes e Doutorados no país, cursos estes direcionados a academia e a construção do conhecimento.

Diferente das pós-graduações *Lato Sensu* que focam a especialidade em determinada área do conhecimento (por isto apenas certificam), a Pós-Graduação *Stricto Sensu* objetiva o

desenvolvimento de habilidades e conhecimentos específicos (por isso diplomam). (BRASIL, 2005).

É justamente na Pós-Graduação *Stricto Sensu* que encontramos o campo de formação de ideias e construção de conhecimento. É nela, também, que se vincula a disseminação do conhecimento científico produzido por meio dos periódicos acadêmicos, que, por sua vez, será abordado no capítulo seguinte.

3.1 O Ensino em Administração e a Formação do Administrador

A Administração, enquanto formação em nível superior bacharelada exige que seu graduado possua conhecimentos técnicos e gerais que sejam capazes de lhe garantir uma visão holística sobre determinado assunto. Atualmente, a este perfil soma-se a necessidade do conhecimento ambiental cuja inclusão significa como relata López (2011), grandes mudanças que permitam a administração a adaptar-se a nova demanda social. No Brasil, o ensino da administração passou por três momentos marcados pelos currículos mínimos aprovados em 1966 e 1993, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Administração homologadas, em 2004, pelo Ministério da Educação.

Em 1993, ocorreram alterações nos currículos mínimos aprovados em 1966, representando significativos avanços em face de excessiva rigidez dos primeiros currículos. Estes avanços ampliaram e consolidaram de forma definitiva as Diretrizes Curriculares (CRA-CE, 2011). Um dos avanços refere-se à inclusão da Educação Ambiental (EA) na formação do administrador que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, orientadora para a introdução da EA na grade curricular dos cursos de diferentes níveis de maneira transversal, passou a ser obrigatória. Orientação esta que, de certo modo, alterou a concepção de formação de um profissional em administração.

Tendo consciência e a dimensão de que a inserção da EA na formação superior não deve ser interpretada como uma inovação da última década, mas como uma consolidação de projetos educacionais fortemente discutidos, em 1997, o SESU/MEC, convocou as Instituições de Ensino Superior (IES) para apresentarem propostas às Comissões de Especialistas de ensino das diversas áreas do conhecimento, com vistas à definição do perfil dos sujeitos a serem formados no processo de formação superior. No tocante dos desafios propostos pelas causas ambientais, as instituições foram convocadas a apresentarem propostas

e alternativas para que o estudante de administração seja educado durante o curso a respeitar o ambiente, estabelecer estratégias ambientais e desenvolver a EA no contexto organizacional.

Avançando cronologicamente nos debates da inserção da EA nos cursos superiores de administração, as diretrizes Curriculares para os respectivos cursos no Brasil, aprovada pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, nível bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular, por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares (BRASIL, 2005), dentre outros elementos necessários o ensino da administração. Em decorrência disso, ficou estabelecida, no terceiro artigo, que os cursos de graduação em administração devem ensinar, como perfil desejado do formando, a capacitação, a aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção, assim como seu gerenciamento, ainda sendo observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para o desenvolvimento e gerenciamento qualitativo e adequado dos processos organizacionais. Isto implica em dizer que a assimilação de novas informações, a flexibilidade intelectual e a adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador, tornou-se condição *sine qua non* do desenvolvimento de suas habilidades e competências. Em outras palavras: em conformidade com o artigo terceiro, o desejo das diretrizes curriculares para os cursos de administração, no Brasil, é formar um administrador capaz de compreender questões sociais, ambientais e sustentáveis de uma sociedade.

Ainda referenciando as diretrizes curriculares, em seu quinto artigo, a mesma estabelece que os cursos de graduação em administração devam contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional. Estes conteúdos deverão ser de:

- 1) Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- 2) Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas,
- 3) Estudos Quantitativos e suas Tecnologias
- 4) Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando (BRASIL, 2005).

É a partir da formação complementar que se estabelece a relação da formação superior em administração, à transversalidade e a EA. É nela, ainda, que se cerra o desafio de triangular as questões propostas pela EA por meio da transversalidade na formação do administrador, dando a tônica da construção de um perfil de administrador capaz de perceber, entender e analisar as questões sociais que se relacionam ao meio ambiente.

Direcionando a discussão à profissão administrador, esta está regulamentada pela Lei nº 4.769/65, que estabelece que a administração deva ser exercida por profissionais com formação superior e que a possuam as competências e habilidades necessárias à sua profissão. Entre elas encontra-se o respeito ao ambiente onde opera e o respeito ao Código de Ética da Profissão (BRASIL, 2005).

De acordo com a regulação do exercício da profissão, o administrador é um profissional com competências, habilidades e comportamentos específicos para atuar nos diversos campos da administração, em micros, pequenas, médias, grandes organizações, e em suas atividades típicas e específicas. (Art. 2º da Lei nº 4.769/65 e 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/67). Frente às necessidades da reconstrução dos valores éticos e morais destes profissionais a partir da inclusão das EA de maneira transversal no currículo do curso de administração se observa a necessidade (mesmo que emergido do atendimento de um ato legal e instaurado pelas metas governamentais) de se formar administradores competentes para gerir organizações responsáveis. O desafio de se formar administradores que atendam as novas demandas sociais, como apontam Ferreira e Ferreira (2008, p. 04) não são fácil de serem enfrentados. Ao contrário. De acordo com os autores, apesar de estarem em evidência à necessidade de se formar administradores comprometidos com a questão ambiental, ainda existem “empresas que pautam seus princípios em discursos e não em ações efetivas. As organizações que têm a sua frente executivos preocupados com a proteção ao meio tendem a se destacar no mercado, visto que a variável ambiental passou de entrave à aliada” (FERREIRA; FERREIRA, 2008).

Ainda segundo os autores, esta visão desvela uma urgência na formação de:

“alunos dos cursos de graduação em Administração de Empresas que tenham presentes em seus currículos disciplinas relacionados à gestão ambiental, visto que tais questões são de extrema relevância e que devem, portanto, serem consideradas no debate acadêmico” (p. 04).

Frente às novas demandas sociais, os administradores passaram a ser desafiados a reduzir os impactos das organizações que dirigem sobre o meio ambiente. Para tanto, a internalização

de saberes que, a partir EA, são estruturados e disseminados no curso que forma o administrador, é fundamental neste processo. Isto implica em dizer que a EA passa a ser um importante instrumento de materialização da visão de desenvolvimento sustentável que estes administradores passarão a ter desvelando, desta maneira, a importância de tratamento da temática especialmente nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da área como apresentado no item 3.3 deste trabalho já que a próxima tratativa refere-se as políticas e os desafios da EA nos cursos de administração.

3.1.1 A Sustentabilidade no Ensino de Administração

Ao tratar do ensino da sustentabilidade na administração, percebe-se a necessidade da criação e inserção de programas e questões relacionadas a esta temática, mas que não entrem em conflito com o atual perfil de administrador. Isto porque, conforme argumenta López (2011), têm-se, atualmente, o problema de se estudar a própria administração que objetiva a eficiência no refino dos métodos de gestão e elevação nos níveis de trabalho de planejamento. Em decorrência disso emerge a necessidade de se criar programas curriculares harmoniosos e coerentes com as medidas destinadas ao aumento do papel dos métodos de administração e gestão que sintonizem com as exigências do estágio de desenvolvimento. Para este fim, emerge a Educação Ambiental (EA) direcionada a formação do administrador com o objetivo de aperfeiçoar a produção, conservação e gestão dos recursos naturais a partir do comportamento responsável de seus agentes (TOLEDO, 2002).

Criada em 1999 por meio da Política Nacional de Educação Ambiental, no Brasil, esta educação deve abranger, de forma obrigatória e de maneira transversal todos os níveis educacionais (BRASIL, 1999). Em decorrência disso, a inserção da EA nos currículos escolares, aqui com especificidade aos currículos que envolvem diretamente a formação do administrador, seja esta em nível de graduação ou Pós-Graduação, se torna fundamental. Aliás, a Educação Superior por meio dos programas de graduação e Pós-Graduação devem, inclusive, integrar as temáticas relacionadas as questões ambientais em todas as formas e níveis de capacitação docente, fazendo com que a mesma se vincule aos temas no qual o docente está sendo capacitado de forma transversal.

Uma vez que por meio da força Legal instituída pelas políticas públicas vigentes, tais como, a Constituição Federal, a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental, a Educação Ambiental passou a ser obrigatória em todas as

modalidades de ensino e nos currículos de forma permanente (BARBIERI; SILVA, 2010, p. 153). Em decorrência disso, “a Educação Ambiental transformou-se em meta básica da ação ambiental, cujo objetivo é melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações dos seres humanos entre si e com os demais elementos da natureza”.

Como toda Lei tem como base fundante a manutenção da ordem e da moral social, assim como, a preservação e a garantia dos direitos dos cidadãos, a EA quando implantada nos currículos escolares, passou, então, a ser um direito de todos assim como é o direito à educação. De acordo com alguns princípios definidos pelo Tratado de Belgrado, em 1975 (SMA/CEA, 2004), uma vez que a educação é um direito de todos [e, por isso mesmo,] somos todos aprendizes e educadores (primeiro princípio), a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formais, não formais e informais, promovendo a transformação e a construção da sociedade (segundo princípio). A EA deve, também, tratar questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico (terceiro princípio), assim como ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira humana (quarto princípio).

O Tratado de Belgrado ainda define, enquanto quinto princípio, que a educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Ela objetiva, ainda, converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis ajudando, já como sexto e último princípio, a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Os princípios defendidos no Tratado de Belgrado vão ao encontro à tentativa de se desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele. Dentre outros, podemos elencar a construção do conhecimento, das habilidades, de atitudes e o compromisso de se atuar individualmente ou coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais, assim como, a prevenção de novos problemas.

As questões acima expostas também foram referenciadas na Conferência de Tbilisi. De acordo com Caúla e Oliveira (2007, p. 4), a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, ocorrida em 1977, constituiu o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental. A partir daí “foram definidos os objetivos e as estratégias pertinentes, em nível nacional e internacional, para implantação da educação ambiental, postulada como um elemento essencial para uma educação global, orientada para a resolução dos problemas”, em favor do bem-estar da comunidade humana, dentro de uma

visão crítica da realidade. A Conferência de Tbilisi apontou o fato de que a Educação Ambiental deve ser “o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais”. Assim, conforme descreve o relatório da respectiva Conferência:

“(...) Para a realização de tais funções, a educação ambiental deveria suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade; enfocar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais”. (BRASIL, 2003, p. 07).

Atrelado ao exposto acima, segundo Barbieri e Silva (2010, p. 155), as 110 recomendações da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente (CNHUMAH) se traduzem na necessidade de implementar a Educação Ambiental de caráter interdisciplinar com objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente, como afirma a Resolução 96 da respectiva Conferência.

Para implementar a Resolução, a UNESCO e o PNUMA criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Este programa tem com o objetivo a promoção do intercâmbio de ideias, informações e experiências em EA entre as nações de todo mundo. Por meio do intercâmbio informacional, seria possível fomentar o desenvolvimento de atividades de pesquisa que melhorassem a compreensão e a implementação da EA promovendo, desta maneira, o desenvolvimento e a avaliação de materiais didáticos, currículos e programas de ensino. Isto implica em dizer que a Educação Ambiental deve avançar no caminho de oferecer alternativas para a formação de sujeitos que construam um futuro melhor evidenciando, assim, uma vasta mudança institucional frente à um contexto de graves dificuldades econômicas, sociais e ambientais. Cabe ressaltar que como afirma Seiffert (2010, p. 292), a EA deve estimular a construção de valores a partir da ação cotidiana. Assim, a inserção da EA nos currículos escolares deve ser vista como um importante elemento organizador da prática, não como uma forçosa violação aos meios e as formas educacionais até então existentes.

A inserção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino envolve um grande desafio às instituições escolares já que, de acordo com Leff (2010, p. 83) a “demanda de conhecimentos gerada pela problemática ambiental e o manejo integrado e

sustentável dos recursos vai além da necessidade de amalgamar as disciplinas existentes”. Talvez, um dos maiores desafios institucionais seja inovar e reconstruir novos paradigmas educacionais a partir da inserção, de maneira transversal, da Educação Ambiental nos currículos secularmente estruturados para a formação de forças tecnicamente orientadas para os sistemas de produção.

O desafio da reconstrução de novos paradigmas possui a mesma dimensão da emergência da construção de valores éticos e morais que atendam as novas demandas sociais. Por isso, a EA deverá operar a partir dos mais diversos e variados conteúdos que compõem a formação do administrador. Isto implica em dizer que ela deve ser realizada de maneira transversal, o que para Bovo (2005, p. 03) “desvela uma transformação da prática pedagógica, pois rompe o confinamento da atuação dos professores às atividades pedagogicamente formalizadas e amplia a responsabilidade com a formação dos alunos nos diversos níveis e categorias da educação”. A transversalidade constitui-se como um eixo norteador no qual os projetos curriculares possam estabelecer relações entre professores e alunos, com vistas a promover debates e discussões.

A transversalidade seria então, grosso modo, o mecanismo gerador de comportamentos e conhecimentos cuja finalidade é atingir as propostas e objetivos curriculares e de políticas públicas de diferentes temas ligados às necessidades da construção sob diversos aspectos de novos valores éticos e morais para a sociedade.

No que diz respeito ao ensino superior, a transversalidade caracteriza-se como um grande desafio institucional (e para os educadores), uma vez que sua apreensão envolve diferentes aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos. Em decorrência disso, ela se diferencia das disciplinas curriculares porque, a rigor, ela se firma como uma metodologia integradora de ensino. Enquanto metodologia, para o seu desenvolvimento, alguns pressupostos devem ser observados:

- 1) Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) brasileiros estabeleceu que as instituições de ensino formais ou não formais ofereçam estudos transversais, para a formação de cidadãos com capacidades e atitudes éticas para entender, intervir e gerir os recursos naturais e os problemas sociais regionais ou nacionais, assim sendo, as instituições universitárias devem apressar as mudanças em suas matrizes curriculares em seus diferentes cursos.

- 2) Segundo os PCNs, a Transversalidade se fundamenta na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Requer a complexidade do real e a necessidade de se

considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. A transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática, essas concepções certamente revelam uma necessidade premente de esforços institucionais para mudar formas de ensino e integrar esforços.

3) A transversalidade da educação ambiental exige transformações na metodologia de ensino nos cursos, para que essa transformação ocorra, a instituição de ensino deve desenvolver momentos de discussão, reflexão, capacitação e revisão das metodologias existente e das que podem ser adotadas.

4) A dimensão ambiental nos cursos superiores não se limita a criar disciplinas específicas para que a educação ambiental seja uma realidade nos cursos. Desafia-se as instituições universitárias a encorajar seus professores, pesquisadores e extensionista a encontrarem e apresentarem projetos e alternativas para uma metodologia integradora e inovadora de Educação Ambiental na instituição.

5) A transversalidade na Educação Ambiental não deve pautar-se pelo *consenso* ou acordos ideológicos, deve sim, ser uma estratégia de debate e ensino que provoque e promova novas atitudes e comportamentos em todos os envolvidos na atividade de ensino (BRASIL, 1999).

Retomando o pensar de Bovo (2005) se percebe, então, que a proposta da transversalidade se firma como estratégia de ensino. Em decorrência disso, a inserção da EA nos currículos se revela como uma potencial ferramenta de desenvolvimento de conhecimento e competências, sob a perspectiva de propiciar aos formandos as competências estabelecidas no Projeto Pedagógico dos Cursos e as exigências organizacionais, que estabelecem perfis de profissionais capazes de entender, gerir e responder aos desafios ambientais. Ou seja, as instituições de ensino superior não estão apenas educando as futuras gerações para tomadores de decisão, tais instituições têm papel importante na trajetória para um futuro global mais sustentável. Tal papel é exercido por meio de três componentes: 1. os espaços de formação, intercâmbio e educação; 2. os espaços de pesquisa e geração de ideias; e 3. as organizações com orçamentos e processos de tomada de decisão (JACOBI, 2010, p. 28).

Dentre os componentes acima descritos encontramos nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* sua dimensão: gerar ideias e disseminá-las por meio dos periódicos acadêmicos e dos conteúdos curriculares oferecidos em seus cursos.

3.2 O Ensino nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil

Por meio do Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, firmado em 1940, começaram as articulações entre o Brasil e os Estados Unidos para a oferta da Pós-Graduação brasileira. Em 1951, por meio do Decreto 29.741, é criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES), cujo principal objetivo era o atendimento as desenvolvimentistas do país. Esta Comissão deveria auxiliar na construção de um país desenvolvido e independente e, por isso, deveria formar especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade (CAPES, 2013). Esta ação começou a gerar resultados a partir da década de 1960, principalmente por meio da parceria do governo brasileiro com a Fundação Ford, inicia-se o movimento de estruturação da Pós-Graduação no Brasil (SANTOS, 2003), entretanto, de maneira ainda incipiente e difusa.

Foi somente em 1965, novamente subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* começam a ser regulamentados. Contando com 27 mestrados e 11 doutorados, ela é regulamentada no mesmo ano pelo Parecer 977 que fornece à CAPES novas atribuições frente as demandas emergentes (CAPES, 2013) de qualificação docente e estrutura universitária. Isto implica em dizer que, conforme Machado e Alves (2006, p. 01):

“a história da Pós-Graduação no Brasil é pautada por documentos oficiais, e balizada por momentos e datas precisas, relativamente recentes (do século XX em diante; não encontramos referências aos estudos pós-graduados antes de 1930). Constituem documentos e/ou momentos fundadores da Pós-Graduação brasileira o Estatuto da Universidade (1945), quando se dá a primeira tentativa de implantação da Pós-Graduação; a instituição da Capes e do CNPq (1951), o Parecer 977/65 (1965), que oficialmente instituiu a Pós-Graduação, o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (1975)”.

Segundo Mendonça (2003) a própria criação da CAPES foi marcada por interesses econômicos e políticos na expansão do desenvolvimento econômico brasileiro que significaram uma série de entraves à sua consolidação. Por isso mesmo foi somente na década de 1980, que a Pós-Graduação *Stricto Sensu* começou a ter efetivos mecanismos de controle evidenciando, desta forma, a quanto recente é sua atuação. A década de 1980 foi um período importante para a Pós-Graduação brasileira porque marca a tentativa de desvinculação da mesma dos modelos importados que a instituíram. Isto implica em dizer que, até então, o

sistema brasileiro possuía o mesmo formato internacional. De acordo com Hamburger (1980), a realidade brasileira diferia-se da realidade de outros países e, por isso mesmo, as linhas de pesquisa (inexistente no país) deveriam ser direcionadas aos problemas locais e, principalmente, pensadas a partir dos respectivos problemas.

A partir da crítica de Hamburger (1980), o Brasil busca desprender-se dos propósitos e da dependência cultural originária dos diversos pesquisadores estrangeiros que, foragidos da segunda guerra, se reestruturavam no Brasil tornando-se catedráticos de determinada área. Conforme relata Balbachevsky (2005, p. 187) o “modelo [da Pós-Graduação brasileira] era a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático e o pequeno número de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e pesquisa”. Modelo este que permitia, então, que o entendimento dos problemas dos países subdesenvolvidos fossem pensados e discutidos a partir das visões dos países desenvolvidos.

Esta constatação permite inferir com Bertero, Caldas e Wood (1999) que os esforços governamentais federais levaram à criação de programas de mestrado e doutorado em universidades públicas e em algumas universidades privadas ou confessionais firmando, efetivamente, a Pós-Graduação no Brasil.

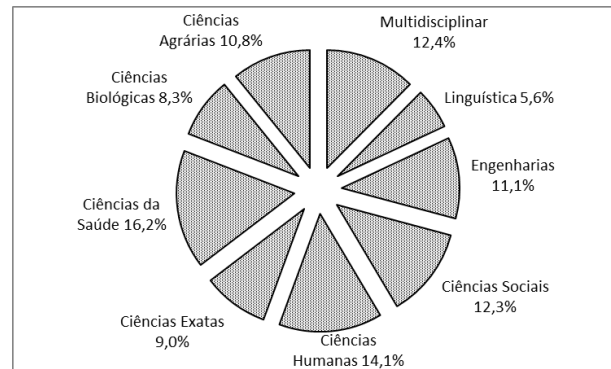
Já em 1995, consolidada, a Pós-Graduação brasileira ultrapassava 1000 mestrados e 600 doutorados somando, nestes cursos, mais de 60 mil alunos (CAPES, 2013). Em 2011, de acordo com dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2013), o Brasil contava com 1563 programas de mestrados e doutorados: 1.175 programas de mestrados, 338 programas de mestrados profissionais e 52 programas de doutorados distribuídos conforme a tabela 01:

Tabela 01: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação no Brasil

Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil							
Região	UF	Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado / Doutorado	Mestrado Profissional	Total
CENTRO-OESTE	DF	2011	18	0	61	11	90
CENTRO-OESTE	GO	2011	40	3	19	3	65
CENTRO-OESTE	MS	2011	34	1	10	3	48
CENTRO-OESTE	MT	2011	28	1	6	2	37
NORDESTE	AL	2011	18	1	5	2	26
NORDESTE	BA	2011	66	5	49	18	138
NORDESTE	CE	2011	31	3	40	10	84
NORDESTE	MA	2011	20	0	5	1	26
NORDESTE	PB	2011	42	5	26	4	77
NORDESTE	PE	2011	49	1	62	17	129
NORDESTE	PI	2011	24	0	3	1	28
NORDESTE	RN	2011	32	2	25	5	64
NORDESTE	SE	2011	27	0	7	1	35
NORTE	AC	2011	6	0	0	0	6
NORTE	AM	2011	22	0	20	6	48
NORTE	AP	2011	3	0	1	0	4
NORTE	PA	2011	35	3	25	4	67
NORTE	RO	2011	8	0	1	0	9
NORTE	RR	2011	6	0	0	1	7
NORTE	TO	2011	7	0	1	2	10
SUDESTE	ES	2011	33	0	15	9	57
SUDESTE	MG	2011	135	2	151	34	322
SUDESTE	RJ	2011	83	4	227	65	379
SUDESTE	SP	2011	149	15	498	67	729
SUL	PR	2011	107	2	98	19	226
SUL	RS	2011	103	3	154	31	291
SUL	SC	2011	49	1	54	22	126
TOTAL			1.175	52	1.563	338	3.128

Fonte: CAPES (2013). Adaptação do autor

Os 3.128 programas instalados em todo país, estão divididos em 09 áreas do conhecimento que mantêm sua proporção de distribuição pelo território nacional. Isto implica em dizer que independente da área de conhecimento, as regiões centro oeste e norte ainda carecem de programas *Stricto Sensu* se comparadas às regiões sudeste ou sul. A Figura 01 mostra a distribuição dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, em 2011, para uma melhor análise e entendimento:

Figura 01: Distribuição de Programas por área de conhecimento (%)

Fonte: CAPES (2013). Adaptação do autor.

A Pós-Graduação brasileira contava, em 2011, com 105.240 alunos matriculados nos programas de mestrado e 39.544 mestres titulados. Já havia formado 12.321 doutores e possuía, aproximadamente, 71.890 alunos de doutorados, 3689 mestres profissionais e 3689 alunos matriculados no mestrado profissionalizante, totalizando 189.635 alunos e egressos dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do país.

No ritmo do crescimento descrito acima, a Pós-Graduação em administração seguiu o mesmo curso apesar de ter iniciado suas atividades na década de 1970. Percurso este que descreveremos a seguir.

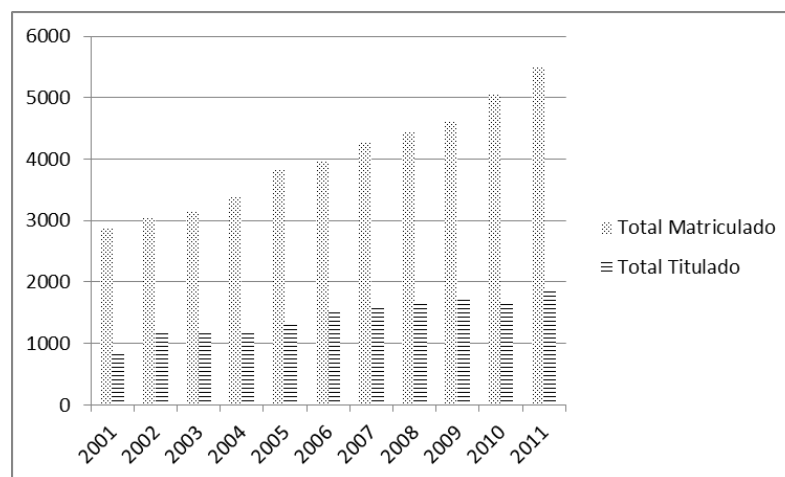
3.3 O Ensino nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

Em relação a administração, segundo Bertero, Caldas e Wood (1999, p. 04): “a área de administração encontra-se presente na Pós-Graduação *Stricto Sensu* desde os seus primeiros passos. Foi em meados dos anos sessenta e início da década seguinte que os programas em administração surgiram no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba”. De acordo com Graciarema (1972); Capes (1996); Oliveira (1997) e Rossi (1997), quando se referem a alta exigência dos programas de mestrado e doutorado no Brasil, estes programas eram mestrados como pequenos doutorados e doutorados com hiperdimensionamento da pesquisa – que as pesquisas em administração desde seus primórdios buscam as características e o acompanhamento da importação de modelos, o que corrobora com a crítica de Bertero, Caldas e Wood (1997) ao dizer que a produção das ideias

e conceitos em administração no Brasil acaba por ser, por muitas vezes, “reprodução das oscilações e os modismos de inspiração quase que exclusivamente norte-americana” (1997).

De acordo com Lima (2000), “os programas de doutorado tem promovido o desenvolvimento de grupos ou centros, denominações de marca de especializações internas aos programas, com denominações que indicam concentração de pesquisas e produção de técnicas de intervenção no mundo empresarial”. Entretanto, frente as críticas de Hamburguer (1980) e Bertero, Caldas e Wood (1997), surgem, na atualidade, novas demandas para os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração. Estas demandas inserem-se nos 127 programas espalhados por todo o país que possuíam em 2011, aproximadamente, o dobro de alunos matriculados nos níveis de mestrado e doutorado, além dos mestrados profissionalizantes como se observa na Figura 02:

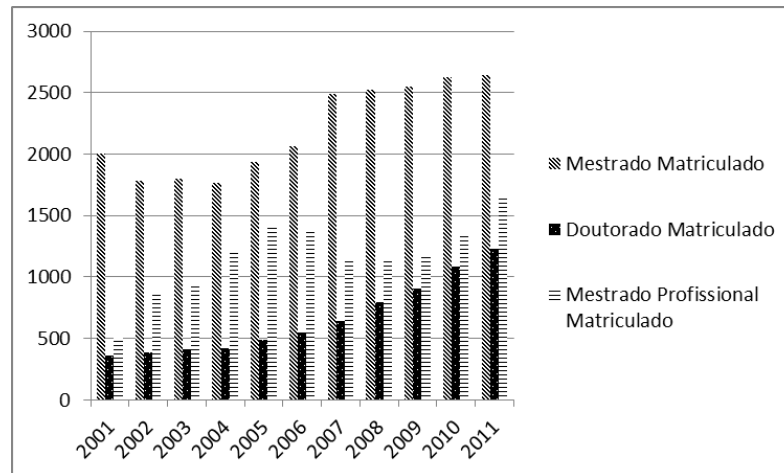
Figura 02: Evolução das matrículas e titulação em administração



Fonte: Capes (2013). Elaboração do autor.

A evolução acima apresentada corresponde às matrículas e titulações em todos os níveis de programa *Stricto Sensu* em Administração, o que totaliza 6410 alunos matriculados nos programas de mestrados, doutorados e mestrados profissionalizantes. Estes programas titularam, até a respectiva data, 2.180 alunos, números estes que correspondem a 3.279 alunos matriculados nos mestrados, 1.337 nos doutorados e 1974 nos mestrados profissionalizantes, além dos 1.384 mestres titulados, 224 doutores e 572 mestres profissionais (CAPES, 2013). A rigor, estes números representam a duplicação da quantidade de mestres e doutores no país em apenas 10 anos como mostra a Figura 03:

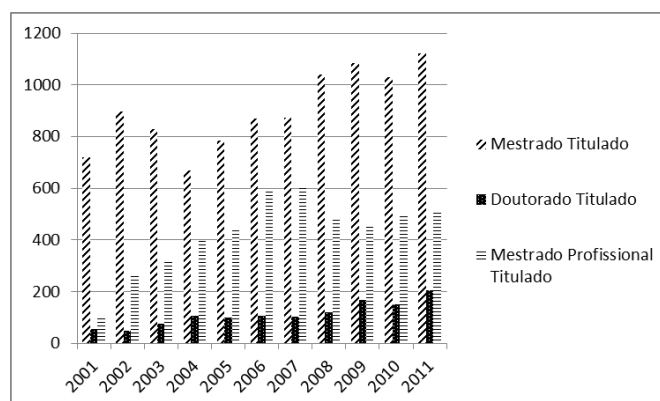
Figura 03: Distribuição de discentes na Pós-Graduação em Administração por nível de titulação



Fonte: Capes (2013). Elaboração do autor.

A evolução da quantidade de alunos matriculados nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, por nível, é resultante, também, da política de expansão do ensino e da formação de pesquisadores apoiado pelo governo federal. Nos últimos dez anos, a concessão de bolsas para financiamento da Pós-Graduação brasileira saltou de R\$ 442.992,00 em 2002 para R\$ 1.698.178,00 sendo estes valores distribuídos à todas as áreas. O estímulo do governo aliado a exigência feita às universidades no que diz respeito a quantidade de oferta mínima de mestrados e doutorados como quesito para o reconhecimento da mesma como universidade, fez com que o número de mestres e doutores formados no país triplicasse nos últimos 10 anos como pode ser observado na Figura 04:

Figura 04: Evolução de titulados por nível



Fonte: CAPES (2013). Elaboração do autor.

Apesar do expressivo aumento na titulação de mestres e doutores em administração no país, como se observa na Figura 04, a formação de mestres e doutores na área é assimétrica apesar da busca governamental pela expansão da Pós-Graduação brasileira. Só na região Sudeste, atualmente, concentra-se 50% do total dos programas de Pós-Graduação em administração enquanto a outra metade se divide, basicamente, entre o sul (25%) e o nordeste (19%) restando apenas 3% dos programas na região centro-oeste e 2% na região norte. Valores estes considerados, nas duas últimas regiões, ínfimos frente às ofertas de programas em outras regiões. Aliás, a região norte passou a contar com um programa de Pós-Graduação em administração apenas em 2006 quando foi instalado um mestrado em administração na Universidade Federal de Roraima. Esta disparidade é refletida, ainda hoje, na evolução dos respectivos programas nas regiões que, dada a insuficiência de doutores, acabam não tendo a possibilidade de constituir programas de acordo com os critérios mínimos exigidos pela CAPES.

Frente ao cenário exposto percebe-se que a Pós-Graduação em administração apesar de originar na década de 1970, passou a ter sua expansão e, em decorrência, evolução somente na última década. Esta expansão ainda pode ser considerada pequena se considerarmos que aproximadamente 28% dos alunos matriculados na graduação no país estão na área de negócios (INEP, 2011). Isto implica em dizer que dos aproximadamente 1.684.923 alunos matriculados na graduação em negócios, temos uma relação de apenas 0,12% de discentes na Pós-Graduação em administração concentrados quase todos, inclusive, na região sudeste e sul evidenciando a necessidade da expansão de programas neste nível bem como o desafio da formação de pesquisadores. Necessidade e desafio que se agravam quando pensados a partir do ensino da sustentabilidade no respectivo nível como apresentado a seguir.

3.3.1 O Ensino da Sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

A partir da escassez de estudos sobre o ensino da administração no nível de Pós-Graduação emerge, neste trabalho, um desafio que é necessário seu enfrentamento: o entendimento das maneiras pelas quais se constituem a inserção da sustentabilidade no ensino dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração. Enfrentamento necessário porque se estudos sobre o ensino no nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* são raros, no caso da sustentabilidade eles são quase inexistentes.

Apesar dos esforços para a inserção do debate no cenário acadêmico, observa-se que ainda são poucos os estudos que tratam do ensino nos cursos *Stricto Sensu* em administração. Estes estudos geralmente possuem foco na graduação tornando-se escassos quando se refere à Pós-Graduação. Aliás, têm-se com este objetivo os trabalhos de Canhada e Bulgacov (2011); Pereira, *et al.* (2002); Louzada (2005) e Oliveira (1997) sendo que dentre os trabalhos relacionados, apenas os de Canhada e Bulgacov (2011) e Pereira, *et al.* (2002) direcionam-se ao ensino em nível de Pós-Graduação.

Tratando-se da sustentabilidade, sua inserção nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração tornou-se uma questão central dada a exigência legal, como já foi exposto, e a necessidade de se formar os futuros profissionais, que atuarão na produção e da disseminação do conhecimento, com capacidade humana de perceber e enfrentar os desafios que a atualidade os impõe. Isto implica em dizer que, centrados nas Universidades, estes programas possuem implícitos em sua função de ensino a responsabilidade de transformar os valores morais e éticos sociais de seus alunos com vistas à promoção de melhorias materiais e culturais. Utilizando-se dos dizeres de Marcomim e Silva (2009), quando se referem às universidades, os programas de Pós-Graduação em administração enfrentam, no Brasil, a ausência de respaldo dos principais tomadores de decisões, e na quase ausência de políticas públicas integradoras de educação e sustentabilidade. Isto ocorre porque ainda hoje a estrutura organizacional e curricular não é capaz de refletir as mudanças inerentes da sociedade implicando, em decorrência disso, em resistência ao tratamento da temática.

A necessidade e o desafio de se tratar a sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação têm-se tornado tão evidentes que em 05 de junho de 2012, por meio da Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi aprovado o parecer CNE/CP n° 8, de 6 de março de 2012, homologado por despacho do Ministro de Estado da Educação, afirmando que “a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos”, reafirmando a necessidade, no Artigo 8, parágrafo único, de que nos cursos e programas de Pós-Graduação fica facultada, inclusive, a criação de componentes específicos para este fim. A rigor, o parecer n. 8 do CNE/CP instrui que a questão ambiental, traduzida num esforço, para a mudança dos valores éticos e morais da sociedade deverá ser tratada na Pós-Graduação se não como tema transversal, como já exposto, como disciplina curricular evidenciando a necessidade da inserção da sustentabilidade nos respectivos programas.

Uma vez que o ensino nos programas de Pós-Graduação em Administração está intimamente ligado à pesquisa, já que são os respectivos programas que se constituem como os principais espaços de geração de ideias, o entendimento da forma pela qual a pesquisa em administração se firma e se orienta no país, dando especificidade à sustentabilidade, se torna tão importante quanto necessário. Por isso mesmo, a pesquisa em administração será a tratativa do próximo capítulo.

4 A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

As mudanças ambientais globais revolucionaram os métodos de pesquisa e as teorias científicas para poder aprender uma realidade em vias de complexização que ultrapassa a capacidade de compreensão e explicação dos paradigmas teóricos estabelecidos.

Enrique Leff (2010, p. 109)

Apesar de atualmente a pesquisa estar, no Brasil, associada aos centros e programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, conforme relata Bianchetti e Machado (2007, p. 03), eles não surgem em um mesmo período. Aliás, de acordo com Bianchetti e Machado (2007), pode-se retratar a pesquisa no Brasil em quatro momentos bem distintos, sendo o primeiro o de “pesquisas pontuais aplicadas, realizadas por profissionais especializados, estrangeiros vindos ou trazidos para fazer face aos desafios e possibilidades da exploração econômica em tempos da colonização”; o segundo quando se iniciou a “sucessiva criação de institutos de pesquisa nas diversas áreas a partir de 1808”, o terceiro e, neste ponto o início da convergência, quando do “da Pós-Graduação (PG) *Stricto Sensu* como nível de formação, há pouco mais de 40 anos” e, por quarto, “as mudanças nas políticas de Pós-Graduação desencadeadas pela CAPES na última década do séc. XX, ao consolidar o sistema de Pós-Graduação brasileiro”. É justamente no terceiro momento que a pesquisa no Brasil converge com os programas *Stricto Sensu*. Antes disso tinha-se, por exemplo, institutos como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), onde alguns estrangeiros realizavam pesquisas isoladas com finalidades exclusivamente produtivas (BIANCHETTI; MACHADO, 2007, p. 03-05).

O debate sobre a institucionalização da pesquisa no país surge, por volta de 1930, a partir da exigência de educadores e escritores como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira entre outros, da criação de uma universidade que fosse capaz de integrar ensino e pesquisa. Em 1934, a criação da Universidade de São Paulo (USP), marca um novo modelo de instituição capaz de integrar o ensino e a pesquisa atendendo as exigências anteriormente descritas.

O início da consolidação do formato de pesquisa brasileira se deu com a criação, em 1948, da Sociedade Brasileira de Progresso a Ciência (SBPC), que liderou uma agenda de discussões em torno da necessidade de realização de mudanças no ensino superior, “tornando-se um ator estratégico na luta pela reforma universitária (FERREIRA; MOREIRA, 2001, p. 296), firmando-se em 1951 com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas atual CNPQ

(Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (ROMEÔ; ROMEÔ; JORGE, 2008).

A institucionalização da pesquisa no Brasil, conforme Machado e Alves (2006), tinha por objetivo diminuir as diferenças entre as regiões do país e, ao mesmo, tempo formar educadores para ensino superior desvinculando-se, desta forma, a construção do conhecimento brasileiro dos moldes internacionais já que, anteriormente à esses acontecimentos, a pesquisa no Brasil quase sempre estava associada “a vinda ao Brasil de profissionais estrangeiros de alta qualificação para promover o desenvolvimento nas várias fases do país” (p. 06).

Apesar da institucionalização da pesquisa, com a criação da USP, da SBPC, do CNPQ e da CAPES, até meados de 1970 a pesquisa no Brasil era, em grande parte, realizada por institutos independentes. Com a incorporação da pesquisa pelas universidades, estes institutos foram diminuindo fazendo com que, a partir da oficialização do sistema de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, as universidades se transformassem nos espaços privilegiados de construção do conhecimento (MACHADO; ALVES, 2006).

Ainda segundo Machado e Alves (2006), os institutos de pesquisa no Brasil tinham como finalidade básica desenvolver pesquisas na área da saúde, agronomia, física e astronomia somando, para este fim, 37 institutos até 1970, como se observa na Tabela 05:

Tabela 02: Principais Institutos de Pesquisa Brasileiros

Nº	INSTITUTOS DE PESQUISA	ANO
1	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	1808
2	Museu Nacional	1818
3	Observatório Nacional	1827
4	Sociedade Preparadora de Instrução Popular (Transformada no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1882)	1873
5	Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto	1876
6	Instituto Agrônomo de Campinas	1887
7	Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo (Atual Instituto Adolfo Lutz)	1893
8	Escola Politécnica	1893
9	Instituto Manguinhos (Atual Fundação Oswaldo Cruz e Fiocruz)	1900
10	Instituto Serumtherapico (Atual Instituto Butantã)	1901
11	Instituto Pasteur	1903
12	Instituto Ezequiel Dias	1907
13	Serviço Geológico e Minerológico do Brasil (Atual Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil)	1907
14	Escola de Medicina de São Paulo	1912
15	Estação Experimental de Combustíveis e Minérios (Atual Instituto Nacional de Tecnologia)	1921
16	Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho - IDORT	1931
17	Instituto Nacional de Estatística – INE (Atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)	1934
18	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (ou de Produção Mineral) - DNPM	1934
19	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT	1934
20	Instituto Nacional de Pedagogia (Atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP)	1937
21	Instituto de Eletrotécnica da USP (Atual Instituto de Eletrotécnica e Energia IEE-USP)	1940
22	Instituto Militar de Tecnologia (Atual Instituto Militar de Engenharia - IME).	1941
23	Fundação Getúlio Vargas	1944
24	Instituto Técnico da Aeronáutica - ITA	1947
26	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF	1949
29	Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE	1952
30	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	1952
31	Instituto de Matemática Pura e Aplicada	1952
	Instituto de Pesquisas Radioativas (UFMG)	1952
32	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD	1954
33	Instituto de Energia Atômica de São Paulo - USP – IEA (Transformado no Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares IPEN)	1956
35	Instituto de Pesquisas Rodoviárias	1957
36	Instituto de Energia Nuclear - IEN	1962
37	Instituto de Química de São Paulo	1970

Fonte: Machado e Alves (2006). Adaptação do autor.

Apesar de não haver uma coincidência histórica, com a institucionalização da pesquisa pelas universidades, o ensino e a pesquisa passam a ser eixos integradores de uma nova dinâmica social. Esta integração se deve ao modelo implementado pela CAPES, conforme delineia Guimarães (2013); Marchelli (2005) e Kuenzer e Moraes (2005), no final do século XX, que transforma a pesquisa no Brasil em condição essencial para a consolidação do Plano Nacional de Pós-Graduação que se firma em 1975, alterando o foco da Pós-Graduação brasileira que, até então, era na formação de professores para o ensino superior. Isto implica em dizer que, neste sentido, o avanço e consolidação da pesquisa por meio da Pós-Graduação

brasileira é algo muito recente podendo ser datada, portanto, em 1975 com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil. Entretanto, cabe salientar que Pós-Graduação *Stricto Sensu* e pesquisa não são as mesmas coisas apesar de estarem estruturadas e delineadas para tal fim nas universidades brasileiras.

4.1 A Pesquisa na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

Apesar de existir pesquisa no Brasil muito antes do início da Pós-Graduação brasileira, a pesquisa na área da administração emerge na década de 1970 com a consolidação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no país. Com a vinda de docentes titulados no exterior, ainda de maneira muito incipiente, a pesquisa em administração se desenvolveu seguindo modelos (segue ainda hoje) importados dos grandes centros considerados como de excelência no ensino e da geração de ideias para os negócios. Segundo Bertero (1998), foi somente na década de 1980 que os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração começaram a, de fato, tratar sobre pesquisas na área sendo pioneiras neste trabalho a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro a Fundação Getúlio Vargas que, mesmo tendo programas de Pós-Graduação antes da década de 1980, somente neste período ganham legitimidade e autonomia frente os modelos estrangeiros já que, até então, os programas de Pós-Graduação tinham por finalidade formar mestres para o trabalho acadêmico e não, necessariamente, pesquisadores.

Na década de 1970 apenas a USP e a FGV possuíam programas de doutoramento na área da administração. Esta insuficiência e atraso na implantação da pesquisa em administração no país refletem ainda hoje no cenário nacional já que, como mostrado anteriormente, é ínfima a formação de pesquisadores se comparadas com graduados. Ainda: se refletirmos a partir das regiões norte e centro-oeste esta inserção é quase inexistente como já foi observado no capítulo anterior.

Segundo Bertero, Caldas e Wood-Jr (1999), o primeiro núcleo de pesquisa e disseminação do conhecimento em administração no país foi fundado na escola de administração da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Junto à ele surge, também, a publicação da Revista de Administração de Empresas – RAE, sendo este o primeiro periódico em administração do país. A partir da integração ensino e pesquisa por meio dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* a pesquisa em administração começa a se desvincular, de fato, dos modelos estrangeiros já que a área visualizava a necessidade da consolidação de

produção de conhecimento e ideias que pudessem ser norteadoras da formação acadêmica nacional e não somente da profissionalização como propunha o modelo americano.

Com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração - ANPAD, em 1976, a partir da tentativa de ganhar densidade social e política, os programas de Pós-Graduação em administração passam a cooperar entre si e a construir espaços de diálogos e debates criando encontros onde pudessem ser discutidos os rumos e o cenário da Pós-Graduação em administração no país. A criação da ANPAD foi fundamental para o desenvolvimento e, principalmente, para a consolidação da pesquisa em administração (BERTERO, CALDAS E WOOD-JR, 2006).

4.2 A Disseminação do Conhecimento: Os Periódicos Científicos

Desde suas origens, os periódicos foram importantes canais de publicação e divulgação da ciência. Conforme, relata Freitas (2005, p. 54), por meio dos periódicos “ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta”. Aliás, o “periódico científico pode ser considerado um espaço institucional da ciência, pois se insere dentro do universo das realizações e comunicação das atividades científicas”.

Apesar de existirem métodos de divulgação do conhecimento desde a antiguidade, foi somente com a invenção de Gutenberg e a reprodução do impresso que a divulgação do conhecimento ganhou caráter universal. A partir do impresso, os registros dos experimentos e das teorias científicas puderam ser sistematizados e replicados nas mais diferentes áreas e/ou regiões permitindo, ainda, a observação e validação de outros pesquisadores sobre o método utilizado e o resultado obtido.

Segundo Almeida (2006, p. 17), “O *Journal des Sçavans*, associado à *Academie des Sciences*, de Paris, e o *Philosophical Transactions*, da *Royal Society of London*, ambos criados em 1665, são reconhecidos como as primeiras revistas acadêmicas do mundo”. No Brasil, as publicações periódicas da Imprensa Régia, inauguradas com o jornal a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, são consideradas como os primeiros periódicos. Entretanto, a sistematização das publicações científicas iniciou-se, ainda de maneira incipiente, na década de 1930. Passaram-se 68 anos até que os periódicos científicos brasileiros passassem a ter um conjunto de procedimentos utilizados capaz de estratificar e garantir a qualidade da produção

científica brasileira. Intitulado de Qualis Capes, a avaliação dos periódicos é feita a partir da coleta dos dados fornecidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. É importante frisar que “este processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados” possibilitando, desta forma, que os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* enviem informações de maneira padronizada para posterior consolidação por parte da CAPES. (CAPES, 2012).

4.2.1 O Impacto dos Periódicos Científicos

A avaliação dos periódicos científicos é realizada a partir do impacto produzido pelos artigos veiculados nos periódicos a partir do número de citações que é feita sobre o respectivo artigo. Neste sentido, o impacto que o periódico tem na academia acaba por fortalecer a decisão e os laços que os pesquisadores possuem com aqueles periódicos que possuem um alto impacto científico. Algumas bases de dados como a *Scopus*, a *JCR/IRI* ou a *Scielo* realizam o cálculo do impacto que os periódicos, nelas indexados, possuem na comunidade.

O cálculo do impacto do periódico é realizado de maneira simples: soma-se a quantidade de artigos citados nos dois últimos anos e divide-se pela soma da quantidade de artigos veiculados nos dois últimos anos. O resultado desta operação é tido como o fator de impacto (FI) de determinado periódico. Outros cálculos podem ser realizados para determinar a importância de determinado autor ou periódico na comunidade científica (como o índice-H, por exemplo), mas todos eles determinantes do impacto de determinada produção e/ou autor.

O impacto do periódico é determinante na avaliação do mesmo. Isto implica em dizer que, por exemplo, quanto maior for o impacto de determinado periódico, maior é sua citação na comunidade acadêmica e, por isso mesmo, maior é sua importância. Partindo desta premissa, em dezembro de 2011 a Comissão Técnica Científica (CTC) da área da administração, ciências contábeis e turismo, reavaliou os critérios determinantes do impacto dos periódicos científicos na área da administração. Nesta reavaliação, realizada com 1571 periódicos, foi considerada a qualidade e inserção dos periódicos na área, assim como o impacto JCR ou H *Scopus* respeitando, para tanto, a proporcionalidade definida anteriormente pelo CTC, ou seja, a quantidade de periódicos qualificados como A1 deveria ser menor do que os qualificados como A2; a quantidade de qualificados como A2 menor do que a quantidade de qualificados como B1 e assim sucessivamente. Os periódicos A1 somados aos

A2 não poderia ultrapassar a quantidade de 25% do total dos periódicos qualificados e somando os periódicos qualificados como B1 não poderia ser ultrapassada a margem de 50% dos periódicos qualificados (CAPES, 2012).

O CTC da área da administração avalia e classifica os periódicos a partir do atendimento de algumas normas e regras que variam da indexação a circulação e periodicidade do mesmo. Por exemplo, para ser considerado de extrema excelência (A1), o periódico deverá possuir um fator de impacto calculado na base *Scopus* maior que 0,5 ou maior que 5 no caso da indexação ter sido realizada por meio do JCR/IRI (*Journal Citations Report*). Se o fator de impacto oscilasse entre 0,1 e 0,49 na Base *Scopus* ou entre 1 e 4,9 na base JCR/ISI ele seria, então, considerado como de alta excelência (A2). No caso de indexação do periódico em outras bases consideradas relevantes como, por exemplo, a Scielo automaticamente o periódico seria considerado como de excelência (B1), seguindo a mesma lógica para os demais estratos. A Tabela 06 mostra com maiores detalhes a classificação dos periódicos pela área, bem como, seus respectivos impactos:

Tabela 03: Avaliação dos periódicos pela área da Administração (2011)

Avaliação dos periódicos pela área da administração				
Estrato	Distribuição	Crítérios	Peso na avaliação (CTC)	Fator de Impacto
A1	8,71%	H Scopus maior que 20 ou JCR/ISI maior que 1	100	Alto Impacto
A2	9,28%	H Scopus maior que 4 e igual ou menor a 20 ou JCR/ISI maior que 0,2 e menor ou igual a 1	85	Alto Impacto
B1	11,45%	Ter mais de 05 anos, estar no Scielo ou Redalyc ou, ainda, ser de editoras científicas como a Sage, Springer, Pergamo, entre outras ou, ainda, possuir H Scopus menor ou igual a 4 ou JCR/ISI menor ou igual a 0,2.	70	Alto Impacto
B2	6,53%	Possuir 1 indexador além de atender a normatização técnica como informações sobre o processo de avaliação, conselho diversificado, legenda bibliográfica por artigo, editor chefe não autorentre outros.	50	Alto Impacto
B3	17,53%	Atender a normatização técnica como informações sobre o processo de avaliação, conselho diversificado, legenda bibliográfica por artigo, editor chefe não autorentre outros.	20	Baixo Impacto
B4	15,69%	Ter periodicidade e revisão por pares	10	Baixo Impacto
B5	30,81%	Ter periodicidade definida.	5	Baixo Impacto
C	-	Periódicos que não atendem aos critérios estabelecidos pela área, como isbn ou periodicidade.	0	Sem Impacto

Fonte: CAPES (2012). Adaptação do autor.

O resultado dos procedimentos acima descritos é “uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de Pós-Graduação para a divulgação da sua produção”. Em decorrência disso, o Qualis Capes se configura como a maneira pela qual a qualidade da produção e divulgação do conhecido possa ser auferida. Os índices, que apontam o impacto e a qualidade dos periódicos avaliados seguem uma classificação que vai de A1, considerado o de maior impacto, passando por; A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C. Seguindo um grau de valor do maior (A1) para o menor, o periódico classificado como C não possui valor.

Assim como dado tema e/ou assunto é objeto de interesse de determinado campo de saber, a classificação do periódico também, assim, o é. Isto implica em dizer que um periódico avaliado como A1 por determinada área pode não ter valor algum para outra sendo, por isso mesmo, classificado como C. Dada a dimensão da classificação, aqui foram considerados todos os periódicos avaliados pela área da administração de A1 a B2 sendo estes considerados estratos de alto impacto de disseminação do conhecimento gerado no país.

A área da administração contava, em 2010, com 837 periódicos classificados nos 05 estratos, sendo que 70 deles foram considerados A1, 78 classificados como A2, 86 estavam no estrato B1. Já considerados como B2, a área da administração possuía 101 periódicos científicos. Seguindo a estratificação, em 2010, foram classificados 75 periódicos como B3 e 71 periódicos como B4. Os periódicos B5 totalizaram 90, restando com a estratificação C, ou seja, sem peso ou valor algum enquanto veículo de disseminação da produção científica no país, 266 periódicos.

Segundo dados divulgados em junho de 2011 pelo Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o número de artigos científicos no país quadruplicou passando de 01 por pesquisador para 04 entre os anos de 1996 a 2008. O aumento no número de produções do país, por autor, o coloca a frente de países como México, Alemanha e Estados Unidos que possuem, em média, uma produção anual. Este significativo aumento não implica, entretanto, na consolidação da pesquisa no país. Afinal, países como Alemanha e Estados Unidos, entre outros, acabam por gerar pesquisas cujo resultado desemboca em patentes e em avanço científico. Já a pesquisa no Brasil, apesar do avanço em quantidade, não resulta, na maioria dos casos, em um avanço qualitativo capaz de garantir a reprodutividade e/ou embasamento de pesquisas futuras. Apesar disso, o aumento da produção científica no país vai ao encontro à uma política de expansão de investimentos e formação acadêmica. O número de doutores nas mais diversas áreas avançou de aproximadamente 20.000, em 2003, para 60.000 em 2009 justificando, inclusive, o avanço da produção científica no país. Segundo informações divulgadas pelo mesmo relatório, o investimento em pesquisa e

tecnologia, a oferta de cursos de mestrados e doutorados, por todo o país, acompanhou a expansão da produção tendo quadruplicado, também, no respectivo período.

4.3 A Pesquisa Sobre a Sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

Tão recente quanto a Pós-Graduação *Stricto Sensu* e a pesquisa em administração no país, é o tratamento da sustentabilidade em seu nível como já vimos anteriormente. A rigor, principalmente no que tange a temas tão difusos quanto a sustentabilidade e a diferentes realidades como a brasileira, a Pós-Graduação em administração assume um importante papel no cenário que se mostra. Isto implica em dizer que, no Brasil, a Pós-Graduação *Stricto Sensu* quando pensada a partir da sustentabilidade, deve ser concebida em uma perspectiva integradora capaz de realizar propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências cívicas, capacidade. Para tanto, exige-se que a mesma dialogue permanente entre concepções sobre o conhecimento, a aprendizagem, o ensino, a sociedade, o ambiental, para que, a partir deste diálogo, ela possa ser depositária de uma cosmovisão sócio-histórica determinada.

A partir de todo o exposto entende-se, então, que os cursos de Pós-Graduação devem ser pensados a partir de seu papel enquanto intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos para/na sociedade. Isto implica em dizer que enquanto geradora do conhecimento socialmente disseminado ela se enreda no desafio da transmissão de sua própria concepção. Mesmo porque, frente as diversas concepções possíveis de interpretação da realidade, as bases e os caminhos que a construção do conhecimento é realizada e difundida torna-se necessário revelar os argumentos utilizados na construção do conhecimento e, posteriormente, as maneiras pelas quais este conhecimento é difundido.

Esta compreensão revela os mecanismos do entendimento social a cerca de determinada questão, o que implica em dizer que a Pós-Graduação *Stricto Sensu* desde seu surgimento no Brasil, é o lugar onde se encontram aqueles que, na atualidade, podem promover a sustentabilidade para a abstrata humanidade. O lugar cujo desafio da concepção, no caso em questão, de se criar conhecimento acerca do desenvolvimento sustentável transfigura-se em objetivo de trabalho.

O conhecimento, quando produto, reflete numa mudança fundamental na forma de se perceber o meio ambiente. As relações interpessoais, os processos econômicos, a organização

do cotidiano e as normas instituintes da conduta humana passam, a partir da produção do conhecimento, a ser subjetivados. O processo de subjetivação é intrínseco ao desenvolvimento de qualquer pessoa e, em consequência, das sociedades. Por isso mesmo, é um processo natural, mas que resulta da produção e da disseminação do respectivo conhecimento. Neste sentido, ele se torna o vetor norteador do desenvolvimento e ordenamento social, o que implica em dizer que a produção científica resultante dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores de determinada área pode mostrar mais do que a apropriação conceitual ou sua aplicação prática. Ela pode nos indicar, por exemplo, quais rumos a sociedade está trilhando. Quais caminhos ela poderá seguir. Logo, encontramos na Pós-Graduação *Stricto Sensu* dupla missão: produzir e reproduzir o conhecimento construído. Enquanto produção, o eixo norteador se direciona a partir do que historicamente e culturalmente vem sendo construído. Já sua disseminação se orienta pela produção veiculada nos periódicos científicos e pelas práticas de ensino desenvolvidas nos cursos. Uma vez que são raros os estudos sobre a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração e inexistentes quando relacionados a sustentabilidade deparamo-nos, então, com o desafio de sistematizar o entendimento das formas pelas quais a sustentabilidade vem sendo abordada e pesquisada nos respectivos programas já que são eles, os principais agentes de construção e disseminação do conhecimento.

4.4 Síntese Teórica

Frente à tratativa aqui exposta nos capítulos anteriores percebe-se que a sustentabilidade, o ensino e a pesquisa em administração no país são desafios recentes em nossa história e se apresentam, ainda hoje, como desafios a serem superados. Em decorrência disso e por meio do apresentado no referencial teórico, visualiza-se a necessidade de estabelecer eixos norteadores que permitam construir um caminho investigativo que conduza a resposta esperada. Para este feito, estão sintetizados no Quadro 04, os principais entendimentos delineados nos capítulos anteriores que servirão de diretrizes para a investigação proposta.

Quadro 04: Síntese Teórica

Síntese teórica		
Capítulo	Aspectos relevantes	Autores
Sustentabilidade	Surgimento, contextualização, desafios	CAMARGO (2007); BARCELAR (2010); BRUNDTLAND (1991); BECKER (1997); BARAJAS (2002); JACOBI (2011); ROMEIRO (1998); BERKES (1992); DALY (1991); FAUCHEUX, SYLVIE, ELIOT (1997); SOLOW (1991; 1993); SÖDERBERG (2010); SOARES (2006; 2008; 2010); ALMEIDA (2002); SANTOS (1994); RODRIGUES (2006); HOURNEAUX (2012); ABRAMOVAY (2012); VEIGA (2012); DOWBOR (2010); VICTOR (2009); MENDES (1995); SHRIVASTAVA (1995); VAN DER LINDE (1995); SEN (2009); SACHS (2009); MAYNARD E MEHRTENS (1993); CLARKSON (1995); MENDES (1995); PRAHALAD E HAMMOND (2002); ELKINGTON (2001); JACOBI, ARRUDA E RAUFFLET (2011); GOMES E MORETTI (2007); CARROL, (1999) PIRSCH; GUPTA E GRA (2007); MORETTI E FIGUEIREDO (2007).
Ensino em Administração	Surgimento, formação do administrador, os programas de pós-graduação stricto sensu	LOPEZ (2011); CRA-CE (2011); LDB (1996); CNE (2005); FERREIRA E FERREIRA (2008); BRASIL (2005); TOLEDO, 2002); (BRASIL, 1999); SMA/CEA (1994); CAÚLA & OLIVEIRA (2007); BARBIERI & SILVA (2010); SEIFFERT (2010); LEFF (2010); BOVO (2005); JACOBI (2010); SANTOS (2003); CAPES (2010, 2013); MACHADO E ALVEZ (2006); MENDONÇA (2003); HAMBURGER (1980); BALBACHEVSKY (2005); BERTERO; <i>ET AL</i> (1999); GRACIAREMA (1972); CAPES (1996); OLIVEIRA (1997); ROSSI (1997); LIMA (2000); CANHADA E BULGACOV (2011); PEREIRA, ET AL (2002); RAMOS (2004); OLIVEIRA (1996); MARCOMIM & SILVA (2009)
Pesquisa em Administração	surgimento, produção, impacto, disseminação e avaliação da disseminação do conhecimento	BIANCHETTI & MACHADO (2009); FERREIRA E MOREIRA (2001); ROMEO E OUTROS (2008); ALVES & MACHADO (2009); GUIMARÃES, (2006); MARCHELLI, (2005); KUENZER E MORAES (2005); BERTERO (1998); FREITAS (2005); ALMEIDA (2006); CAPES (2009, 2010, 2011, 2012, 2013);

Fonte: Do autor

A respectiva síntese teórica constitui-se arcabouço teórico conceitual da pesquisa empírica realizada cujos métodos e técnicas são apresentados a seguir.

5 OS MÉTODOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA

[...] A continuidade parece ser a regra; rupturas, descontinuidades, mudanças radicais, para não mencionar transformações revolucionárias do tipo divisor de águas, podem ser (e com frequência são) rejeitadas como puramente quantitativas em vez de qualitativas.

Zigmunt Bauman (2007, p. 35)

Neste capítulo são descritos os métodos e as técnicas de pesquisa que norteiam este trabalho. Para tanto, parte-se do entendimento de que a pesquisa é sempre um desafio a ser superado a partir de determinadas conjecturas históricas, sociais, contextuais, políticas e, até mesmo, subjetivas cuja abordagem será determinante para o alcance do resultado.

A metodologia da pesquisa pode ser entendida como uma forma de abordagem de determinado campo de estudo. Isto implica em dizer que é a metodologia o eixo norteador da sistematização da pesquisa que, por sua vez, refere-se aos procedimentos utilizados para a investigação. Em decorrência disso, as interpretações acerca de dado fenômeno se orientam a partir do paradigma que o alicerça. Implica na escolha, por exemplo, em uma corrente teórica na qual o pesquisador irá delinear o seu objeto de estudo e seu caminho investigativo (MINAYO, 2009). Neste sentido, mais do que um conjunto de métodos e técnicas, a metodologia deve ser entendida, principalmente, a partir de sua construção epistêmica. Ou seja, pelo pensamento originário e diretivo da construção do pensamento que se deseja a partir da pesquisa.

As correntes teóricas ou pensamentos científicos dominantes são comumente chamados de paradigmas. “Aliás, o conhecimento científico toma como base dois paradigmas dominantes que Serres (2012) chama de “ciências duras” e ciências suaves”. Enquanto as ciências duras, definidas por Minayo (2009) como puras e aplicadas, buscam o desenvolvimento de teorias e sua aplicabilidade na vida humana e, por isso mesmo, possui o caráter da universalidade podendo, inclusive, seus resultados serem generalizáveis, as ciências suaves, entendidas por Minayo (2009) como, natural e social, tem por objetivo o estudo do mundo no qual o homem se insere e como este último trava suas relações sociais e comportamentais. Em decorrência disso, as ciências naturais e sociais não busca a generalidade da explicação de determinado fenômeno. Ao contrário. Objetiva a interpretação de determinado fenômeno de maneira profunda o que possibilita, por sua vez, a criação de categorias empíricas de análise e interpretação do objeto estudado.

A partir das duas dimensões metodológicas acima expostas emerge, então, a necessidade de se expressar de maneira sistematizada os argumentos e o caminho investigativos adotados para o desenvolvimento da pesquisa. Isto implica em dizer que, da dimensão metodológica emerge o método que pode ser entendido, com Minayo (2009) como um caminho a ser seguido que permite o conhecer, interpretar e intervir na realidade. Caminho este que se delinea de maneira dedutiva ou indutiva.

Enquanto o método dedutivo, epistemologicamente delineado por Descartes (1984), possui, como lógica, a regra de evidências e busca a partir de uma generalidade o entendimento e/ou explicação de uma particularidade, o método indutivo, de forma também epistêmica, explorado por Bacon (GIL, 1998), objetiva por meio da observação a formulação de uma hipótese que permite, assim, a chegar em conclusão que pode ser apenas intuída, provável. Entretanto, o avanço da investigação científica permitiu o entendimento de que a generalização a partir da indução não é plena quando se tem vícios na formulação das hipóteses. Assim, de maneira hipotética-dedutiva e no contrapelo do método indutivo, as hipóteses devem ser formuladas, para serem derrubadas e não comprovadas como o método indutivo se propõe. Assim, pode-se perceber que o método de pesquisa se constitui, também, como um desafio ao próprio conhecimento já que, como diz Minayo (2009) ela parte dos meandros das relações humanas para tentar explicá-las.

A tentativa de explicação da realidade por meio da pesquisa só é possível a partir de técnicas e métodos claramente definidos e orientados para tal fim. Afinal, nesta pesquisa “não buscamos qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos” (GATTI, 2002, p. 10). No caso em questão, a explicação sobre a temática aqui abordada.

Sabe-se que o emprego dos processos científicos para a compreensão da atividade intelectual é limitada e, ao mesmo tempo, limitador das questões oriundas do próprio campo de saber. Isto implica em dizer, a rigor, que a pesquisa segue padrões estabelecidos por determinada área e se submete a responder a questão que a norteia a partir dos respectivos padrões. Isto evidencia que a solução encontrada para o problema da pesquisa é, essencialmente, uma possível solução para um problema da área. Em decorrência disso, ao encontrar soluções e/ou explicações para os problemas sociais, o esforço empreendido em determinada pesquisa já é uma prática social (SPINK; MENEGON, 2000) que permite, por meio dos métodos e das técnicas adotadas imergirem no tema e/ou assunto que se deseja pesquisar.

Neste ponto torna-se possível, então, desvelar o caminho investigativo desta tese. Para pesquisar a forma na qual a sustentabilidade está inserida nos programas *Stricto Sensu* de maneira implícita utilizou-se o método dedutivo partindo de um estudo quantitativo. O método dedutivo utiliza-se das verdades e/ou leis consideradas universais para o entendimento de uma realidade em particular.

5.1 Etapa 01: A Abordagem Quantitativa

A utilização da abordagem quantitativa neste método é justificada pelo apoio da base estatística que serviu como mecanismo de verificação das relações entre o tema abordado e o respectivo nível e/ou grau de conhecimento e preocupação dos especialistas nesta temática sobre o ensino da sustentabilidade no nível *Stricto Sensu*. Sob esta abordagem também foi verificado a relação entre o tempo de experiência, tempo e área de formação com a inserção da sustentabilidade nas disciplinas ministradas pelos especialistas. Vale lembrar que os estudos quantitativos permitem, por meio de uma amostra extraída de determinada população, generalizar determinados fatos e/ou fenômenos para os demais sujeitos garantindo, desta maneira, a universalidade do fato. Para tanto, é necessário neste tipo de estudo, que a amostra seja significativa e representativa do contexto populacional. Neste trabalho, optou-se pela análise de um grupo que, aqui chamado de especialistas, possuem, de alguma maneira, aderência a temática tratada. Assim, para ser considerado especialista e pertencente a amostra selecionada para a pesquisa, o pesquisador deveria: a) possuir produção científica na área da sustentabilidade e/ou, b) ser líder de grupo de pesquisa vinculado a grande área de Administração certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e c) lecionar na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir deste ponto chamado apenas como CNPQ, existem, atualmente, 231 grupos de pesquisas vinculados à área da administração que tratam da sustentabilidade. Somados a relação nominal dos líderes destes grupos, para a composição do grupo de respondentes desta pesquisa, foram selecionados, também, 63 sujeitos que possuem produção científica na área, excluindo-se, àqueles que além da produção científica, são líderes de grupos de pesquisa certificados.

Como complemento às informações necessárias para atender aos propósitos desse estudo foi elaborado um instrumento para medida quantitativa dos dados da amostra a partir

do instrumento original de Miranda e Moresi (2010) destinado a mensurar o conhecimento compartilhado relacionado a gestão do conhecimento. Desse modo, ajustado para o contexto deste trabalho, o instrumento é composto por 12 itens associados a uma escala de reconhecimento do conhecimento do tipo Likert de cinco pontos com escores variados correspondentes a "*Nenhum Conhecimento*", "*Pouco Conhecimento*", "*Tem Conhecimento Moderado*", "*Tem Muito Conhecimento*" e "*Tem Total Conhecimento*". Miranda e Moresi (2010) afirmam que a medida do conhecimento pode ser uma excelente alternativa para determinar os rumos de uma organização, pois permite clareza da situação abordada e reflete diretamente na gestão desse conhecimento a favor das melhores práticas.

Miranda e Moresi (2010) ainda defendem que a utilização de um instrumento de medida de conhecimento pode colaborar na elucidação de questões ainda obscuras em diversas áreas de atuação. No caso em questão, a inserção da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Tendo por base a utilização do instrumento de medida do conhecimento de Miranda e Moresi (2010) elaborou-se um questionário destinado a mensurar o conhecimento da amostra eleita para este estudo procedendo com algumas adaptações da escala original, de modo a adequá-la ao propósito deste estudo. O instrumento elaborado para este estudo foi dividido em duas partes que representam respectivamente, os dados categóricos dos respondentes e os itens de medida do nível de conhecimento.

A escala elaborada para a mensuração do nível de conhecimento compreende um instrumento com 12 itens, os quais tiveram sua confiabilidade testada a partir da análise estatística fatorial.

O Quadro 05 representa a descrição teórica da escala original utilizada como base para o desenvolvimento do instrumento aplicado neste estudo:

Quadro 05: Escala de medida do conhecimento

Escala de Medida do Conhecimento Relacionado as Variáveis Dependentes e Independentes				
Escala	Resumo Escala	Construtos da Escala Original	Alterações Realizadas	Referências
Escala de Medida do Conhecimento	Escala de Medida do Conhecimento, destinada a mensurar o conhecimento compartilhado a partir do conhecimento/informação como elemento de análise de facilitação de processos institucionais. É uma escala de um único fator com a validade psicométrica associada ao conhecimento e informação.	Conhecimento e Informação	Adaptada do modelo original, corresponde a uma escala de Likert de 5 pontos, destinada a mensurar o nível do conhecimento dos respondentes em suas 12 questões.	Miranda e Moresi (2010)

Fonte: Adaptado de Miranda e Moresi (2010), A gestão do conhecimento no compartilhamento de melhores práticas em uma base de dados no tribunal regional federal da primeira região.

Tomando o modelo de Miranda e Moresi (2010), como base e tendo como objetivo analisar as propriedades psicométricas da escala desenvolvida especificamente e utilizada para este estudo buscou-se sua validação. Por intermédio da verificação de sua fidelidade e validade, realizadas com testes de análise fatorial exploratória com Rotação Varimax, percebe-se que o instrumento utilizado resultou em apenas um fator conforme a escala original de Miranda e Moresi (2010), evidenciando, assim, que o mesmo instrumento pode ser utilizado para a medida da percepção do indivíduo com relação ao conhecimento. Para tanto, optou-se por aplicar a escala em uma amostra reduzida correspondente a 10 indivíduos pertencentes ao programa de Pós-Graduação em uma grande Universidade na cidade de São Paulo. A escala utilizada para mensurar o nível de conhecimento dos indivíduos foco deste trabalho é apresentada na Tabela 04 a seguir:

Tabela 04: Escala de medida do nível de conhecimento

	Média	Desvio Padrão	N
P_01 Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-Graduação com a sustentabilidade?	3,55	1,13	10
P_02 Como você avalia a preocupação de seus alunos com a sustentabilidade?	3,85	0,83	10
P_03 Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade, por parte de seu programa?	3,65	1,00	10
P_04 Qual é a preocupação que você possui em respeito às questões relacionadas a sustentabilidade?	4,70	0,51	10
P_05 Como você avalia o seu entendimento do que venha a ser a sustentabilidade?	4,55	0,59	10
P_06 Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-Graduação com a inserção do tema sustentabilidade nas disciplinas ministradas?	3,50	1,26	10
P_07 Como você avalia o tratamento dado a sustentabilidade no que diz respeito a abordagem da temática em sala de aula?	3,65	1,14	10
P_08 De acordo com a sua percepção, as disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação vêm respondendo às novas demandas do mercado, no que diz respeito à questões ambientais e sociais, de maneira eficiente?	3,42	1,17	10
P_09 Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade por parte de seus alunos?	3,62	1,03	10
P_10 Como você avalia a importância de seu Programa de Pós-Graduação no desenvolvimento e disseminação de atividades sustentáveis?	3,65	1,21	10
P_11 De acordo com a sua percepção, seu Programa de Pós-Graduação se esforça para criar nos colaboradores a capacidade de gerar valor sustentável para a sociedade em geral?	3,52	1,13	10
P_12 Como você avalia as oportunidades que o seu Programa de Pós-Graduação lhe oferece para desenvolver atividades a partir de ações sustentáveis?	3,65	0,97	10

Fonte: Análise dos dados apurados na pesquisa.

A escala acima foi validada por meio do teste de Alpha de Cronbach's que resultou em um valor de 0.919 em seus 12 itens evidenciando, desta forma, que a escala é consistente (FIELD, 2009). Os resultados desta análise podem ser visualizados na tabela 05:

Tabela 05: Confiabilidade Estatística

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,919	,905	12

Fonte: Elaboração do autor.

Para a efetiva validação do instrumento a validação do instrumento de pesquisa, realizou-se o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), cujo objetivo é a verificação da adequação da escala. Para tanto, seus resultados devem ser superior a 0,5 para ser aceito sendo que a adequação ideal deve considerar valores acima de 0,7 conforme delinea Field (2009). Entretanto, este resultado deve estar associado a um nível de significância menor ou igual a 0,05 para ser considerada boa a consistência interna para a análise fatorial. Os resultados aqui apresentados também estão associados ao teste de esfericidade de Bartlett, como apresentado na Tabela 06 a seguir:

Tabela 06: KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	0,808
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	df
	Sig.
	377,38
	66
	,000

Fonte: Elaboração do autor.

A partir da validação do instrumento de coleta que comparou a médias das respostas obtidas dos participantes a fim de rejeitar a hipótese nula de que são iguais, apurou-se na análise da variância um *p-value* <0,05, o que leva a rejeição da hipótese nula de igualdade das médias apuradas com o instrumento, o que significa que a média apurada entre os grupos não são todas iguais, pois existem diferenças significativas no nível de conhecimento dos indivíduos, pode-se concluir que o instrumento poderia ser aplicado aos especialistas desta

pesquisa. Assim, a partir da validação da escala, o questionário com as 12 questões fechadas e outras cinco abertas, foi enviada a toda população já acima delineada. Desta população, se obteve o retorno de 72 respondentes, mas que, dado os critérios já expostos para a consideração dos mesmos como especialistas, apenas 40 respondentes se enquadraram no perfil solicitado.

Os sujeitos não considerados como válidos são, em maioria, mestres e/ou doutores que lideram grupos de pesquisa certificados por sua instituição, mas que não atuam em programas *Stricto Sensu*. Neste grupo encontra-se, também, um caso do líder do grupo certificado não tratar da sustentabilidade em seus projetos e/ou pesquisas justificando, para tanto, a amplitude do tema para que outros parceiros possam estar desenvolvendo pesquisas sem a necessidade de abertura de outros grupos.

Tratando, agora, dos sujeitos válidos, a partir da tabulação das respostas destes sujeitos, foi realizada uma análise fatorial exploratória da escala, com rotação Varimax, onde observou-se sua adequação, composta por apenas um fator em seus 12 itens, ao modelo original de Miranda e Moresi (2010). Observou-se, também, que não foi necessária a exclusão de nenhum de seus itens por apresentarem valores consistentes, aferidos com o teste de alpha de Cronbach. O valor do alpha de Cronbach aferido nesse teste foi de 0,914, conforme mostrado na tabela 07:

Tabela 07: Confiabilidade Estatística

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,914	,900	12

Fonte: do autor.

Outra aferição considerada relevante para a validação do instrumento de pesquisa corresponde ao valor do teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), igual a 0,784, que demonstra segundo Field (2009), boa consistência interna para a análise fatorial dado que seu nível de significância é menor do que 0,0001 aferido no teste de esfericidade de Bartlett, como apresentado na Tabela 08 a seguir:

Tabela 08: KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	0,784
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square
	380,635
	df
	66
	Sig.
	,000

Fonte: Elaboração do autor.

Na comparação das médias das respostas obtidas dos participantes, a fim de rejeitar a hipótese nula de que são iguais, apurou-se na análise da variância um *p-value* <0,05, o que leva a rejeição da hipótese nula de igualdade das médias apuradas com o instrumento, o que significa que a média apurada entre as questões não são todas iguais, pois existem diferenças significativas no nível de conhecimento dos indivíduos. Conclui-se assim que, os resultados da ANOVA indicaram diferenças significativas no nível de conhecimento, como se observa na Tabela 09 a seguir:

Tabela 09: ANOVA with Tukey's Test for Nonadditivity

	Soma dos Quadrados	DF	Quadrados Médios	F	Sig
Entre Indivíduos	252,731	39	6,480		
Com Indivíduo					
Entre os Itens	74,323	11	6,757	12,073	,000
Residual					
Nonadditivity	44,272 ^a	1	44,272	96,763	,000
Balance	195,822	428	,458		
Total	240,094	429	,560		
Total	314,417	440	,715		
Total	567,148	479	1,184		

Média Geral = 3,7771

a. Tukey's estimate of power to which observations must be raised to achieve additivity = 5,017.

Fonte: Elaboração do autor.

Na análise das comunalidades obtidas observou-se a proporção da variância obtida explicada por seus componentes principais, onde apurou-se que os itens P_4 e P_5 apresentaram valores abaixo do esperado, respectivamente (0,038) e (0,002). Assim, percebe-se que, uma vez que os itens não explicam totalmente nenhuma variância da variável, optou-se por sua exclusão nos demais testes e análises. Apoiar-se nesse sentido, a argumentação de

Field (2009), ao considerar que variáveis com valor inferior a 0,3 têm pouco em comum com as demais variáveis e não são explicadas por seus componentes.

5.2 Etapa 02: A Abordagem Qualitativa

Posteriormente, a validação do instrumento de coleta para análise quantitativa, por meio de um estudo indutivo de abordagem qualitativa, verificou-se a maneira na qual a sustentabilidade está inserida nos respectivos programas com um maior grau de profundidade. Para tanto, foram analisadas sob esta abordagem as disciplinas ministradas, os referenciais teóricos, as principais produções utilizadas em aula pelo especialista, bem como, os métodos e/ou técnicas de ensino utilizadas para a inserção da temática nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração.

O método qualitativo que orienta a pesquisa realizada se direciona ao entendimento da complexidade em profundidade do fenômeno se desvelando, assim, como ideal para a sistematização proposta neste trabalho. Mesmo porque, conforme argumenta Poly *et al.* (2004), as pesquisas qualitativas tentando compreender a realidade do fenômeno, não se prende a ideias pré-concebidas e, de maneira mais intuitiva, busca a interpretação sem necessariamente controlar o evento no qual o fenômeno ocorre. Em decorrência disso, optou-se pela realização da análise de conteúdo.

Segundo Machado-Silva, *et al* (2005) a análise do conteúdo é muito antiga mas, foi sistematizada apenas na década de 1920 como método de investigação. Está é uma técnica que Bardin (2009) visa sistematizar e descrever um conteúdo presente em qualquer tipo de comunicação. Para sistematizar o conteúdo da mensagem se faz necessário, primeiramente pré-analisar o material a ser estudado para, a partir deste ponto, explorar e, posteriormente, tratar os resultados obtidos.

Apesar de se partir da mensagem, quando se analisa um conteúdo deve levar em consideração as condições históricas, sociais e contextuais nos quais o conteúdo foi produzido (PUGLISI; FRANCO, 2006). Por isso mesmo, conforme relata Minayo (2009) esta condição é fundamental para mapear e, principalmente, indicar a relevância dos resultados obtidos.

A análise do conteúdo, mesmo tendo surgido como uma técnica que deveria ser aplicada e interpretada quantitativamente, a necessidade da identificação, interpretação e análise do que está sendo dito sobre determinado assunto faz com que esta técnica possua um caráter qualitativo conforme relata Vergara (2004).

Puglisi e Franco (2006) salientam que a análise do conteúdo deve produzir inferências e, para tanto, se faz necessário buscar pistas, indícios e sinais que possam ser, posteriormente, colocados em evidência. Por isso mesmo, a necessidade do entendimento da contextualização da produção de determinado conteúdo.

Uma vez que a análise do conteúdo se faz pela prática (BARDIN, 2009), a produção de sentido e significado ao conteúdo estudado irá depender, também, da capacidade do pesquisador em realizar as passagens entre os conteúdos e, principalmente, perceber os vestígios a ser colocados em evidência. Neste sentido, o pesquisador deve atuar como uma espécie de “espião”, ou seja, um leitor privilegiado que possui técnicas seguras de trabalho para captar um saber que está escondido em uma superfície textual. Para Trivinos (1996), a análise de conteúdo deve partir de uma pré-análise (organização do material), para posterior descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização) e interpretação referencial (tratamento e reflexão). Estes passos são fundamentais para a captação do saber implícito de determinado conteúdo.

A captação do saber implícito pode ser realizada por meio da aproximação das igualdades e/ou das diferenças contidas em determinado texto utilizando-se de procedimentos fechados ou exploratórios. Os procedimentos fechados são realizados com categorias pré-definidas enquanto os exploratórios permitem uma análise sem qualquer referência a um quadro teórico pré-estabelecido (GHIGLIONE; MATALON, 1997).

A análise do conteúdo deve garantir ao pesquisador conclusões válidas e fidedignas. Sua validade pode ser, de acordo com Tuckman (2000), interna ou externa. Na primeira, o resultado é analisado a partir do que se quer testar enquanto na segunda, a validade externa, a confiança que pode ser depositada no resultado. A validade pode ser feita por meio do próprio conteúdo, pela interpretação, pela comparação, entre outros. Já a fidelidade deve ser direcionada às categorias de análise, ou seja, as categorias utilizadas para a análise de determinado documento deve permitir a classificação do registro e reproduzir, na análise do mesmo documento, as mesmas respostas quando testado anteriormente.

Como se pode observar, nesta tese adotaram-se as duas modalidades de pesquisa, a qualitativa e a quantitativa. Esta opção se justifica porque são poucos os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração evidenciando, desta maneira, a necessidade de se realizar o estudo em profundidade no que tange este aspecto. Entretanto, sendo o tema tratado por especialistas que possuem formação, atuação, bem como grupo e linhas de pesquisas difusas, o método quantitativo se apresenta como uma melhor opção de se perceber possíveis generalizações dentre o grupo pesquisado. Aliás, a este respeito, a adoção de métodos

qualitativos e quantitativos em uma mesma pesquisa, segundo Creswell (2007), permitem compreender diferentes e variados arranjos conceituais possibilitando, desta maneira, balizar novos conhecimentos em construção, sejam eles pautados em hipóteses ou pressupostos. Isto implica em dizer que as dimensões teóricas e empíricas que cercam determinado assunto podem ser estudadas por meio da utilização de variadas técnicas já que a ausência de sistematização teórica ou consolidação científica não permite um maior entendimento sem a análise de seus elementos gerais e específicos.

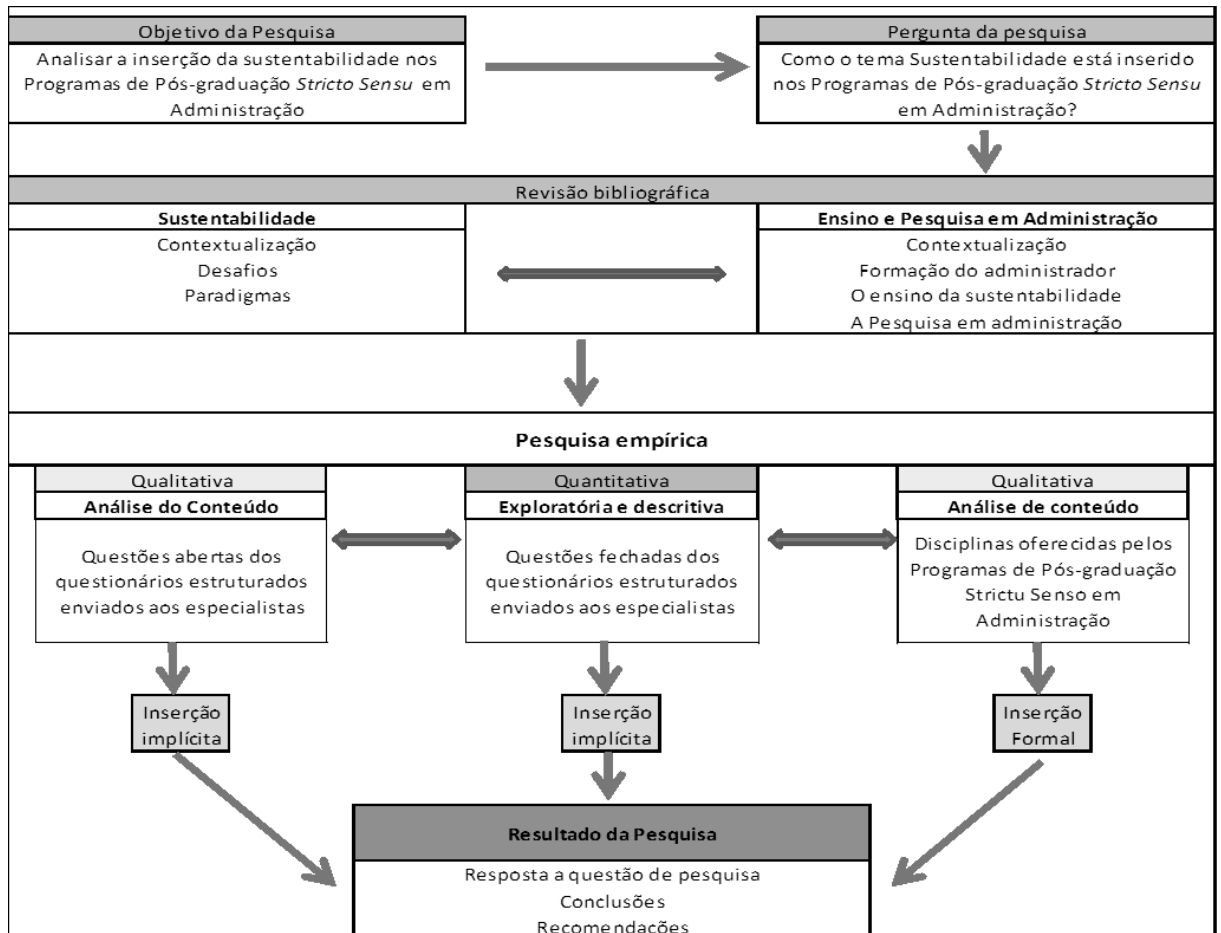
É importante lembrar com Silveira et al. (2004) que as pesquisas quantitativas permitem a comparação entre elementos em determinado grupo possibilitando o estabelecimento de relações de causa e efeito. Já a qualitativa, visando a análise de aspectos isolados e não, necessariamente, detentores de relações de causa e efeito, permitem a análise de determinado fato como um elemento específico do respectivo grupo. Logo, a utilização do método qualitativo e quantitativo neste trabalho permitem expandir e realçar o comportamento da temática em questão nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração no país.

Sabe-se com Trivinos (1996) e Minayo (2009) que fazem parte de uma pesquisa científica, além do método, sua natureza e seus objetivos. Como se pretende gerar conhecimentos de aplicação prática para solução de problemas específicos este trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada no que tange a sua natureza. Objetivando explicitar um problema e conduzir a pesquisa para sua compreensão seu caráter pode ser considerado exploratório. Em decorrência disso, ambos os estudos – quantitativo e qualitativo, foram de caráter exploratório e visaram integrar questões que se encontram em desenvolvimento na literatura e que ainda não possuem um delineamento definido (TRIVINOS, 1996). Ou seja, é uma investigação realizada em área na qual o conhecimento acumulado e sistematizado é pequeno (VERGARA, 2004). É importante salientar que, conforme lembra Trivinos (1996), embora pareça simples, este tipo de estudo não elimina o cuidado que se deve ter para com o tratamento e rigor científico inerente a qualquer trabalho de pesquisa já que este tipo de trabalho se constitui como uma fase preliminar do tratamento do assunto no qual se debruça o investigador (ANDRADE, 2001).

Neste estudo exploratório foram empregadas algumas técnicas de pesquisa cujas fontes foram bibliográficas e documentais. É importante salientar que os estudos exploratórios objetivam, conforme Selltiz (1974), propiciar uma familiarização com os fenômenos mostrando, de maneira detalhada, as características de dada circunstância, grupo ou indivíduo

específico o que implica em sua realização por meio de técnicas específicas. Para tanto, sistematizou-se esta pesquisa a partir do delineamento mostrado na Figura 05:

Figura 05: Esquema da pesquisa



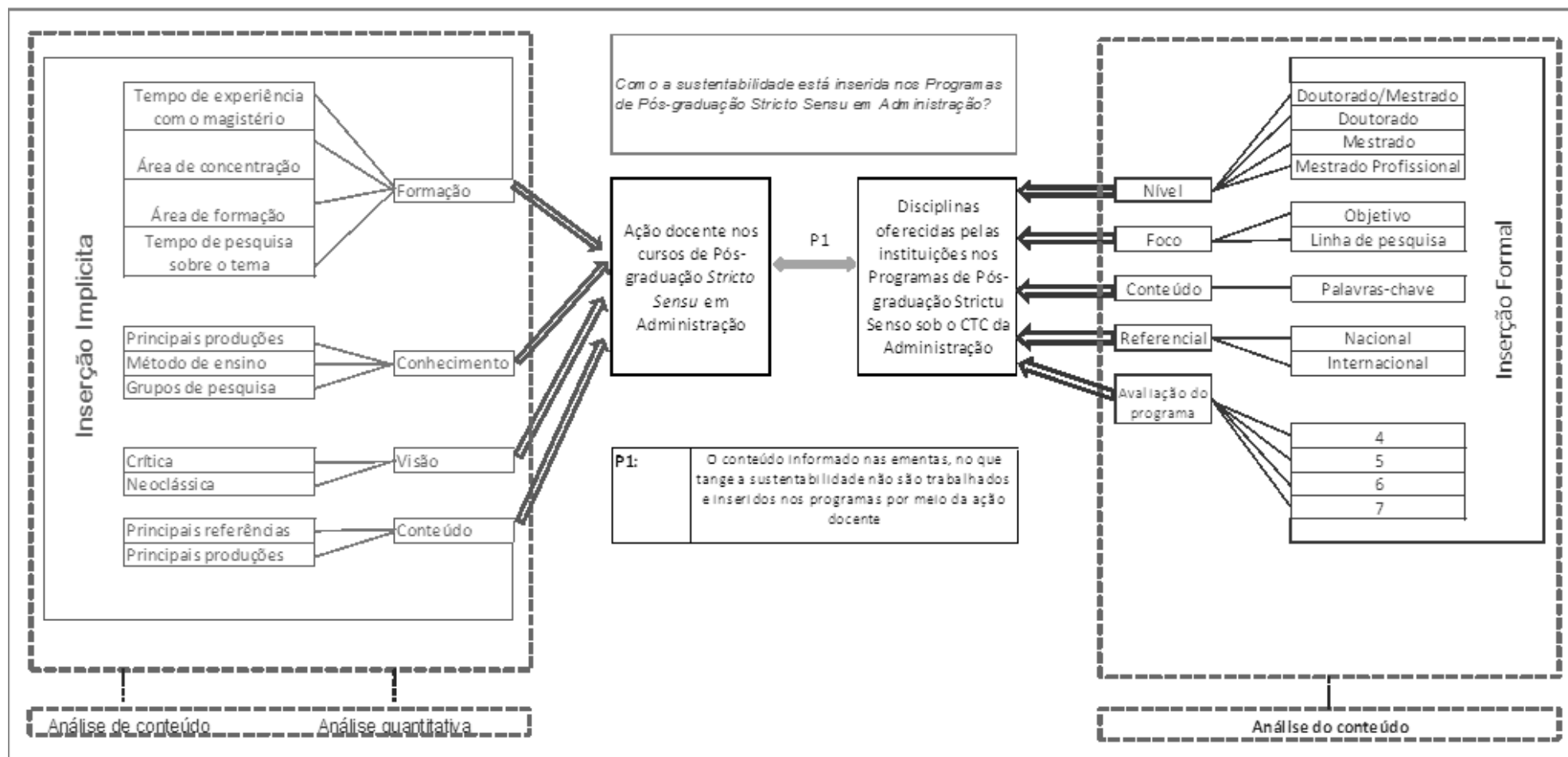
Fonte: Do autor.

Como se observa na Figura 05, o presente estudo partiu de uma revisão da literatura para a apropriação conceitual e levantamento dos principais pontos de discussão sobre a temática abordada. Por se tratar de temas e assuntos ainda latentes, o direcionamento da pesquisa se deu por meio de definições e termos que podem ser considerados, ainda, provisórios. A revisão mostrou que tanto a sustentabilidade, o ensino e a pesquisa em administração nos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* seguem, a priori, ainda em discussão. Em decorrência disso, a respectiva revisão permitiu verificar que a pesquisa empírica se constitui como forma de percepção e contribuição para as discussões que ora são realizadas entorno da temática.

A pesquisa empírica realizada buscou sistematizar, em um primeiro momento, a inserção da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração por meio das ementas disciplinares. Para tanto, criou categorias a partir da análise do conteúdo

das ementas dos respectivos cursos a partir dos principais referenciais, dos objetivos, da avaliação dos programas e dos níveis nos quais as disciplinas sobre o tema estão sendo oferecidas. Já em um segundo momento, verificou-se como o respectivo conteúdo vem sendo ofertado pelos programas e as formas pelas quais eles conteúdos estão sendo inseridos por meio da análise de conteúdo das respostas obtidas nos questionários abertos aplicados aos professores que tratam da temática. O intuito desta sistematização é o de verificar como o tema está sendo inserido formalmente, entendendo ser esta inserção realizada formalmente por meio de documentos oficiais que denotam tal finalidade, enquanto primeiro momento, e, implicitamente, já como segundo momento, uma vez que as práticas pedagógicas e cotidianas que podem ser delineadas sobre o tema não cabem e não se resumem aos documentos que às orientam. A Figura 06 detalha e sistematiza a pesquisa teórico-empírica da pesquisa para um melhor entendimento do processo desenvolvido:

Figura 06: sistematização teórico-empírica da pesquisa:



Fonte: Do autor

A partir do modelo teórico, realizou-se a pesquisa utilizando-se de técnicas específicas ao atendimento de cada dimensão presente no esquema teórico-empírico. Entretanto, esta pesquisa apresentou as seguintes limitações:

5.3 Limitações da Pesquisa

- A pesquisa busca analisar a inserção da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração não cabendo, para isso, a abertura da temática à outras construções conceituais e/ou aplicação em outros níveis ou modalidades de ensino.
- A análise documental bem como a análise do conteúdo das disciplinas e dos questionários aplicados aos especialistas – pesquisadores e professores de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* possibilitaram a partir da categorização das unidades de significação, a sistematização e o entendimento da inserção da temática nos programas já delineados não cabendo, em decorrência disso, à análise e utilização de diferentes categorias não oriundas deste estudo.

5.4 Amarração da Pesquisa

Considerando as limitações acima apontadas e, ainda em consequência, os resultados encontrados nesta pesquisa visam responder as questões elencadas na introdução deste trabalho buscando, ainda, suas relações entre a sistematização teórica com os objetivos geral e específicos, questões de pesquisa, métodos e técnicas de pesquisa utilizadas. Em decorrência disso, abaixo, mostra-se em uma matriz de amarração a sistematização da pesquisa. É importante salientar que a matriz de amarração é um instrumento de análise que possibilita a visualização da aderência entre os modelos de pesquisa, objetivos e técnicas de análise planejada para o tratamento de dados, principalmente quando estes são de cunho qualitativo (TELLES, 2001). A respectiva matriz de amarração pode ser visualizada no Quadro 06.

Quadro 06: Matriz de Amarração

Objetivo geral (1): analisar como a sustentabilidade está inserida nos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração								
Referencial teórico (2)	Objetivos específicos (3)	Questões de pesquisa (4)	Técnicas de análise (5)	Coleta de dados (6)	Pesquisa de campo (7)	Tratamento dos dados obtidos (8)	Resultados (9)	Conclusões (10)
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Identificar os programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em administração que possuem disciplinas que, de alguma maneira, se relacionem a sustentabilidade.	G	Qualitativo Análise documental - Técnica 01 Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009				
Ensino em administração Pesquisa em Sustentabilidade	Averiguar as principais referências utilizadas pelas disciplinas dos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em administração que envolve a sustentabilidade.	E	Qualitativo Análise documental - Técnica 01 Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Verificar como os professores dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração têm tratado a temática em suas disciplinas	B	Quantitativo - Técnica 02 Qualitativo Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009 e questionários estruturados enviados aos professores				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Identificar nas ementas das disciplinas com enfoque na sustentabilidade as linhas de pesquisas nas quais as mesmas se vinculam.	C	Qualitativo Análise documental - Técnica 01 Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Identificar quem são os especialistas que tratam da sustentabilidade e atuam em Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .	A	Quantitativo - Técnica 02	questionários estruturados enviados aos professores especialistas na temática				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Identificar como a sustentabilidade está sendo tratada pelos especialistas da área em suas disciplinas.	F	Qualitativo Análise documental - Técnica 01 Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009 e questionários estruturados enviados aos professores				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Revisar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos sobre o ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .	D	Qualitativo Análise documental - Técnica 01	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009				
Ensino da administração Pesquisa em administração Sustentabilidade	Analisar as ementas disciplinares dos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração que possuem ênfase na sustentabilidade.	G	Qualitativo Análise documental - Técnica 01 Análise do conteúdo - Técnica 03	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009				
Amarração	(2) e (1)	(3), (2) e (1)	(3) e (1)	(5)	(2)	(2) e (5)	(2) e (5)	(1) (2) (8) (9)

Fonte: do autor

A partir da amarração acima apresentada e com os métodos de pesquisas claramente definidos, encaminhou-se a presente pesquisa para sua apropriação empírica, cujas técnicas utilizadas para tal, bem como os resultados das respectivas técnicas, podem ser visualizados no capítulo a seguir.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Se a aparência e a essência das coisas
coincidissem, a ciência seria desnecessária.

Karl Marx (1988).

Neste capítulo os resultados das pesquisas empíricas são apresentados a partir de cada técnica utilizada para tal fim. É importante salientar que cada técnica utilizada, já delineada no capítulo cinco, correspondeu à um objetivo específico desta tese.

6.1 Técnica de Pesquisa 01: A Revisão Sistematizada da Literatura

Este trabalho pretende analisar a inserção da sustentabilidade cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Para tanto, parte do pressuposto de que sendo o tema ainda muito recente, a academia não possui modelos teóricos consolidados. Por isso mesmo, justifica-se a utilização de um método que seja capaz de levantar e determinar categorias para a análise do que vem se constituindo em torno desta temática e outro que seja capaz de verificar sua profundidade. Para tanto, enquanto primeira técnica de pesquisa utilizada neste trabalho foi realizada a revisão sistematizada da literatura sobre o tema.

Utilizou-se desta técnica porque sendo a literatura sobre a sustentabilidade dispersa e não repertoriada, emergiu a necessidade de sistematizá-la para um melhor entendimento do cenário no qual esta literatura se arma e se mostra lembrando que a Revisão da Literatura é um tipo de pesquisa que permite conhecer as contribuições que estão sendo realizadas a cerca de determinado assunto. A Revisão da Literatura permite, também, uma maior aproximação do pesquisador com o conteúdo que está estudado. Em decorrência disso, sua sistematização é de fundamental importância já que permite, por meio de uma leitura e seleção atenta, a percepção do *status quo* da temática. Aliás, Atallah e Castro (2008, p. 20) argumentam que a revisão sistemática da literatura “constitui um método moderno para a avaliação de um conjunto de dados simultaneamente. [...] sendo frequentemente utilizada para se obter provas científicas [de determinado fenômeno]”.

Diante do exposto, pode-se perceber que quando uma questão está formulada de maneira clara e objetiva, a revisão sistemática da literatura pode auxiliar na obtenção de sua resposta. Mesmo porque, conforme salienta Clark (2001), ela, em si, se constitui em uma maneira sistêmica de se identificar, avaliar e, principalmente, criticar os estudos que estão sendo desenvolvidos em determinada área. Isto implica em dizer que a revisão sistemática da literatura pode ser entendida, então, como uma forma de pesquisa que auxilia na obtenção de evidências sobre determinado assunto. No caso em questão, a inserção da sustentabilidade nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração.

Nesta tese a revisão sistemática de literatura se deu em dois momentos distintos a saber: em um primeiro momento a revisão permitiu identificar o *status quo* da produção sobre a inserção da sustentabilidade nos programas de graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* por meio da recuperação de artigos, teses e dissertações. As bases de dados acessadas para esta finalidade foram a *Proquest*, *Scielo*, *Eric* e *Ebsco*. O recorte temporal para o respectivo resgate dos trabalhos acima mencionados se deu no período entre 2003 e 2013 compondo, desta maneira, a produção sobre a temática dos últimos 10 anos.

A busca pelos trabalhos se deu por meio de palavras-chave. Como critério de busca optou-se pela seleção de trabalhos que contivessem em seus títulos, a composição dos termos definidos enquanto palavras chave. Foram utilizados os mesmos termos em todas as bases mencionadas, sendo estes: sustentabilidade e Pós-Graduação; sustentabilidade e ensino superior; sustentabilidade e graduação; desenvolvimento sustentável e Pós-Graduação; desenvolvimento sustentável e graduação; desenvolvimento sustentável e ensino superior.

Já em um segundo momento foi realizado um levantamento a partir das mesmas palavras chave acima citadas nos periódicos nacionais qualificados pelo Web-qualis nos últimos 05 anos. Entretanto, como se sabe que geralmente os artigos qualificados pelo Web-qualis possuem indexação em alguma base, quando houve esta ocorrência, o mesmo foi eliminado da lista de artigos recuperados na base nacional.

6.1.1 Resultados da Revisão Sistematizada da Literatura

A revisão sistematizada da literatura permitiu identificar o *status quo* da produção sobre a inserção da sustentabilidade nos programas de graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* por meio da recuperação de artigos, teses e dissertações. As bases de dados acessadas para esta finalidade foram a *Proquest*, *Scielo*, *Eric* e *Ebsco*. O recorte temporal para o

respectivo resgate dos trabalhos acima mencionados se deu no período entre 2003 e 2013 compondo, desta maneira, a produção sobre a temática dos últimos dez anos.

A busca pelos trabalhos se deu por meio de palavras-chave. Como critério de busca optou-se pela seleção de trabalhos que contivessem em seus títulos, a composição dos termos definidos enquanto palavras chave. Foram utilizados os mesmos termos em todas as bases mencionadas, sendo estes: sustentabilidade e Pós-Graduação; sustentabilidade e ensino superior; sustentabilidade e graduação; desenvolvimento sustentável e Pós-Graduação; desenvolvimento sustentável e graduação; desenvolvimento sustentável e ensino superior. As buscas recuperaram, de maneira geral, 253 artigos sendo 212 internacionais e 41 nacionais. A Tabela 10 mostra o resultado do levantamento em cada base de dados consultada:

Tabela 10: Resultado do levantamento nas bases de dados

Termo	Filtro	Base				Total		
		Proquest	Ebsco	Eric	SciELO	Nacional	Internacional	Geral
Sustentabilidade + Pós-graduação	Titulo	0	3	0	0	3	0	3
Sustainability + Graduate	Titulo	8	14	1	0	0	23	23
Sustentabilidade + ensino superior	Titulo	0	0	0	0	0	0	0
Sustainability + higher education	Titulo	38	88	8	0	0	134	134
Sustentabilidade + graduação	Titulo	0	0	0	3	3	0	3
Sustainability + graduation	Titulo	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento sustentável + pós-graduação	Titulo	0	0	0	0	0	0	0
Sustainable development + graduate	Titulo	10	4	1	0	0	15	15
Desenvolvimento sustentável + graduação	Titulo	0	0	0	0	0	0	0
Sustainable development + graduation	Titulo	0	1	0	0	0	1	1
Desenvolvimento sustentável + ensino superior	Titulo	0	1	0	0	1	0	1
Sustainable development + higher education	Titulo	15	48	10	0	0	73	73
Pós-graduação		18	21	2	0	3	38	41
Graduação		53	138	18	3	4	208	212
							TOTAL	253

Fonte: do autor.

Por meio da revisão sistematizada da literatura observou-se que dos 253 trabalhos relacionados à temática abordada, apenas 41 possuem foco na Pós-Graduação. Entretanto, em análise mais aprofundada, percebe-se que dos 41 trabalhos recuperados nenhum deles se refere ao ensino de sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, o que reforça, por sua vez, a relevância do presente trabalho. Os trabalhos recuperados que tratam da Pós-Graduação podem ser visualizados no Quadro 07:

Quadro 07: Títulos dos artigos recuperados sobre sustentabilidade e Pós-Graduação

PROQUEST	
1	Education for Sustainability and the degree of a new master : The master of the science of sustainability .
2	Sustainability and Ethics : Provisions Graduate Business Education
3	Combination of graduate studies experience , research and international sustainability
4	Enabling Engineering Workforce USA to perform : Financial Sustainability Development to ensure high-quality undergraduate engineering Professional Education
5	Enabling Engineering Workforce U.S. to run : Building the Organizational Innovation for Sustainability in Postgraduate Professional Engineering Education
6	Universidad Catolica to launch post-graduate program , institute of sustainability - Peru
7	Interdisciplinary Graduate Education in Marine Sciences : Lessons from IGERT sustainability of marine ecosystems in Alaska
8	Globalization , Innovation and Sustainability : Towards a design philosophy Opportunity - Driven Graduate Business Education
9	Embracing Sustainability in the Curriculum Materials Engineering : Suggestions and examples to build skills for Materials Today Graduate Engineering
10	Global sustainability issues for engineering graduates
11	The construction and planning environments cnstruídos by graduate students in sustainability
12	House Small Business Committee Hearing : " plus-sized Standards : Sustainability of Small Business Graduates " .
13	Analyzing the impact of a graduate course in sustainable development by analyzing the ecological footprint
14	Measuring the educational impacts of a Postgraduate Course in Sustainable Development
15	Development of a Postgraduate Course in New Sustainable Technology Entrepreneurship for Scientists and Engineers
16	Nontraditional universitária searches that facilitate learning and Services Research for Sustainable Development of Undergraduate and Postgraduate
17	Graduate School CYBER PORT FOLIO : THE INNOVATIVE menu FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT
18	Sustainable graduates : formal, informal and campus curricula to embed Linking Education for Sustainable Development of the student learning experience
EBSCO	
1	Systematic for the Propagation of Postgraduate Dental Implant Education in Developing Countries approach .
2	Prospective postgraduate course in Brazil (2008-2022) .
3	0 Qualis Periodicals in Perception hum group of coordinators of graduate programs .
4	New Knight Management Center of the School of Business to Achieve Stanford Graduate higher level of Environmental Sustainability
5	Global and sustainability issues for engineering graduates .
6	Teaching Sustainability in Postgraduate Education : dealing with leadership development .
7	LEARNING TO GRADUATE business sustainability .
8	The Fifth Biennial Conference "Tourism in Asia : Development , Marketing and Sustainability "
9	Using experiential education to expose graduate students to the relevance of the case studies unsustainability and innovation .
10	Advances in Curriculum Graduate Marketing : Watching the ethical , social and sustainability issues .
11	Ethics , Corporate Social Responsibility , Education and Sustainability at AACSB Undergraduate and Postgraduate Diploma in Marketing : A Comparative Study .
12	It is further argued ? An exploratory study of the commitment to sustainability , the evidenced in the vision and mission statements of graduate attributes in Australian universities .
13	Development and Application of Skills to Graduate Programs in Energy and Sustainability .
14	Sustainability and Ethics : Provisions Graduate Business Education .
15	Sustainability and Graduate Business Education : An Analysis of the need , the best efforts for curricular Proposals and recommendations .
16	Sustainable graduates : formal, informal and campus curricula linking to embed education for sustainable development in the student learning experience .
17	MANAGING GLOBAL skills development SUSTAINABLEGENERIC Engineering & BUSINESS USING NEW GRADUATES learning environments .
18	Measuring the educational impacts of a graduate degree in sustainable development . Full text disponívelBy: Brody , Samuel Ryu , Hyung - Cheal . Research in Environmental Education . Apr2006 , vol. 12 Issue 2, P179 -199 . 21p . 5 stops. DOI: 10.1080/13504620600688955 .
19	Sustainable development : ten years experience at post - graduate ITESM . Only disponívelBy Citation : Bremer , H. Martín ; Lopez - Franco Rosamaria . Journal of Cleaner Production . May2006 , vol. 14 Issue 9-11 , P952 -957 . 6p. DOI: 10.1016/j.jclepro.2005.11.039 .
20	Analyzing the impact of a graduate course on sustainable development using ecological footprint analysis .
21	Assessing the impacts on graduate education : the initiative for the conservation and sustainable development .
ERIC	
1	Engage is planing : production of one million additional college graduates with degrees in Science , Technology , Engineering and Mathematics .
2	Institutional change as a renewal process : The NHMCCD Model.

Fonte: Elaboração do autor.

Ainda tratando-se dos artigos recuperados se faz importante salientar que os artigos que se encontravam duplicados nas bases foram considerados uma única vez. A base dados Scielo não contou com artigos sobre a sustentabilidade na Pós-Graduação. Como o foco deste trabalho se direciona para os respectivos programas em Administração, a revisão sistemática da literatura evidenciou que sobre este assunto se faz necessária sistematização para posterior entendimento do mesmo por meio da empiria. Assim, prosseguiu-se para a Revisão Sistematizada da literatura nacional sobre a temática. Para tanto, foi levantado todos os artigos qualificados pelo WEBQualis na área da Administração entre os anos de 2007 a 2012, nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. A busca, que se utilizou dos mesmos critérios já expostos acima, não retornou nenhum artigo em todos os estratos referente à sustentabilidade e a Pós-Graduação. Vale salientar que o levantamento dos artigos do respectivo período totalizou 12.436 artigos publicados nos periódicos qualificados pela área nos estratos descritos acima.

A Revisão Sistematizada da literatura evidenciou que esta pesquisa parte de uma literatura ainda em desenvolvimento. Em decorrência disso, a ausência de modelos teóricos permite apenas realizar a sistematização desta literatura como meio de entendimento do *status quo* da questão tratada. Por isso mesmo, este estudo teórico-empírico parte do entendimento da sustentabilidade, da pesquisa e do ensino em administração nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* visando analisar as relações existentes entre estes três campos. Como ainda não se tem trabalhos realizados na área com esta finalidade no nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no que tange a sustentabilidade no país, o entendimento das respectivas relações se constitui, então, em uma importante contribuição para a área a partir da análise da inserção da sustentabilidade tanto na pesquisa quanto no ensino em administração para aqueles que, em tese, serão os disseminadores e construtores do conhecimento científico.

6.2 Técnica de pesquisa 02: A análise documental

Toda informação registrada e sistematizada, independente de seu suporte, pode ser considerado um documento (SEVERINO, 2010). Sua análise busca complementar o entendimento oriundo de demais perspectivas (BELL, 1993) já que um documento é sempre uma impressão deixada por alguém em determinado contexto social.

Quando estes documentos são oriundos de órgãos ou entidades formais e/ou oficiais, tais como, leis, decretos, deliberações, etc, chama-se estes documentos como primários

(COHEN; MANION, 1994). Para tanto, sua seleção e escolha deve levar em consideração a questão que se pretende investigar. Por isso mesmo, optou-se, neste trabalho, por realizar a análise documental das ementas disciplinares dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração que se constitui, desta maneira, em uma fonte primária de registro. Assim, como bem argumenta Bell (1993), realizou-se uma pré-análise selecionando apenas as ementas que fizessem de alguma maneira, menção à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Sabe-se com Cellard (2008, p. 295) que a utilização de documentos nas pesquisas possibilita a ampliação do conhecimento haja vista sua riqueza informacional. Aliás, como argumenta o mesmo autor, muitas vezes o documento é o único testemunho de determinado contexto e/ou período. Por meio dele, se torna possível, então, a percepção de como determinada questão se apresenta e evolui. Questão esta que pode ser um conceito, uma mentalidade, uma prática, ou, até mesmo, um paradigma. Assim, concorda-se com Helder (2006) que nesta técnica a utilização de documentos originais, que ainda não receberam tratamento, se firma como possibilidade de avanço investigativo o que justifica, por sua vez, a escolha das ementas disciplinares.

A partir da análise documental dos programas de ensino e das ementas dos Cursos de Pós-Graduação em Administração foi possível coletar, analisar e sistematizar como este tema está maturando (CELLARD, 2008), bem como, tratá-lo e apresentá-lo de forma a permitir uma melhor compreensão, consulta e referenciação. (IGLESIAS; GÓMEZ, 2004).

Os sujeitos desta pesquisa são constituídos pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, em dois níveis: mestrado, sendo ele no âmbito profissional e acadêmico, e doutorado. Como forma de qualificar a amostra optou-se por considerar a análise dos Programas que possuem, atualmente, avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) igual ou superior ao conceito 4. Isto é, os Pós-Graduação em Administração, cujos Cursos tenham conceitos atribuídos pela CAPES que se constituem em notas 4, 5, 6, e 7, sendo estes considerados programas que variam de bons à excelentes.

A coleta de dados foi realizada no portal CAPES, onde estão relacionados os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração recomendados para, a partir deste levantamento, serem acessados os programas de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES) onde estes Programas se encontram situados. Quanto aos dados coletados que, no portal CAPES, ainda hoje estão disponibilizadas as informações referentes à avaliação trienal realizada nos anos de 2007, 2008 e 2009, e realizada em 2010. As informações

referentes ao próximo triênio, que considera os anos de 2010, 2011 e 2012 deverão ser disponibilizadas, provavelmente, depois de setembro de 2013.

Esta pesquisa foi transversal, selecionando os dados disponíveis no portal da CAPES, no momento da coleta dos dados, em maio de 2013. Por meio do acesso a estes programas de ensino foram localizadas e destacadas todas as disciplinas que, de alguma maneira, fazem menção ao termo sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade pode ser entendida como dimensões das atividades práticas capazes de gerar melhorias na qualidade de vida, e desta forma, gerar um desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável, por sua vez pode ser entendido como um modelo integrador dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de determinada sociedade que possibilita a redução das desigualdades sociais oriundas do modelo vigente que tem, em seu âmago, a geração de riqueza por meio da exploração desmesurada do homem e do meio ambiente. (SACHS, 2004). Apesar da diferenciação conceitual entre estes dois termos, estes dois aspectos foram considerados nesta pesquisa como a temática da Sustentabilidade. Assim, 26 programas foram selecionados para análise, sendo que a estes correspondem 71 disciplinas que se relacionam, de alguma maneira, à temática de Sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável. Estas 71 disciplinas foram selecionadas nos programas de ensino dos 26 programas selecionados como uma amostra não probabilística, e consideradas quanto à ementa. Para registro destes dados coletados foi elaborada uma planilha Excel amparando o procedimento de análise dos dados.

6.2.1 Resultado da Análise Documental

A análise destas 71 disciplinas foi realizada por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. Para tanto, foi considerado o que preconiza Bardin (2009): três fases para realização da análise de conteúdo. Estas fases são: a) pré-análise do conteúdo; b) exploração do conteúdo; e c) tratamento do conteúdo propriamente dito.

Na primeira fase, de pré-análise, foram organizados e sistematizados os dados coletados das ementas, com o objetivo de estabelecer os procedimentos e regras a serem seguidos. Já na segunda fase, de exploração do conteúdo, o material coletado da ementa foi tratado no sentido identificar palavras e expressões, a partir de unidades de registros, sendo estas consideradas como Unidades de Significados (US). Com este procedimento, a frequência e a intensidade das palavras e das expressões contidas nas ementas foram

conhecidas. A partir desta exploração o material coletado foi categorizado permitindo o tratamento do conteúdo propriamente dito. De maneira mais específica, estas fases foram adotadas neste estudo, sendo que primeiramente as denominações das disciplinas se constituíram, desde logo, em Unidades de Significados (US) e em categorias de análise, e após, os conteúdos das ementas foram também analisados, da mesma forma. Para tanto, registros em planilha Excel foram utilizados como suporte para os programas *Primitive Word Counter*, que realiza a contagem de palavras e frases contidas em um texto gerando, em decorrência disso, a frequência de repetições de determinada palavra e/ou termo para, de posse desta lista de contagem e frequência foram geradas, por meio do *Wordlie*, nuvens de palavras cujo destaque se dá por meio das palavras que contém a maior frequência no conteúdo analisado. O processo ora descrito foi utilizado para a análise de conteúdo das ementas.

É importante ressaltar que o presente estudo partiu de uma revisão da literatura para a apropriação conceitual e levantamento dos principais pontos de discussão sobre a temática abordada. Por se tratar de temas e assuntos ainda latentes, e em desenvolvimento, o direcionamento da pesquisa se deu por meio de definições e termos que podem ser considerados, ainda, provisórios.

As 71 disciplinas que fazem algum tipo de referência em sua ementa à sustentabilidade e/ou ao desenvolvimento sustentável estão relacionadas numericamente conforme a região geográfica, estado, nome da instituição (IES) e respectiva sigla, conforme Tabela 11:

Tabela 11: Instituições que oferecem disciplinas voltadas para a sustentabilidade

Região	Estado	Nome da instituição	Silga	Qtde Disciplinas
Nordeste	Bahia	Universidade Federal da Bahia	UFBA	5
Nordeste	Bahia	Universidade de Salvador	UNIFACS	2
Nordeste	Ceará	Universidade de Fortaleza	UNIFOR	3
Nordeste	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	2
Nordeste	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	2
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Lavras	UFLA	5
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	2
Sudeste	Minas Gerais	Faculdade Novo Horizonte	FNH	2
Sudeste	Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa	UFV	1
Sudeste	Rio de Janeiro	Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro	FGV/RJ	7
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	2
Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Unigranrio	UNIGRANRIO	2
Sudeste	São Paulo	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto	USP/RP	6
Sudeste	São Paulo	Universidade de São Paulo	USP	3
Sudeste	São Paulo	Universidade Municipalde São Caetano do Sul	USCS	3
Sudeste	São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC/SP	2
Sudeste	São Paulo	Universidade Nove de Julho	UNINOVE	2
Sudeste	São Paulo	Fundação Getúlio Vargas - São Paulo	FGV/SP	2
Sudeste	São Paulo	Universidade Presbiteriana Mackenzie	UPM	1
Sudeste	São Paulo	Fundação Getúlio Vargas - São Paulo	FGV/SP	1
Sul	Parana	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUC/PR	4
Sul	Parana	Universidade Positivo	UP	1
Sul	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	3
Sul	Rio Grande do Sul	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUC/RS	1
Sul	Santa Catarina	Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	5
Sul	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	2

Fonte: CAPES (2013). Elaboração do autor.

A análise da tabela permite verificar que os Programas de Pós-Graduação em Administração, na modalidade *Stricto Sensu*, e que ofertam disciplinas que fazem referência à sustentabilidade e/ou ao desenvolvimento sustentável se concentram nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. As regiões Norte e Centro-Oeste não ofertam disciplinas relacionadas a estes temas. Na região sudeste, em São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) é listada 02 vezes porque seus Programas são independentes junto à CAPES sendo que o programa que contém 02 disciplinas é o de Administração de Empresas e o que contém 01, o de Administração Pública.

Na Tabela 12 consta a oferta das respectivas disciplinas na região Nordeste, conforme o estado, a sigla da IES, a quantidade de disciplinas, o numero de disciplinas por IES, o nome da disciplina e o nível em que é ministrada: mestrado e/ou doutorado.

Tabela 12: Disciplinas que referenciam a sustentabilidade nos Programas da Região Nordeste

Estado	Sigla da IES	Qtde de disciplinas	N. da Disciplina	Disciplina	Nível: M; D; M/D
Bahia	UFBA	5	1	Dinâmica organizacional	M
			2	Estratégia competitiva	M
			3	Gestão contemporânea das organizações	M
			4	Governo local e cidadania	M
			5	Política e gestão de meio ambiente	M
	UNIFACS	2	1	Empreendedorismo em educação	M
			2	Gestão estratégica	M
Ceará	UNIFOR	3	1	Consumo e sustentabilidade	M
			2	Gestão ambiental	M
			3	Responsabilidade social e governança corporativa	M
Pernambuco	UFPE	2	1	Gestão socioambiental empresarial	D/M
			2	Redes de inovação e arranjos produtivos	D/M
Rio Grande do Norte	UFRN	2	1	Metodologia da pesquisa I	D/M
			2	Planejamento governamental	D/M

Fonte: CAPES (2013). Elaboração do autor.

Na região Nordeste, 14 disciplinas são ofertadas, com destaque para o Estado da Bahia, com sete disciplinas (50%).

Analisando estas disciplinas se pode perceber que representam a poliformidade na qual o assunto está inserido e é tratado. Percebe-se, neste sentido, que apenas a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) possui três disciplinas voltadas mais diretamente para a reflexão em torno da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável: Consumo e Sustentabilidade, Gestão Ambiental, Responsabilidade Social e Governança Corporativa.

A análise das demais disciplinas evidencia ainda aspectos voltados para Política e Gestão de Meio Ambiente e Gestão Socioambiental Empresarial. Também relacionados aos aspectos de Dinâmica Organizacional, Estratégia Competitiva, Gestão Contemporânea de Organizações, Governo Local e Cidadania, Empreendedorismo em Educação, Gestão Estratégica, Metodologia da Pesquisa I, Planejamento Governamental, e Redes de Inovação e Arranjos Produtivos se encontram enfoques nas ementas que evocam sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Quanto ao contexto da região Sul do Brasil soma 16 o número de disciplinas ofertadas. Cabe, desde logo destaque para os Programas de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), que possuem foco temático orientado à temática da Sustentabilidade, com disciplinas mais específicas. No caso na UFSC as disciplinas são oferecidas exclusivamente no nível de doutorado, sendo estas disciplinas: Gestão de Organizações e Desenvolvimento Territorial Sustentável. E Teoria do Desenvolvimento. O mesmo ocorre, na UNIVALI, com

as seguintes disciplinas: Desenvolvimento do Turismo Sustentável, Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Ambiental, Planejamento e Gestão do Espaço Turístico. Ainda na UNIVALI a disciplina Organizações e Desenvolvimento Sustentável, no nível de mestrado, se constituem em exemplos de disciplinas voltadas para a sustentabilidade. Percebe-se ainda que na região Sul, o Estado de Santa Catarina concentra 44% das disciplinas ofertadas em toda a região.

As disciplinas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC PR, da Universidade Positivo (UP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) apresentam direcionamentos mais gerais, como Sistemas de Informação: Indicadores de Controle, Globalização e Geoestratégia Empresarial, Gestão estratégica em organizações sem fins lucrativos, Gestão da cadeia de suprimentos, Estruturas Institucionais de apoio à Inovação Tecnológica, Competitividade e Estratégia de Negócios, Estratégia de Inovação Tecnológica Sustentável, Gestão Estratégica Orientada para Mercado e Competitividade e Tópicos Avançados em Estratégia.

O que foi descrito pode ser observado Tabela 13.

Tabela 13: Disciplinas que referenciam a sustentabilidade nos Programas da Região Sul

Estado	Sigla da IES	Qtde de disciplinas	N. da Disciplina	Disciplina	Nível: M; D; M/D
Paraná	PUC/PR	4	1	Gestão da cadeia de suprimentos	M/D
			2	Gestão estratégica em organizações sem fins lucrativos	M/D
			3	Globalização e geo-estratégia empresarial	M/D
			4	Sistemas de informação: indicadores de controles	M/D
	UP	1	1	Estruturas institucionais de apoio à inovação tecnológica	M
Rio Grande do Sul	UFSM	3	1	Competitividade e estratégia de negócios	M
			2	Estratégia de inovação tecnológica sustentável	M
			3	Gestão estratégica orientada para mercado e competitividade	M
	PUC/RS	1	1	Tópicos avançados em estratégia	M
Santa Catarina	UNIVALI	5	1	Desenvolvimento do turismo sustentável	D
			2	Desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental	D
			3	Gestão social e organizações do terceiro setor	M
			4	Organizações e desenvolvimento sustentável	M
			5	Planejamento e gestão do espaço turístico	D
	UFSC	2	1	Gestão de org. E desenvolvimento territorial sustentável	D
			2	Teoria do desenvolvimento	D

Fonte: CAPES (2013). Elaboração do autor.

Uma análise mais acurada revela que 41 disciplinas são oferecidas pelos programas concentrados na região Sudeste e, principalmente, no Estado de São Paulo. Cabe destaque nesta região para os programas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, e o da Universidade de São Paulo (USP) - campus de Ribeirão Preto, UNIGRANRIO e a Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Estes quatro programas possuem disciplinas com

foco de estudo mais específico: Formação Socioambiental, Agenda Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na América Latina, Meio Ambiente, Relações Internacionais e Formação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Modelagem e Gestão de Organizações Governo e Programas Públicos, Teoria das Organizações, Gestão Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Administração Financeira de Longo Prazo, Marketing de Serviços: Relação entre Empresa e Varejo, Gestão Ambiental na Organização, Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing, Sustentabilidade: Princípios e Estratégias, Tópicos em Gestão Aplicados a Sistemas de Produções Internacionais, Organizações Sustentáveis, Impactos Sociais na Gestão Organizacional, Desenvolvimento Local e Regional e Gestão Social e Ambiental.

De forma menos específica se podem relacionar as disciplinas dos programas da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdades Novos Horizontes (FNH), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP – campus central), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), sendo elas, Administração financeira, Administração, Administração, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável, Seminários, Tópicos Especiais: Reflexões Críticas em Administração, Acompanhamento e Avaliação de Programas e Projetos, Administração Pública e Estratégia de Desenvolvimento, Metodologia de Pesquisa Aplicada à Administração, Economia de Empresas, Comportamento do Consumidor, Organizações Sociais e Cooperativas, Responsabilidade Ambiental, Social e Corporativa, Logística Internacional, Estado e Mercado e Terceiro Setor, Governança Corporativa: Administração, Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas, Administração e Planejamento Estratégico, Seminários: Gerenciando a Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, Gestão para o Desenvolvimento Sustentável, Gestão Contemporânea e da Regionalidade, Economia e Sociedade Regional, Estratégia, Teorias de Redes e as perspectivas econômicas das Organizações, Sustentabilidade e Gestão Estratégica dos *Stakeholders*, Competitividade Empresarial e Cultura do Consumo e Espaço Público.

A Tabela 14 mostra esta realidade:

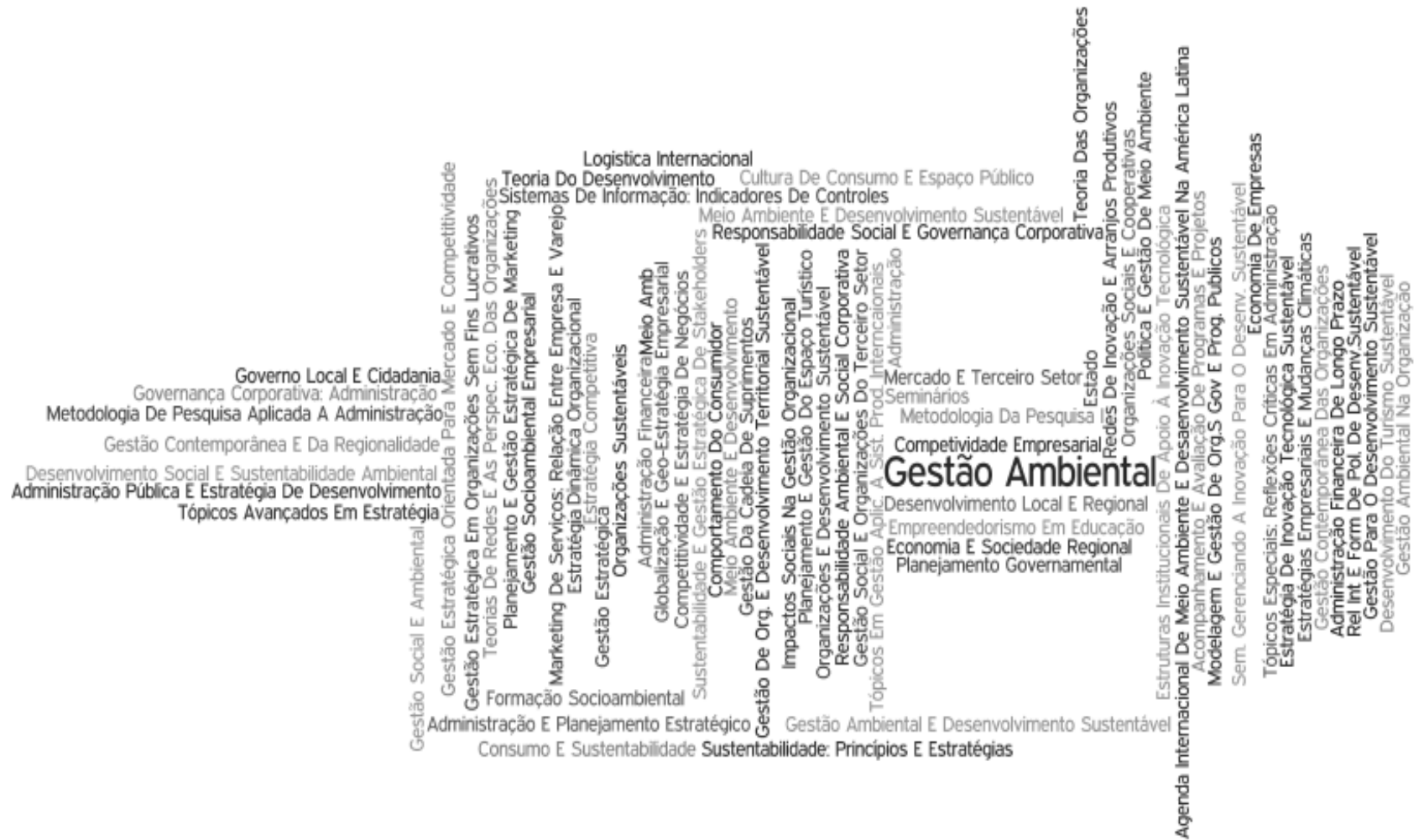
Tabela 14: Disciplinas que referenciam a Sustentabilidade nos Programas da Região Sudeste

Estado	Sigla da IES	Qtde de disciplinas	N. da Disciplina	Disciplina	Nível: M; D; M/D
Minas Gerais	UFLA	5	1	Administração, meio ambiente e desenvolvimento sustentável	M
			2	Seminários	M/D
			3	Tópicos especiais: reflexões críticas em administração	M/D
			4	Acompanhamento e avaliação de programas e projetos	D
			5	Administração pública e estratégia de desenvolvimento	M/D
	FNH	2	1	Comportamento do consumidor	M
			2	Organizações sociais e cooperativas	M
	UFU	2	1	Metodologia de pesquisa aplicada a administração	M
			2	Economia de empresas	M
UFV	1	1	Administração financeira	M	
Rio de Janeiro	FGV/RJ	7	1	Formação socioambiental, agenda internacional de meio ambiente e desenvolvimento sustentável na América Latina	M
			2	Meio ambiente, relações internacionais e formação de política de desenvolvimento sustentável	M/D
			3	Modelagem e gestão de organizações, governo e programas públicos	M/D
			4	Teoria das organizações	M
			5	Gestão ambiental	M/D
			6	Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável	M
			7	Meio ambiente e desenvolvimento	M
	UNIGRANRIO	2	1	Desenvolvimento local e regional	M
			2	Gestão social e ambiental	M
UFRJ	2	1	Logística internacional	M	
		2	Responsabilidade ambiental e social corporativa	M	
São Paulo	USP/RP	6	1	Administração financeira de longo prazo	M
			2	Marketing de serviços: relação entre empresa e varejo	M
			3	Planejamento e gestão estratégica de marketing	M
			4	Sustentabilidade: princípios e estratégias	M
			5	Tópicos em gestão aplic. A sist. Prod. Internacionais	M
			6	Gestão ambiental na organização	M
	USP	3	1	Estado, mercado e terceiro setor	M/D
			2	Estratégias empresariais e mudanças climáticas	M/D
			3	Governança corporativa: administração	M/D
	USCS	3	1	Gestão para o desenvolvimento sustentável	M
			2	Economia e sociedade regional	M
			3	Gestão contemporânea e da regionalidade	M
	FGV/SP	2	1	Estratégia, teorias de redes e as perspec. Eco. Das organizações	M/D
			2	Sustentabilidade e gestão estratégica de stakeholders	M/D
	PUC/SP	2	1	Administração e planejamento estratégico	M
2			Sem. Gerenciando a inovação para o desenv. Sustentável	M	
UNINOVE	2	1	Organizações sustentáveis	M/D	
		2	Impactos sociais na gestão organizacional	M/D	
FGV/SP	1	1	Cultura de consumo e espaço público	M/D	
UPM	1	1	Competividade empresarial	M/D	

Fonte: CAPES (2013). Elaboração do autor.

Quanto analisados os títulos das disciplinas pesquisadas predomina a Gestão Ambiental predomina. Destaca-se dentre todas as demais formas de designação do título de disciplinas relacionadas com a sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável. Os títulos das demais disciplinas, dada a variedade de suas nomenclaturas, seguem uma frequência parecida que não possibilita a criação de uma ordem de significância e/ou destaque frente às demais. A Figura 07, cuja tabela de frequência encontra-se no Apêndice 01, mostra o encontrado.

Figura 07: Disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Administração



Fonte: Elaboração do autor.

Neste ponto cabe destaque, entretanto para a UFSC, onde as ementas analisadas, que referenciam a sustentabilidade e/ou o desenvolvimento sustentável, apontam para o entendimento das “três esferas sociais na democracia contemporânea: Estado, Sociedade Civil e Mercado, [a partir] da evolução do conceito de desenvolvimento territorial sustentável” (CAPES, 2013), buscando, para tal fim, o entendimento da importância da análise do contexto contemporâneo para, a partir deste ponto, criar, promover e integrar instrumentos que permitam a análise socioeconômica e a implantação de estratégias que estejam orientadas a partir da ideia do desenvolvimento sustentável.

O entendimento aqui delineado também é o mesmo na UNIVALI quando, por meio de suas ementas disciplinares, busca perceber o impacto do planejamento, dos modelos e das práticas oriundas de um pensamento voltado para o desenvolvimento sustentável, a partir da ideia de gerenciamento social e político norteador das pesquisas desenvolvidas por este centro. A rigor, isto implica em dizer que estas duas instituições apresentam em suas ementas a iniciativa de gerar pesquisas e disseminar o conhecimento gerado do cenário atual que se apresenta como o Antropoceno, já delineado no início deste trabalho. Estes dois programas, onde a sustentabilidade se constitui como eixo integrador disciplinar apresenta a sustentabilidade refletida sob o prisma de um novo olhar.

6.2.2 A Análise das Linhas e Grupos de Pesquisa

A partir da análise documental dos programas de ensino disponibilizados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) também foram identificadas as áreas de concentração, as linhas e os grupos de pesquisas dos respectivos Programas. Assim, os 26 Programas selecionados para análise, corresponderam a 87 linhas de pesquisas norteadoras da construção do conhecimento nos respectivos programas. Estas linhas são responsáveis pela articulação de 142 grupos de pesquisas que delineiam, juntamente com as linhas e as áreas de concentração destes programas, também, um dos focos de pesquisa deste trabalho.

A partir do levantamento das instituições já delineadas na análise das ementas, foram acessados os portais dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, anteriormente selecionados, e hospedados nos sites das Instituições de Ensino Superior (IES) onde estes Programas se encontram inseridos. Por meio do acesso a estes portais foram localizadas e destacadas as áreas de concentração, as linhas e os grupos de pesquisas dos respectivos Programas que fazem de alguma maneira, menção ao termo Sustentabilidade.

Cabe destacar que um Programa de Pós-Graduação em Administração pode ter mais de um Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo estes no nível de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado.

Os dados coletados foram registrados em uma planilha Excel amparando o posterior procedimento de análise dos dados.

Ainda cabe esclarecer, quanto aos dados coletados que, no portal CAPES, atualmente estão disponibilizadas as informações referentes à avaliação trienal dos anos de 2007, 2008 e 2009, e realizada em 2010. As informações referentes ao próximo triênio, que considera os anos de 2010, 2011 e 2012 deverão ser disponibilizadas, provavelmente, depois de setembro de 2013. Assim, esta pesquisa transversal, considerou os dados disponíveis no portal da CAPES, no momento da coleta dos dados, em maio de 2013.

A análise das 87 linhas de pesquisas e dos 142 grupos de pesquisas também foi realizada por meio da Técnica de Análise de Conteúdo. As áreas de concentração, as linhas e os grupos de pesquisas se constituíram, desde logo, em Unidades de Significados (US) e em categorias de análise. Os registros da planilha Excel foram utilizados como suporte para os programas *Primitive Word Counter e Wordlie*, possibilitando a contagem de palavras e de frases, e geração de figuras e de nuvens de palavras, cujo destaque se dá por meio das palavras que contém a maior frequência no conteúdo analisado. O processo ora descrito foi utilizado para a análise de conteúdo das linhas de pesquisa e dos grupos possibilitando, desta maneira, a categorização dos mesmos a partir de seu foco de atuação.

Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração ofertados pelas instituições já listadas concentram-se, basicamente, nas áreas de gestão organizacional, finanças, estratégias e organização social, englobando, nesta última, programas que se concentram em pesquisas que se relacionam com a sociedade, o poder, a administração pública e hospitalar. Concentrados nas respectivas áreas, estes programas possuem as linhas de pesquisas apresentadas no Quadro 08:

Quadro 08: Linhas de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

Instituição	Linhas de pesquisas
UFBA	Gestão de instituições, finanças e políticas públicas; Gestão de tecnologia, inovação e competitividade; Poderes locais, organização e gestão
UNIFACS	Gestão em organizações; Gestão de áreas e processos administrativos; Ensino e aprendizagem em administração
UFV	Governo, políticas públicas e desenvolvimento – GPD; Gestão de organizações públicas, governança e sociedade – GPS
UFLA	Gestão estratégica, marketing e inovação; Organizações, gestão e sociedade; Gestão de negócios, economia e mercados
UFU	Organização e mudança; Gestão financeira e controladoria
FNH	Relações de poder e dinâmica das organizações; Tecnologias de gestão e competitividade
UFPE	Estratégia, finanças e sustentabilidade empresarial – EFE; Organização, cultura e sociedade – OCS; Marketing, empreendedorismo e tecnologia da informação – MTI
PUCPR	Processos estratégicos; Gestão estratégica da informação e do conhecimento
UP	Estratégia, inovação e empreendedorismo; Organização e mudança
UFRJ	Finanças e controle gerencial; Marketing e negócios internacionais; Operações, tecnologia e logística; Organizações, estratégia e sistemas de informação
FGV/RJ	Ciências comportamentais e de tomada de decisão; Gestão e organizações; Instituições, políticas e governo
UNIGRANRIO	Organizações, sociedade e desenvolvimento; Estratégia, governança e conhecimento
UFRN	Políticas públicas, governança e gestão social; Estratégia, finanças e teoria da decisão; Organizações, comportamento e tecnologia da informação
USFM	Estratégia em organizações; Sistemas, estruturas e pessoas; Economia, controle e finanças; Inovação e sustentabilidade na gestão pública; Sistemas de gestão e estruturas
UFSC	Finanças e desenvolvimento econômico; Produção e desenvolvimento; Organizações e sociedade
UNIVALI	Estratégia e gestão das organizações; Planejamento e gestão do espaço turístico; Relações e gestão socioambientais e interorganizacionais
USP	Economia das organizações; Estratégias e organizações; Finanças; Gestão de pessoas; Inovação e Gestão Tecnológica; Internacionalização de Empresas; Marketing; Responsabilidade Socioambiental; Inovação e Novos Negócios; Empreendedorismo Interno
PUC/SP	Estratégia e Inovação; Organizações e Sociedade
UNINOVE	Estratégia; Organizações; Inovação; Marketing
USCS	Gestão para o desenvolvimento e regionalidade; Gestão e Inovação Organizacional; Gestão de Redes Organizacionais
UNIFOR	ESO - Estratégias Organizacionais; ESA - Estudos Socioambientais; PGI - Processos de Gestão Internacional
FGV/SP	Administração, Análise e Tecnologia da Informação; Estratégia Empresarial; Estratégias de Marketing; Estudos Organizacionais; Gestão de Operações e Competitividade; Gestão Socioambiental e da Saúde; Finanças
UPM	Finanças Estratégicas; Gestão Humana e Social nas Organizações; Recursos e Desenvolvimento Empresarial
USP/RP	Estudos Organizacionais; Gestão da Inovação e Sustentabilidade; Mercado e Geração de Valor
PUC/RS	Estratégia; Gestão da Informação; Marketing; Gestão da Inovação, Competitividade e Mercado
FGV/SP	Política e Economia do Setor Público; Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional; Transformações do Estado e Políticas Públicas

Fonte: Elaboração do autor.

Na Figura 09, cuja tabela de frequência encontra-se no Apêndice 03, se pode visualizar o agrupamento destas linhas de pesquisa, por suas frequências.

Como se pode observar na Figura 09, as pesquisas em Marketing são o mais se destaca. Entretanto, percebe-se que os estudos voltados às organizações possuem uma forte influência nas pesquisas realizadas nos programas, seguidos pelas pesquisas relacionadas à estratégia e, posteriormente, finanças. As demais linhas de pesquisa, dada a variedade de suas nomenclaturas seguem uma frequência parecida que não possibilita a criação de uma ordem de significância e/ou destaque frente às demais. Em decorrência disso, a partir destas linhas de pesquisa realizou-se um agrupamento cujo objetivo foi o de criar categorias, entendendo ser cada linha de pesquisa uma Unidade de Significado. Deste agrupamento obtiveram-se as categorias apresentadas na Figura 10, a qual a tabela de frequência pode ser visualizada no Apêndice 04:

Figura 10: Categorização das linhas de pesquisa



Fonte: Elaboração do autor.

As categorizar as Unidades de Significação, observa-se que a emergência de pesquisas norteadas pela sustentabilidade. As linhas de pesquisa que se orientam por esta finalidade correspondem a 6,87% do total das linhas existentes nos programas selecionados. Nestes programas, estudos relacionados às organizações e estratégias predominam correspondendo a 25,28% e 18,39%, respectivamente. As linhas de pesquisa que se relacionam a sustentabilidade concentram-se nas áreas de organizações (USP/RP, USP, UNINOVE) e de desenvolvimento local e/ou regional (UNIFOR, UFSC, UNIVALI) e de estratégia (UFMS) desvelando, desta maneira, que as linhas de pesquisa que se orientam a partir da sustentabilidade não possuem um foco específico nesta temática. Já os grupos de pesquisa que se orientam a partir das linhas acima delineadas são ainda mais esparsos. Dos 153 grupos de pesquisas vinculados às respectivas linhas, apenas quatro grupos possuem o mesmo eixo de pesquisa, sendo eles: Administração Estratégica – cuja pesquisa é realizada em duas

diferentes instituições e, da mesma maneira, têm-se os grupos de Comportamento do Consumidor, Internacionalização de Empresas e Desenvolvimento e Competitividade Organizacional sendo pesquisados em duas diferentes instituições cada. Os 145 grupos de pesquisa restantes possuem diferentes eixos, nomes e atuação não sendo, portanto, representativos conforme se pode visualizar no Apêndice 05.

Aprofundando os estudos sobre a temática, percebe-se que os 142 grupos de pesquisa norteados pelas linhas de pesquisa dos respectivos programas, quando agrupados, revelam estarem alinhados às linhas de pesquisas categorizadas e as áreas de concentração respectivamente, conforme esperado para Programas de Pós-Graduação em Administração. Entretanto, o desenvolvimento de pesquisas em torno da temática da sustentabilidade também não se constitui em foco principal dos grupos, como observado na Figura 11 e no Apêndice 06.

Figura 11: Categorização dos grupos de pesquisa



Fonte: Elaboração do autor.

Apesar de a sustentabilidade corresponder a aproximadamente 6,87 das categorias das linhas de pesquisa analisada, quando considerada a especificidade aos grupos que desenvolvem pesquisas sob a égide das respectivas linhas, esta representação diminui para 5% do total dos grupos analisados. Isto implica em dizer que é ainda inicial o foco nesta temática. Isto decorre, evidentemente, porque o alinhamento dos grupos e das linhas de pesquisa converge mais para as áreas de concentrações dos Programas.

Entretanto, a análise dos dados não permite afirmar que existe a evidência desta inserção nas linhas e nos grupos de pesquisa contrariando, desta maneira, a sustentabilidade

como foco da trajetória a ser seguida por estes programas. Cabe destaque, entretanto, neste universo para universidades como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Ambas possuem Programas onde a sustentabilidade se constitui como eixo integrador e refletido sob o prisma da sustentabilidade.

No caso da UFSC, em particular, também as ementas que referenciam a sustentabilidade apontam para o entendimento das “três esferas sociais na democracia contemporânea: Estado, Sociedade Civil e Mercado, [a partir] da evolução do conceito de desenvolvimento territorial sustentável” (CAPES, 2013), buscando, para tal fim, o entendimento da importância da análise do contexto contemporâneo para, a partir deste ponto, criar, promover e integrar instrumentos que permitam a análise socioeconômica e a implantação de estratégias que estejam orientadas a partir da ideia do desenvolvimento sustentável. O entendimento aqui delineado também é o mesmo para a UNIVALI quando, por meio de suas ementas disciplinares busca perceber o impacto do planejamento, dos modelos e das práticas oriundas de um pensamento voltado para o desenvolvimento sustentável a partir da ideia de gerenciamento social e político norteador das pesquisas desenvolvidas por este centro. A rigor, isto implica em dizer que estas instituições apresentam em suas linhas de pesquisa, a iniciativa de se gerar pesquisas e disseminar o conhecimento gerado, por meio das disciplinas, das linhas de pesquisa e dos grupos de pesquisa a preocupação com a sustentabilidade. É importante lembrar que estes programas se concentram na região Sul, permitindo inferir que no cenário atual que se apresenta nas demais regiões representam mais de 2/3 dos Programas selecionados não contém uma tendência para a incorporação de um foco específico no tratamento da temática.

A pesquisa mostrou que a sustentabilidade se faz presente em 71 disciplinas ofertadas em 26 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, concentrados nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Na região nordeste o Estado da Bahia concentra 50% das 14 disciplinas ofertadas em toda a região sendo que apenas a Universidade de Fortaleza possui de suas disciplinas com foco na sustentabilidade. Já na região Sul, das 16 disciplinas ofertadas, 44% se concentram no Estado de Santa Catarina, mas precisamente nos Programas de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sendo que, no caso desta última, existem disciplinas são oferecidas exclusivamente no nível de doutorado. A região Sudeste, por sua vez, concentra aproximadamente 2/3 das disciplinas oferecidas. Diferentemente da região Sul, porém, não apresenta uma tendência para a incorporação de um foco específico no tratamento

da temática voltado para um novo olhar, ou seja, para a sustentabilidade que evoca uma nova ordem social necessitando, para esta finalidade, sua incorporação nos diversos setores e segmentos sociais. Para a disseminação desta nova racionalidade, os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração podem ser visualizados como potenciais centros de geração e disseminação deste novo olhar já que são eles os locais de formação de pesquisadores e professores que irão desenvolver suas atividades em nível superior.

Ao examinar as disciplinas e sistematizar o conhecimento sobre a sustentabilidade quanto ao nome das disciplinas, os conteúdos da ementa, onde se encontram ofertadas as disciplinas nos respectivos programas se pode concluir que, em sua maioria, apesar de fazer referências à sustentabilidade, as disciplinas analisadas refletem em sua ementa, evidentemente, o conteúdo direcionado à área de concentração dos programas a elas relacionados.

As Unidades de Significados quanto categorizados evidenciaram que as ementas não são direcionadas ao tratamento da sustentabilidade, salvo os casos onde o tema se faz como foco do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* onde a disciplina é ministrada.

Os esforços para a inclusão da sustentabilidade e/ou o desenvolvimento sustentável em todos os níveis de ensino permanecem. Aliás, há que ressaltar que os programas analisados parece indicar que a questão ambiental, traduzida num esforço para a mudança dos valores éticos e morais da sociedade está começando a ser tratada também na Pós-Graduação em Administração, como disciplina curricular ou como conteúdo em disciplina, evidenciando a inserção da sustentabilidade nos respectivos programas, conforme recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Mas, apesar desta constatação, visualiza-se que o desafio da inserção da sustentabilidade e/ou do desenvolvimento sustentável nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, a partir de um novo olhar voltado para a sociedade atual, deve ser desenvolvido em relação ao entendimento das novas demandas emergentes desta sociedade. É importante salientar que a inserção desta temática nas disciplinas não implica no abandono de temas consagrados como organização, estratégia e gestão, dentre outros, mas sim, na proposição de se refletir sobre a organização, estratégia e gestão organizacional (aqui citadas como exemplos), a partir do entendimento das matrizes constituintes do Antropoceno e das necessidades nelas implicadas. Em outras palavras: os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração estão desafiados a incorporar em suas disciplinas, e também em pesquisas e produções científicas, entre outros pontos, a nova racionalidade que ora se

apresenta devendo, para tanto, direcionar disciplinas que tratem da sustentabilidade de maneira mais crítica.

Tratando-se das linhas e dos grupos de pesquisas, percebe-se que as pesquisas e discussões sobre a sustentabilidade ainda não estão consolidadas. Isto implica em dizer que, apesar dos esforços para a inclusão da sustentabilidade em todos os níveis de ensino permanecer como preconiza Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução n. 02 que instrui que a questão ambiental, traduzida num esforço para a mudança dos valores éticos e morais da sociedade deverá ser tratada na Pós-Graduação se não como tema transversal, como já exposto, como disciplina curricular, evidencia-se, por meio do exposto, a necessidade da inserção da sustentabilidade nos respectivos programas. A rigor, isto implica em dizer que os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* se constituem, atualmente, como espaços geradores de ideias e, ao mesmo tempo, de disseminação por meio das práticas de ensino desenvolvidas nos cursos, mas que, por isso mesmo, possui uma dupla missão: Se constituir a partir da necessidade de se gerar conhecimento e a de disseminar o conhecimento construído. Para tanto, e em vias de conclusão, se torna fundamental o entendimento de como estes programas se constituíram e como se direcionaram para sua atuação frente às demandas sociais como foi exposto neste trabalho. Mesmo porque, é a partir do que foi historicamente e culturalmente construído que se tornam possíveis o planejamento e a orientação de ações futuras em prol do desenvolvimento social.

6.2.3 A Análise dos Referenciais das Ementas

Quando analisados os referenciais teóricos das ementas que fazem menção a sustentabilidade, estes se mostram difusos e esparsos. No levantamento das referências bibliográficas foram listadas, ao total, 4.982 referenciais que, quando agrupados revelam a influência das áreas de concentração dos programas ou linhas de pesquisa no embasamento teórico das disciplinas. Percebe-se, também, que no que tange as referências nacionais o destaque é dado aos tratados governamentais que são referenciados por meio de seus ministérios, ou pelos respectivos decretos (Brasil).

Visualiza-se, também, que os trabalhos de Barbieri e Fischer são utilizados nas disciplinas que tratam sobre a sustentabilidade, mas a orientação das disciplinas é conduzida pelos trabalhos de Porter, Mintzberg, OCDE que não são referências voltadas à sustentabilidade.

Diante do exposto, percebe-se que as disciplinas que fazem algum tipo de referencia a sustentabilidade, não possui seu foco, necessariamente na temática, desvelando a tentativa de se desenvolver trabalhos que possam ser interdisciplinares, enquanto tratativa da temática. A Figura 12 e o Apêndice 07 representam esta realidade:

Ao visualizar que os referenciais das disciplinas que aludem a sustentabilidade não estão repertoriados e que os trabalhos utilizados são, mesmo nestas disciplinas, direcionados ao tratamento de um tema específico e, geralmente, ligado a área de concentração dos programas, nos permite, então, dizer que nesta etapa do trabalho os objetivos foram alcançados. O mesmo se deu para o pressuposto de pesquisa: a sustentabilidade deve constar e permear os Programas de Pós-Graduação em Administração, mas ainda de maneira muito incipiente. O atual estágio, em que se encontram os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, deve evoluir em relação á temática da sustentabilidade desvelando todo um descortinar e uma recomendação específica a ser considerada.

Como este trabalho é inicial, e parte de uma pesquisa mais abrangente, e em realização, sua continuidade considera a possibilidade de incluir outras formas de reflexão e análise sobre a inserção desta temática nos Programas de Pós-Graduação em Administração brasileiros. Desta forma, pesquisas devem ser realizadas nos demais níveis de programas, como o mestrado profissionalizante. Da mesma maneira, diferentes tipos, métodos e técnicas de pesquisa, e instrumentos de coleta e análise de dados deverão ser adotados. E, ainda, o mesmo estudo deve ser repetido, em outro tempo, visto a dinamicidade da própria Pós-Graduação e da pesquisa em Administração, no país, e os novos resultados de avaliação destes Programas que estarão disponíveis no sitio da Capes, no segundo semestre do ano de 2013.

6.3 Técnica de Pesquisa 03: A Análise Quantitativa

A população considerada para o teste quantitativo foi composta por indivíduos, homens (n=25) representando 62,5% da amostra e (n=15), 37,5% representada por mulheres, cujas três condições essenciais para a escolha foi a de ter certo tempo de titulação, possuir algum tempo de experiência na Pós-Graduação *Stricto Sensu* e de pertencerem a um programa de Pós-Graduação. Os dados foram coletados em uma amostra formada por professores atuantes no Brasil distribuídos em suas diversas regiões. A amostra foi constituída por 40 participantes (n=40), com tempo de titulação compreendido entre 1 a 35 meses sendo que 52,5% (n=21) tem de 1 a 9 meses de experiência na Pós-Graduação e 47,5% (n=19) tem experiência de 10 a 35 meses de experiência evidenciando, desta maneira, que o tempo de titulação dos especialistas é bastante heterogêneo.

Com relação a região de atuação dos respondentes observou-se que a maioria (n=27) corresponde a região Sudeste do Brasil, o que representa 67,5% da amostra, e os demais respondentes pertencem respectivamente (n=7) pertencentes a região Sul do país, representando 17,5% da amostra, (n=3), equivalente a 7,5% da amostra pertencem a região Nordeste do Brasil e, por fim, (n=3), que representa também 7,5% da amostra são da região Centro-Oeste. Com relação ao estado onde a amostra atua, verificou-se uma maior concentração (n=19) no Estado de São Paulo, o que equivale a 47,5% do total da população pesquisada, seguida de (n=4) indivíduos que atuam no estado do Rio de Janeiro que corresponde a 10% do total da amostra, seguida de (n=3) respondentes que atuam no Estado de Minas Gerais sendo que a mesma quantidade e proporção foi verificada nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Os demais respondentes estão distribuídos nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

6.3.1 Resultados da Análise Quantitativa

A partir da organização dos dados por área de titulação verificou-se que os sujeitos desta pesquisa (n=10) têm formação em Administração, o que equivale a 25% da amostra, seguida de (n=6) com formação na área da educação, o que representa 15% da amostra, (n=4) têm formação na área das Ciências Sociais representando 10% da amostra, (n=5) equivalente a 12,5% da amostra têm titulação na área de Engenharia, sendo que os demais (n=15), que corresponde a 37,5% da amostra têm titulação distribuída nas áreas de Agronegócios (n=2), Ciências (n=1), Ciências Florestais (n=1), Ciências e Geografia Humana (n=1), Economia (n=2), Geografia (n=1), Geologia Dinâmica (n=2), Medicina (n=1), Política e Tecnologia (n=1), Psicologia (n=1), Serviços Social (n=1) e Sociologia (n=1).

Na mesma amostra aferiu-se a quantidade de disciplinas que cada indivíduo leciona em suas devidas instituições o que revelou que (n=16) leciona apenas uma disciplina representando 40,0% da amostra, (n=11), equivalente a 27,5% da amostra lecionam duas disciplinas e (n=13) indivíduos lecionam três disciplinas na instituição que atua, o que representa 32,5% do total da amostra analisada.

A Tabela 15 apresentada a seguir, caracteriza o perfil da amostra participante da pesquisa:

Tabela 15: Dados Categóricos dos Participantes da Pesquisa

Variáveis	Categoria	Quant.	%
Sexo	Masculino	25	62,50
	Feminino	15	37,50
Tempo de Titulação Pós Graduação Stricto Sensu	01 a 04 meses	10	25,00
	05 a 09 meses	11	27,50
	10 a 14 meses	10	25,00
	15 a 18 meses	06	15,00
	28 a 35	03	7,50
Região	Nordeste	03	7,50
	Sudeste	27	67,5
	Sul	07	17,5
	Centro-Oeste	03	7,50
Estado	São Paulo	19	47,50
	Rio de Janeiro	04	10,00
	Minas Gerais	03	7,50
	Paraná	03	7,50
	Rio Grande do Sul	03	7,50
	Santa Catarina	02	5,00
	Mato Grosso do Sul	01	2,50
	Mato Grosso	01	2,50
	Paraíba	01	2,50
Pernambuco	01	2,50	
Formação	Administração	10	25,00
	Educação	06	15,00
	Ciências Sociais	03	7,50
	Engenharia	05	12,50
	Agronegócios	02	5,00
	Ciências	01	2,50
	Ciências Sociais	01	2,50
	Ciências Florestais	01	2,50
	Ciências e Geografia Humana	01	2,50
	Economia	02	5,00
	Geografia	01	2,50
	Geologia Dinâmica	02	5,00
	Medicina	01	2,50
	Política e Tecnologia	01	2,50
	Psicologia	01	2,50
	Serviço Social	01	2,50
Sociologia	01	2,50	

Fonte: Elaboração do autor.

Nota-se na Tabela 15 uma diferença significativa no número de respondentes do sexo masculino representando 62,5% da amostra e que a maioria dos respondentes, 67,5% atuam na região Sudeste do Brasil, 47,5% dos respondentes declaram atuar no estado de São Paulo e 25% da amostra afirmam atuar na área da Administração. Tais resultados são considerados neste estudo como representativos quando comparados aos números aferidos nas variáveis categóricas.

Na análise descritiva das respostas apuradas percebe-se, também, que a média amostral dos itens não apresentaram diferenças significativas quando comparadas aos elementos do mesmo grupo, conforme apresentada na Tabela 16:

Tabela 16: Itens Válidos na Medida do Nível de Conhecimento

Item	Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo
P_01	Conhecimento	40	3,55	1,13	3,00	1,00	5,00
P_02	Conhecimento	40	3,85	0,83	4,00	2,00	5,00
P_03	Conhecimento	40	3,65	1,00	4,00	2,00	5,00
P_06	Conhecimento	40	3,50	1,26	3,50	1,00	5,00
P_07	Conhecimento	40	3,65	1,14	4,00	2,00	5,00
P_08	Conhecimento	40	3,42	1,17	3,00	2,00	5,00
P_09	Conhecimento	40	3,62	1,03	4,00	1,00	5,00
P_10	Conhecimento	40	3,65	1,21	4,00	1,00	5,00
P_11	Conhecimento	40	3,52	1,13	3,00	2,00	5,00
P_12	Conhecimento	40	3,65	0,98	4,00	2,00	5,00

Fonte: Itens retirados da escala de medida do nível de conhecimento aplicada neste estudo.

A partir dos resultados acima apurados procedeu-se, então, a análise da variância (ANOVA), cujo objetivo foi o de verificar a diferença entre as respostas dos vários grupos pesquisados. Para tanto, foi realizado o teste One-Way ANOVA, já que se trata de uma análise da variância com um único fator e, ainda, onde os grupos são bem modelados pela distribuição normal quando se compara as médias entre os grupos. A ANOVA mostrou que não há diferenças significativas nas médias das respostas entre os grupos. Apesar de serem grupos aleatórios e independentes entre si não se observou uma variabilidade dos dados em relação a média indicando, desta maneira, homogeneidade entre as respostas. Os resultados do teste One-Way ANOVA pode ser visualizado na Tabela 17:

Tabela 17: Resultado do Teste One-Way ANOVA

ANOVA		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-graduação com a sustentabilidade?	Between Groups	0,429	2	0,214	0,11	0,9
	Within Groups	21,000	11	1,909		
	Total	21,429	13			
Como você avalia a preocupação de seus alunos com a sustentabilidade?	Between Groups	0,257	2	0,129	0,14	0,87
	Within Groups	10,100	11	0,918		
	Total	10,357	13			
Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade, por parte de seu programa?	Between Groups	1,857	2	0,929	0,97	0,41
	Within Groups	10,500	11	0,955		
	Total	12,357	13			
Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-Graduação com a inserção do tema sustentabilidade nas disciplinas ministradas?	Between Groups	1,400	2	0,7	0,43	0,66
	Within Groups	18,100	11	1,645		
	Total	19,500	13			
Como você avalia o tratamento dado a sustentabilidade no que diz respeito a abordagem da temática em sala de aula?	Between Groups	0,029	2	0,014	0,01	0,99
	Within Groups	17,400	11	1,582		
	Total	17,429	13			
De acordo com a sua percepção, as disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-graduação vêm respondendo às novas demandas do mercado, no que diz respeito à questões ambientais e sociais, de maneira eficiente?	Between Groups	2,400	2	1,200	0,77	0,49
	Within Groups	17,100	11	1,555		
	Total	19,500	13			
Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade por parte de seus alunos?	Between Groups	3,457	2	1,729	1,668	0,23
	Within Groups	11,400	11	1,036		
	Total	14,857	13			
Como você avalia a importância de seu Programa de Pós-graduação no desenvolvimento e disseminação de atividades sustentáveis?	Between Groups	1,457	2	0,729	0,35	0,71
	Within Groups	22,900	11	2,082		
	Total	24,357	13			
De acordo com a sua percepção, seu Programa de Pós-graduação se esforça para criar nos colaboradores a capacidade de gerar valor sustentável para a sociedade em geral?	Between Groups	0,029	2	0,014	0,01	0,99
	Within Groups	21,400	11	1,945		
	Total	21,429	13			
Como você avalia as oportunidades que o seu Programa de Pós-graduação lhe oferece para desenvolver atividades a partir de ações sustentáveis?	Between Groups	0,829	2	0,414	0,28	0,77
	Within Groups	16,600	11	1,509		
	Total	17,429	13			

Fonte: Elaboração do autor

Percebendo-se, então, que o resultado na significância entre as respostas apresentou-se maior que 0,05, ou seja, que é baixa a significância das respostas apresentadas. Optou-se por realizar o mesmo teste com grupos isolados. Os testes One-Way ANOVA também apresentaram fatores de significância acima de 0,05 indicando que a homogeneidade das respostas independe da variável independente às ela relacionadas. Aliás, utilizando-se da estatística descritiva, na tabela abaixo, pode-se verificar as médias, medianas, moda, bem como, desvio e variância entre as respostas obtidas a partir dos grupos já descritos anteriormente:

Tabela 18: Análise descritiva das variáveis independentes

Estatística Descritiva									
		Codigo	Tempo de titulação	Sudeste - Sul	1 - MG 2 - MS 3 - MT 4 - PB 5 - PE 6 - PR 7 - RJ 8 - RS 9 - SC 10 - SE 11 - SP 12 - TO	1 - Administração 2 - Agronegócios 3 - Ciências 4 - Ciências Florestais 5 - Ciências Sociais 6 - Ciências Geografia Humana 7 - Economia 8 - Educação 9 - Engenharia 10 - Geografia 11 - Géologie Dynamique 12 - Medicina 13 - Política e tecnologia 14 - Psicol	Tempo de experiência	Tempo de experiência em administração	1 - MACKENZIE 2 - FECAP 3 - FMU 4 - PUC/MINAS 5 - PUC-PETRÓPOLIS 6 - Puc-Rio 7 - UCDB 8 - UEL 9 - UEMG 10 - UFABC 11 - UFGD 12 - UFOP 13 - UFPB 14 - UFPE 15 - UFRGS 16 - UFRJ 17 - UFRRJ 18 - UFS 19 - UFSC 20 - UFSCAR 21 - UFSM 22 - UFT 23 - UNESC 24 - UNE
N	Valid	40	40	40	40	40	40	40	40
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		205,000	104,325	29,500	84,000	64,000	77,950	33,375	183,750
Median		205,000	90,000	30,000	105,000	70,000	70,000	12,500	205,000
Mode		1,00 ^a	4,00 ^a	3	11	1	3,00 ^a	0	27
Std. Deviation		1,169,045	803,551	0,74936	334,204	441,327	662,292	430,228	917,826
Variance		136,667	64,569	0,562	11,169	19,477	43,863	18,510	84,240
Range		39	34	3	11	15	34,5	18	31
Minimum		1	1	1	1	1	0,5	0	1
Maximum		40	35	4	12	16	35	18	32
Sum		820	417,3	118	336	256	311,8	133,5	735

a. Multiple modes exist. The smallest value is shown

Fonte: Elaboração do autor.

A partir do exposto acima, percebe-se que as respostas dos especialistas são homogêneas e se mantêm em um nível de conhecimento médio sobre o assunto tratado. Percebeu-se, também, que a área de formação, o tempo de titulação, bem como a região e, ainda, o estado no qual o especialista atua não é significativo em relação ao conhecimento que este possui sobre a sustentabilidade. Em decorrência disso, as variáveis acima descritas também não são significativas no que tange a avaliação que os especialistas fazem acerca do ensino, da preocupação de seus programas para com a sustentabilidade e, também, para com as ações que estão sendo tomadas para a inserção da sustentabilidade nas disciplinas curriculares.

É importante salientar, que a homogeneidade das respostas indicam para a ausência de diferenças no entendimento da forma pela qual os programas e, até mesmo, os respectivos especialistas vêm tratando a temática. Entretanto, estando a respectiva temática em sistematização pode-se, em decorrência disso, intuir que o respectivo tratamento e inserção tem se dado de maneira não estratégica. Seguindo as “ondas” provocadas pela imanência dos discursos sobre a temática.

6.4 Técnica de Pesquisa 04: A Análise do Conteúdo do Questionário Aplicado aos Especialistas

Utilizou-se, para análise do conteúdo, as questões abertas enviadas no mesmo questionário aplicado aos 40 especialistas considerados na pesquisa quantitativa. Por meio desta técnica, foi possível observar as principais referências utilizadas pelos pesquisadores para o ensino em suas disciplinas, bem como as áreas e/ou disciplinas que estes atuam. Foi possível perceber, também, as áreas nas quais se formaram, bem como as principais técnicas e/ou métodos de ensino, por eles utilizados, para a inserção da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

A partir da análise de conteúdo, foi identificado e analisado, também, em qual nível de programa se concentra a maior parte das disciplinas que referenciam a sustentabilidade. Este entendimento se faz necessário por entender que a oferta de disciplinas, a formação, atuação dos docentes, assim como, o arcabouço teórico utilizado pelos mesmos que envolvem a temática pode não ser homogênea e estar em um nível bem específico podendo, indicar, por sua vez, uma descontinuidade no ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação em administração.

Também foi analisada a utilização da própria produção intelectual destes pesquisadores nas disciplinas onde a temática abordada está inserida. Esta identificação e análise permitiram a contextualização e a visualização do foco no qual a sustentabilidade vem sendo tratada. Neste sentido e articulando-se com o foco e o nível no qual as disciplinas vêm sendo ofertadas, verificou-se qual é a avaliação, segundo os critérios da área da administração, do programa onde a disciplina é oferecida. Esta verificação possibilitou analisar a existência de relações entre a qualidade do programa e o tratamento do tema. Esta análise foi fundamental para o entendimento de qual é a relevância da temática dentro dos conteúdos disciplinares dos programas bem como a origem da literatura adotada pelos mesmos. Já a análise do conteúdo das disciplinas que os especialistas lecionam foi realizada por meio de palavras-chave extraídas das respectivas ementas disciplinares transformadas posteriormente em unidades de significação, conforme preconizado por Bardin (2009), seguindo os mesmos protocolos de pesquisa utilizados na análise documental.

6.4.1 Resultado da Análise do Conteúdo do Questionário Respondido pelos Especialistas

A partir da análise do conteúdo das respostas abertas dos questionários enviado aos especialistas sobre a temática, foram identificadas as principais referências teóricas utilizadas pelos respondentes, as principais técnicas de ensino, técnicas de avaliação, bem como, as principais disciplinas lecionadas pelos respondentes e, inclusive, seu nível de aplicação. Assim, a análise das respostas dos entrevistados pautou-se em, no caso das disciplinas, em 76 diferentes disciplinas lecionadas que podem ser visualizadas, em ordem alfabética, no Quadro 09:

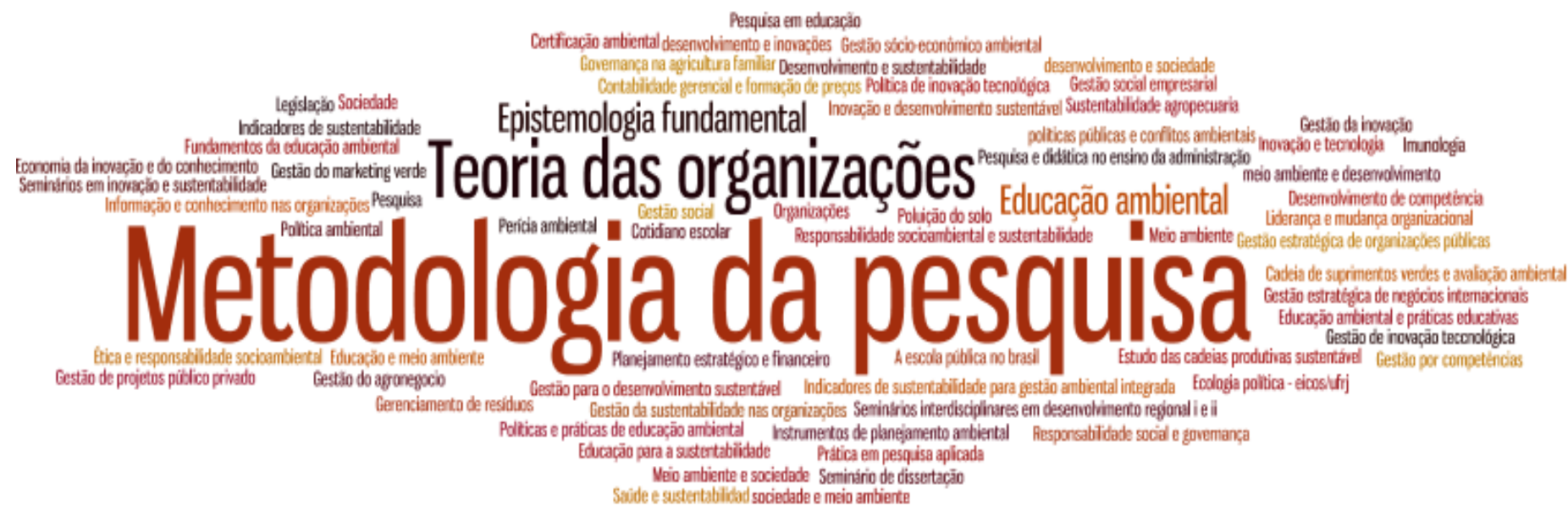
Quadro 09: Disciplinas lecionadas pelos especialistas

A escola pública no Brasil
Cadeia de suprimentos verdes e avaliação ambiental
Certificação ambiental
Contabilidade gerencial e formação de preços
Cotidiano escolar
Desenvolvimento de competência
Desenvolvimento e sustentabilidade
Ecologia política
Economia da inovação e do conhecimento
Educação ambiental
Educação ambiental e práticas educativas
Educação e meio ambiente
Educação para a sustentabilidade
Epistemologia fundamental
Estudo das cadeias produtivas sustentável
Ética e responsabilidade socioambiental
Fundamentos da educação ambiental
Gerenciamento de resíduos
Gestão da inovação
Gestão da sustentabilidade nas organizações
Gestão de inovação tecnológica
Gestão de projetos público privado
Gestão do marketing verde
Gestão estratégica de negócios internacionais
Gestão estratégica de organizações públicas
Gestão para o desenvolvimento sustentável
Gestão por competências
Gestão social
Gestão social empresarial
Gestão sócio-econômico ambiental
Gestão do agronegócio
Governança na agricultura familiar
Imunologia
Indicadores de sustentabilidade
Indicadores de sustentabilidade para gestão ambiental integrada
Informação e conhecimento nas organizações
Inovação e desenvolvimento sustentável
Inovação e tecnologia
Instrumentos de planejamento ambiental
Legislação, políticas públicas e conflitos ambientais
Liderança e mudança organizacional
Meio ambiente e sociedade
Meio ambiente, desenvolvimento e sociedade
Metodologia da pesquisa aplicada
Metodologia de pesquisa
Metodologia de pesquisa interdisciplinar
Métodos qualitativos de pesquisa em administração
Organizações, sociedade e meio ambiente
Perícia ambiental
Pesquisa e didática no ensino da administração
Pesquisa em educação
Pesquisa, desenvolvimento e inovações.
Planejamento estratégico e financeiro
Política ambiental
Política de inovação tecnológica
Políticas e práticas de educação ambiental
Poluição do solo
Prática em pesquisa aplicada
Responsabilidade social e governança
Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade
Saúde e sustentabilidade
Seminário de dissertação
Seminários em inovação e sustentabilidade
Seminários interdisciplinares em desenvolvimento regional i e ii
Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento.
Sustentabilidade agropecuária
Teoria crítica em estudos organizacionais
Teoria das organizações
Teorias administrativas

Fonte: Elaboração do autor

As disciplinas elencadas, constituídas por si mesmas em unidade de significação, quando categorizadas por meio da contagem de palavras e de frases também geraram figuras de nuvens de palavras, destacando-se, também, àquelas que possuem maior frequência no conteúdo analisado. Esta análise evidenciou que as disciplinas lecionadas pelos especialistas em sustentabilidade são dispersas, mas tendendo a concentrar-se na área da metodologia. Na Figura 13 se pode visualizar o agrupamento das disciplinas, lecionadas pelos especialistas, agrupadas por suas frequências. A Tabela de frequência desta figura encontra-se no Apêndice 08.

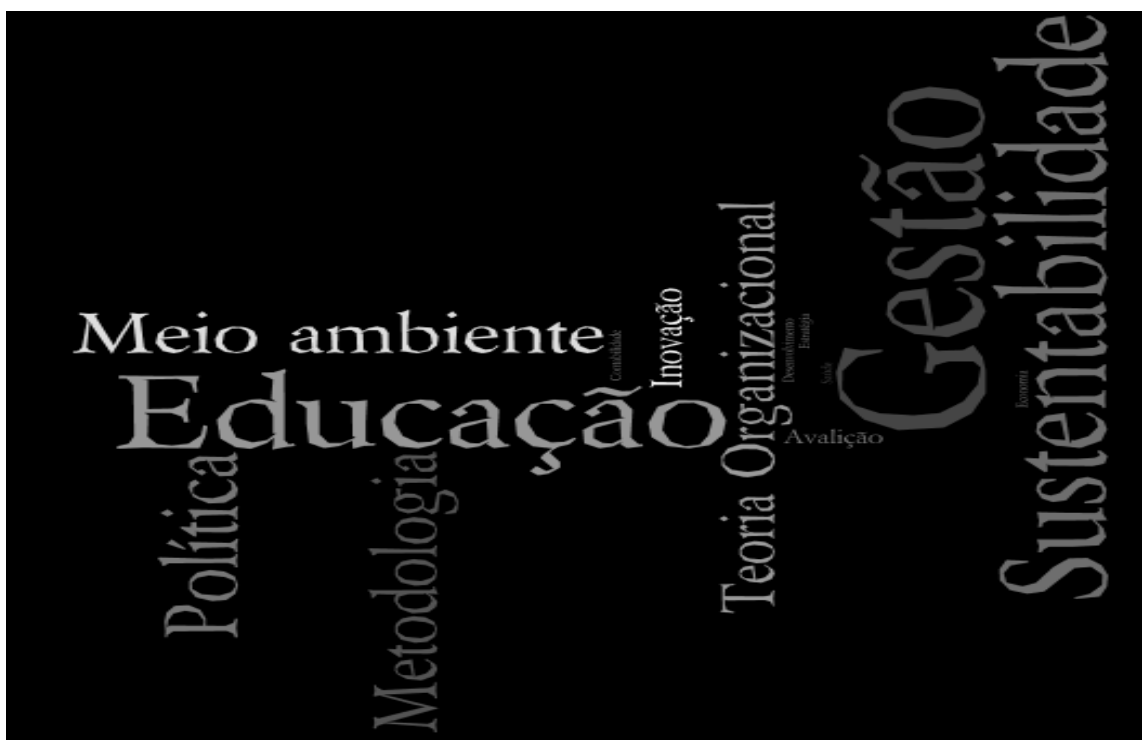
Figura 13: Disciplinas ministradas pelos especialistas



Fonte: Elaboração do autor.

Como se pode observar na Figura 14, as disciplinas de Metodologia da pesquisa, Educação ambiental e Epistemologia fundamental, são as que mais se destacam. Entretanto, percebe-se que as disciplinas voltadas para a inovação e gestão são recorrentes apesar de possuírem focos diferentes. Quando agrupadas por foco, o que permite, segundo o que preconiza Bardin (2009) transformar as Unidades de Significação em Categorias de Análise, percebeu-se que estas disciplinas, apesar da variedade, podem ser categorizadas em 14 grandes grupos a saber: Educação, Avaliação, Contabilidade, Gestão, Sustentabilidade, Política, Economia, Desenvolvimento, Saúde, Teoria Organizacional, Inovação, Meio ambiente, Metodologia e Estratégia. A relevância de cada categoria a partir da análise de sua frequência pode ser visualizada na Figura 14 abaixo e na Tabela de frequência apresentada no Apêndice 09:

Figura 14: Disciplinas ministradas pelos especialistas



Fonte: Elaboração do autor.

As categorizar as Unidades de Significação, observa-se que apesar da maior distribuição entre a gestão e a educação, a sustentabilidade também norteia algumas disciplinas. Estas correspondem a 6,9% das disciplinas lecionadas pelos respondentes. Estas disciplinas relacionadas a sustentabilidade concentram-se nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Estadual de Santa Catarina (UNESC), Universidade de Taubaté (UNITAU), Universidade Positivo (UP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Universidade Católica de Dom Bosco (UCDB). As Universidades cujos respondentes possuem trabalham a sustentabilidade de maneira disciplinar concentram-se nas regiões Sul e Sudeste.

Aprofundando os estudos sobre a inserção sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação, percebe-se que os referenciais teóricos utilizados pelos respondentes, além de esparsos, não possuem uma linha de pensamento e/ou corrente epistêmica claramente definidos para a abordagem da temática. Depara-se com a utilização de referências que vão da pedagogia Freireana ao pensamento crítico marxista passando pelo pós-estruturalismo foucaultiano e pelas correntes clássicas e neo-clássicas da economia moderna. Neste sentido, percebe-se a tentativa de se (re) pensar o *modus operandi* social a partir dos constructos previamente instituídos e institucionalizados pelo tradicional pensamento científico. O que implica em dizer, por sua vez, que a inserção da sustentabilidade nos programas já citados não possui solidez, segundo os referenciais utilizados pelos autores, nem linha de pensamento consolidada conforme observado na Figura 15 e na Tabela de frequência apresentada no Apêndice 10:

Se as referências disciplinares se alicerçam em correntes difusas e fazem com que a tema adquira diversas associações com o campo de pesquisa no qual a disciplina é oferecida, as técnicas de ensino e avaliação seguem um padrão muito bem definido e delineado pela academia principalmente no que tange as técnicas de ensino/aprendizagem utilizadas nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: os seminários e as aulas expositivas enquanto técnicas de ensino e a apresentação de seminários e elaboração de artigos enquanto método avaliativo. Enquanto 27% dos respondentes utilizam-se de aulas expositivas como técnica de ensino, 23% utilizam-se de seminários, estando os 50% restantes divididos entre aulas dialogadas (12%), Estudos de caso, (8%), vídeos (6%), debates (6%), leituras de artigos (6%), rodas de conversa (4%), resolução de problemas (3%), dinâmicas de grupo (1%), estudos culturais (1%), oficinas (1%), palestras (1%) e pesquisas (1%) como se pode observar na Figura 17 e no Apêndice 12:

É importante salientar que neste estudo as respectivas técnicas estão sendo analisadas de maneira isolada e que, normalmente, são utilizadas mais de uma técnica por cada respondente. Entretanto, os respectivos especialistas, sem exceção, variam suas aulas expositivas com seminários, ou seminários com oficinas, Ou aulas expositivas com vídeos mantendo, indiferente de sua segunda ou terceira técnica, as aulas expositivas e os seminários como eixos norteadores da disseminação do conhecimento a qual se propõem. Os resultados do ensino são medidos, também, por técnicas tradicionais na Pós-Graduação *Stricto Sensu* conforme observado ao examinar as técnicas de avaliação utilizadas pelos respondentes, quando da categorização das Unidades de Significados conforme Figura 18, cuja Tabela de frequência se encontra no Apêndice 13:

Figura 18: Técnicas de avaliação utilizadas pelos entrevistados



Fonte: Elaboração do autor.

Tratando-se das técnicas de avaliação, percebe-se que os seminários utilizados como técnica de ensino são objeto de avaliação por parte dos respondentes que, em maioria,

solicitam um artigo final como avaliação complementar. Os pesos e/ou critérios de avaliação não foram questionados haja visto que não nos orientam ao objetivo deste trabalho. A rigor, isto implica em dizer que os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* possuem uma sistemática e tradicional forma de trabalhar e avaliar os conteúdos aplicados por meio das disciplinas, mas, ao mesmo tempo, não possuem referências consolidadas no que tange o ensino da sustentabilidade. A respectiva tradição e ausência de referenciais consolidados se aplicam à todos os níveis nos quais as disciplinas são ofertadas conforme pode ser visualizado na Tabela 19:

Tabela 19: Nível das disciplinas lecionadas pelos respondentes

Nível da disciplina	%
Mestrado acadêmico	18,42
Mestrado profissional	32,89
Doutorado	5,26
Ambos os níveis	43,42
Total	100

Fonte: Elaboração do autor.

A partir de todo o dito acima, nota-se que a busca do entendimento de como se dá a inserção da sustentabilidade por meio da análise das respostas dos especialistas, entendendo ser estas capazes de informar como se orienta, de maneira implícita, a inserção do ensino da sustentabilidade nos programas *Stricto Sensu* em Administração, não se traduz em ações efetivas para o tratamento da temática. Como a percepção dos especialistas que produzem conhecimento na área poderia, em pressuposto, indicar a inserção da respectiva temática em demais campos de saber, buscou-se, também, verificar se estes especialistas utilizam sua produção nas aulas ministradas. Ocorre que, em uma análise mais profunda, os respondentes que disseram utilizar suas produções (65%) quando analisadas sob a luz da disciplina lecionada, esta produção não possui, na maioria dos casos (83%), relação com a disciplina lecionada indicando, desta maneira, que apesar da sustentabilidade não ser o foco da disciplina, esta pode estar sendo inserida de maneira transversal nos respectivos programas como é preconizada sua abordagem a partir do entendimento já delineado no referencial teórico deste trabalho.

Diante do exposto, tornou-se possível encaminhar esta tese para a discussão dos resultados aqui apresentados em cada técnica de pesquisa utilizada.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quanto a nossos crimes, assim como quanto nosso acesso a natureza, é preciso não exagerar em suas causas enquanto moderamos seus efeitos, uma vez que este exagero seria, em si, causa de crimes ainda maiores.

Bruno Latour (2009, p. 122)

Como se observou anteriormente, apesar de ascendente, a oferta de cursos de Pós-Graduação em administração ainda é pequena no país. Apesar do aumento este número se dá, principalmente, pela jovialidade da pesquisa na área e, em decorrência disso, pela falta de pesquisadores titulados para tal fim. Sob este contexto, os esforços da comissão técnica científica da área da administração (CTC) da CAPES tem um grande desafio pela frente: estimular o aumento e a equidade regional de ofertas de cursos *Stricto Sensu*, mas ao mesmo tempo e primordialmente, garantir a excelência dos cursos que são oferecidos.

A excelência da oferta de cursos passa não somente pelo quadro docente, ou pelas instalações universitárias. Ela envolve aspectos como, por exemplo, a inserção e relevância do programa para a população, a capacidade que o programa possui de gerar conhecimentos, a qualidade e a significância deste conhecimento gerado, entre outros critérios. Por isso mesmo, podemos afirmar que a produção e a disseminação do conhecimento ofertado por um dado programa são elementos chaves para a avaliação da qualidade e da excelência do mesmo.

Uma vez que os elementos chaves são a produção e a disseminação do conhecimento obtém-se, por meio dos programas *Stricto Sensu* em administração a população das etapas desta pesquisa. Isto porque, atualmente a área de avaliação da comissão técnica científica da área da administração da CAPES, responsável pela avaliação dos cursos de administração, ciências contábeis e turismo conta com 127 programas de Pós-Graduação divididos nos níveis de mestrado, doutorado e mestrado profissionalizante. Nestes programas são oferecidos 165 cursos de Pós-Graduação divididos em 40 doutorados, 75 mestrados e 50 mestrados profissionalizantes (CAPES, 2013). A área da administração corresponde a 57% dos totais dos programas ofertados estando divididos, basicamente, em três grandes grupos: 1) administração, 2) administração pública e 3) administração de empresas.

A comissão técnica foi responsável também, em 2010, pela estratificação dos 837 periódicos classificados pela área como sendo de alto impacto, baixo impacto e sem impacto algum. Os respectivos periódicos formam a população do estudo a ser realizado na primeira

etapa enquanto os 94 cursos avaliados credenciados e recomendados pela CAPES na área da administração constitui, em sua totalidade, a população do estudo realizado que partiu de um levantamento de por meio do portal CAPES, dos cursos *Stricto Sensu* em administração recomendados para, a partir deste levantamento, serem destacadas todas as disciplinas dos respectivos cursos que fazem, de alguma maneira, menção ao termo sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável.

O objetivo desta coleta foi verificar quais linhas, programas, eixos de formação e, principalmente, como o respectivo conteúdo vêm sendo trabalhado pelos cursos utilizando-se, para tanto, as ementas das disciplinas disponibilizadas no portal referente ao ano de 2009 que corresponde a última avaliação trienal realizada pela área disponível para a consulta. Por meio dos resultados obtidos a partir das análises das ementas disciplinares, foi possível visualizar como a sustentabilidade está inserida nos respectivos programas. Aqui, chamada de inserção formal.

A coleta de dados, além do levantamento acima exposto, também se deu por meio da aplicação de questionários semi-estruturados, composto por 05 questões abertas e 12 questões fechadas além de informações sobre o perfil dos entrevistados. O questionário referido acima foi enviado a 294 professores e objetivou verificar a inserção implícita da temática nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração.

O entrecruzamento dos resultados obtidos foi realizado por meio das análises dos dados levantados nas ementas com o conteúdo das respostas extraídas dos questionários aplicados aos especialistas que, apresentando alto grau de significância teve suas questões que se utiliza, por sua vez, da escala Likert para medir o conhecimento destes especialistas validados pelos testes estatísticos já descritos.

Estes cruzamentos que orientaram as formas pelas quais se relacionam o conhecimento produzido e ensinado nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração, no que tange a sustentabilidade por meio das respostas às questões sistematizadas de modo a atender o objetivo desta tese. Em decorrência disso, as discussões dos resultados são direcionadas pelas respostas à cada questão levantada.

Ao que se refere a questão: *Existe alguma relação entre a formação dos professores e o ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-Graduação?* Pode-se afirmar que não. Quando relacionadas por meio do teste de correlação de Pearson realizado por meio da técnica quantitativa, observou-se que o nível de significância desta relação com o conhecimento dos especialistas foi de representativo indicando, desta maneira, não haver uma relação significativa entre a formação dos especialistas e o conhecimento destes. Além disso,

percebe-se que o grupo de especialistas que atuam na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração é heterogêneo e militam em disciplinas que não possuem necessariamente foco específico na sustentabilidade. Entretanto, apesar da heterogeneidade do grupo, seu conhecimento sobre a temática é homogêneo e mediano, indicando, desta maneira, que a formação dos especialistas não gera grandes variâncias no que tange a maneira pela qual ele trabalha a temática. Mesmo porque, as técnicas de ensino e de avaliação utilizadas por eles são praticamente as mesmas em todos os níveis e programas de Pós-Graduação.

Destaca-se, também, que esta diversidade na formação dos especialistas evoca a inserção da temática de maneira difusa, sem referenciais específicos e destinados para tal fim. Isto implica em dizer, a rigor, que se desvela por meio desta heterogeneidade, a tentativa de se tratar a sustentabilidade sob diversos vieses teóricos e/ou metodológicos, indicando, desta forma, que o ensino da sustentabilidade é, ainda, orientado a partir do conhecimento e/ou noção que cada especialista possui sobre a temática sem que este conhecimento esteja repertoriado.

Ainda tratando-se da relação entre a formação do especialista e sua atuação no ensino da sustentabilidade nos programas *Stricto Sensu* em Administração, é importante destacar que a análise descritiva e o teste One-Way ANOVA indica para um conhecimento, por parte dos respondentes, mediano e que, apesar dos trabalhos desenvolvidos por eles, a ausência de uma matriz consolidada sobre a temática se traduz em um conhecimento que, independente da formação, não se traduz em sua plenitude. Em outras palavras: se a sustentabilidade não possui contornos definidos, o conhecimento que se tem dela também, assim, não o tem. E isto, independente da formação dos sujeitos que estão atuando, enquanto especialistas, na abordagem e no ensino desta temática.

No que tange a questão B, ou seja, se *Os trabalhos dos professores que militam na temática da sustentabilidade estão sendo utilizados nas disciplinas de Pós-Graduação em administração?* Pode-se afirmar que sim, mas não totalmente. Aliás, a este respeito, uma vez que os especialistas ministram diversas disciplinas nos mais variados níveis de formação, como visto na análise das linhas de pesquisa e das ementas disciplinares, os conteúdos a serem ensinados são focados nas áreas de concentração dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Isto implica em dizer que, a utilização dos trabalhos dos especialistas, sendo estes alinhados á sustentabilidade, indica a inserção da temática de maneira interdisciplinar indicando, ainda, que a abordagem pode estar sendo feita sob a perspectiva da disciplina ministrada pelo professor, mas de maneira ainda polimorfa e sem maiores determinações já que a análise quantitativa indicou que a preocupação dos especialistas no que tange a inserção

da sustentabilidade em suas disciplinas são se apresentou de maneira orgânica estando, por conta disso mesmo, no nível apenas da inserção. Ou seja, sem grandes preocupações ou, até mesmo, maiores percepções do tratamento da temática por parte dos programas.

A questão que se levanta é se a utilização destes trabalhos provocam o mesmo efeito, no tratamento da temática, observado nas ementas disciplinares. Ou seja, a ementa faz referencia a sustentabilidade, mas possui o foco na área de pesquisa do programa. Neste sentido, estaria a temática sendo tratada sob o viés da área de concentração do curso no qual a disciplina está vinculada? As respostas à estas questões nos levam ao entendimento de que, de fato, se a sustentabilidade está sendo inserida nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, esta inserção está ocorrendo por meio da utilização dos trabalhos dos professores que militam na temática. Entretanto, esta utilização não está sendo formalizada nas ementas curriculares podendo, por isso mesmo, ser considerada como uma inserção implícita que denota a preocupação destinada ao tratamento da temática por parte dos especialistas alinhada à falta de estratégia para o respectivo tratamento.

Avançando o pensar, a partir da questão C, que problematiza: *Os conteúdos das ementas disciplinares, no que tange a sustentabilidade, se relacionam de alguma maneira com a linha de pesquisa ou área de concentração do professor?* Pode se afirmar que existe uma forte relação com a área de pesquisa e, muitas vezes, com os grupos de pesquisa, mas esta relação não se reflete às áreas de concentração dos programas. Salvos casos, como os da Univalli e a UFSC que mantêm programas com áreas de concentração direcionadas a sustentabilidade. É importante alinhar esta observação à análise dos referenciais utilizados pelos especialistas e contidos nas ementas. Não se pode afirmar que exista uma uniformidade e nem a consolidação de como a sustentabilidade deve ser inserida e nem tão pouco sob qual ótica ou paradigma. Em decorrência disso, percebe-se, então, que a utilização dos trabalhos sobre sustentabilidade nos programas não obedecem à preceitos e nem a uniformidade, já que estes mesmos trabalhos não constam nas ementas das disciplinas e, da mesma maneira, as pesquisas norteadas a esta temática são realizadas por grupos isolados e, muitas vezes desvinculadas das áreas de concentração dos programas mesmo entre os respondentes desta pesquisa. Ainda sobre este aspecto, uma observação deixada por um respondente da Puc-Rio no espaço destinado, no questionário, à críticas, sugestões ou observações nos leva a reflexão sobre o respectivo alinhamento das pesquisas dos especialistas as linhas de pesquisa ou áreas de concentração:

É importante ressaltar que, embora identifique no meu programa um grande potencial para a disseminação da sustentabilidade, principalmente pelo fato de apoiar as ações que venham a ser desenvolvidas, ainda não reconheço no programa como um todo esta preocupação. Trata-se do trabalho de uma de suas áreas, a qual tem total apoio, mas no meu entendimento ainda pouco comprometimento dos demais colegas de outras áreas. [...] A sustentabilidade ainda não está consolidada como um tema transversal que perpassa a atuação de todos os professores em suas disciplinas. O processo de desenvolvimento desta área ainda está muito atrelado àqueles que acreditam no tema e desenvolvem este conteúdo em suas disciplinas.

A partir da observação acima exposta, evidencia-se que a inserção da sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração vem ocorrendo, mas não em passos largos e nem com estratégias pré-definidas à esta finalidade. Isto implica na observação de que apesar da recomendação n. 02/2013 do Conselho Nacional de Educação (CNE) para se trabalhar a sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação, se não de maneira interdisciplinar, como conteúdo disciplinar, observa-se que tanto as linhas de pesquisa dos programas quanto suas áreas de concentração carece, ainda, do comprometimento para com a inserção da temática nos conteúdos curriculares. A observação do entrevistado da PUC-Rio vai de encontro aos resultados quantitativos das respostas dos especialistas quando questionados sobre a avaliação da preocupação dos programas para a inserção da temática e o ensino da mesma. O resultado apontou uma preocupação mediana que, mais uma vez, não se traduz no comprometimento dos mesmos.

Se os especialistas da temática informam haver ações isoladas para o tratamento da temática, este trabalho sinaliza para a ausência de delineamento de como transformar estas ações isoladas em estratégias de ensino e, por sua vez, de inserção da temática. Explico: se as ações são isoladas e as pesquisas também, estas ações revelam, então, que não há unidade sobre como o tema deve ser tratado e, principalmente, como deve ser inseridos nos programas e, por meio deles, disseminados para a sociedade como conhecimento gerado e construído para esta finalidade. Prova disto é a revisão sistematizada da literatura apontar para a inexistência de trabalhos nacionais sobre o ensino da sustentabilidade no nível tratado neste trabalho e poucos trabalhos internacionais direcionados à Pós-Graduação. Trabalhos estes que, apesar de direcionados à Pós-Graduação, não estão vinculados ao ensino. Neste sentido, as mudanças nos valores éticos e morais da sociedade tão importantes apontadas por Camargo (2008), passam necessariamente pela geração de conhecimentos e, principalmente, sua aplicação nos respectivos Programas indicando a necessidade de um tratamento mais sistemático sobre o tema no que tange a pesquisa e o ensino nestes Programas. Aliás, percebe-se que o impasse apontado por Camargo (2008) no início deste trabalho é, também, um

problema nos Programas *Stricto Sensu* em Administração. Isto porque, sem um delineamento preciso as questões postas sobre a utilização dos recursos presentes sem afetar a capacidade de utilização das gerações futuras permanecerão vinculadas apenas ao plano discursivo.

Ações que visam a geração e disseminação do conhecimento por meio do ensino e da pesquisa quando não estão consolidadas tendem a ser esparsas e sem contornos definidos. Aliás, ao comparar as referências utilizadas pelos professores e as declaradas nas ementas das disciplinas que tratam da temática, como resposta a questão: *As referências utilizadas pelos professores em seus principais trabalhos também são utilizadas nas disciplinas pelos programas de Pós-Graduação?* Observa-se a ausência desta relação. Em consequência disso, pode-se afirmar que as referências utilizadas pelos professores, geralmente, alinham-se às disciplinas que estes lecionam e estas não possuem, necessariamente, o foco na sustentabilidade. O mesmo ocorre com as disciplinas analisadas via ementa. O que se observa é uma separação entre o que se pesquisa, por parte dos especialistas, e o que se ensina nas disciplinas.

É importante lembrar que estando os docentes desafiados a incorporar a sustentabilidade de maneira transversal nos currículos acadêmicos, esta constatação não indica a ausência de tratamento da temática. Indica que a sustentabilidade, caso esteja sendo tratado nas disciplinas, este tratamento está ocorrendo associado ao foco das discussões propostas pela disciplina ofertada pelo programa.

Para atender as novas demandas sociais delineadas por Elkington (2001) que entende estar na formação de administradores com consciência sobre seus próprios futuros desafios, o caminho da mudança e moral destes profissionais, a área necessita, primeiramente, entender qual é o seu papel nesta transformação. Aliás, como aponta o especialista da Universidade Estadual de Londrina (UEL): *O estudo da sustentabilidade pela área de administração ainda precisa encontrar o seu lugar para não se confundir com outras áreas de conhecimento.* O que implica em dizer, a sustentabilidade pode estar sendo tratada sem profundidade nas respectivas disciplinas justamente por haver o seu devido lugar nos objetivos instituídos nas ementas. Ausência de profundidade esta que é evidenciada pelo esparso referencial trabalhado pelos especialistas e, também, contidas nas ementas. Em outras palavras: o referencial das ementas que mencionam a sustentabilidade não é focado nas mesmas. O referencial utilizado pelos especialistas também não. Ao que tudo indica, existe a tentativa de tratamento da temática, mas sem maiores preocupações com a mesma. Talvez, o fato das áreas de concentração dos programas serem diversas e, desta forma, espelhar diferentes abordagens do que venha a ser e de como se deve vincular a sustentabilidade ao foco do programa torna-se

difícil um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração, tratar de todas as variáveis da sustentabilidade como observa o especialista da UNITAU que entende que:

os programas de Pós-Graduação, devem se preocupar todas as variáveis de sustentabilidade: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade cultural e a sustentabilidade espacial (geográfica).

Aqui vale lembrar que a Rio +20 trouxe como objetivos a busca do comprometimento dos países com as seguintes metas: a) Eliminação de incentivos a combustíveis fósseis; b) Acesso universal a energia sustentável; c) Dobrar o percentual de energia renovável na matriz mundial até 2030; d) Dobrar a taxa de eficiência energética até 2030; o que implica em dizer que apesar dos Programas estarem focados na Administração, as variáveis apontadas pelo especialista da Unital vai ao encontro das metas propostas pelos acordos governamentais mas, como a sustentabilidade tornou-se objetivo de reflexão e análise sob variadas perspectivas como diz Barajas (2002), ao que tudo indica, percebe-se a existência de uma espécie de setorização do tema e, por isso mesmo, uma maior dificuldade de seu tratamento em programas que possuem focos específicos e não conseguem relacioná-los à temática.

A dificuldade acima apontada se firma, principalmente, no fato de que as disciplinas ofertadas pelos programas devem atender as áreas de concentração e as linhas de pesquisa dos mesmos. Em decorrência disso, o que geralmente determina o foco do tratamento da sustentabilidade na disciplina é justamente a orientação do respectivo programa por meio de sua área de concentração. A incorporação, por parte dos programas, de disciplinas orientadas para esta finalidade e, por isso mesmo, desvinculadas de disciplinas norteadoras de linhas de pesquisa pode resultar no atendimento e entendimento dos diversos eixos nos quais a sustentabilidade se apresenta e, em decorrência disso, em uma possível sistematização dos referenciais utilizados pelos professores que irá lecionar a disciplina de sustentabilidade e a consequente evidenciação dos mesmos referenciais nas ementas.

Para que ocorra a sistematização acima exposta, se faz necessário que o conhecimento produzido sobre a temática esteja, de fato, vinculado aos objetivos do programa e consequente foco de pesquisa e/ou área de concentração. Já que, respondendo a questão: *A produção de conhecimento sobre a sustentabilidade está ligada a alguma disciplina nos programas de Pós-Graduação em administração? Caso positivo, qual é o foco da respectiva disciplina?* observa-se que mesmo as disciplinas que tratam da temática não traz em seu bojo o conhecimento produzido pelos especialistas.

Pautadas, geralmente, na literatura internacional o conhecimento produzido pelos especialistas não ancoram as discussões propostas nos respectivos programas. Esta não utilização provoca uma reflexão pertinente, já que se percebe por meio da análise do conteúdo que 85% dos especialistas informaram utilizar sua produção científica nas aulas ministradas. Em decorrência disso, como mostrado no resultado da análise documental e na análise do conteúdo, a utilização do conhecimento produzido sobre a sustentabilidade não está ligado formalmente às disciplinas, mas vincula-se implicitamente. Como as disciplinas ministradas são de natureza variada e difusa não se torna possível afirmar que exista um foco, nas disciplinas, que garanta a utilização deste conhecimento produzido. Mesmo porque, em linhas gerais, percebe-se que grande importância nos conteúdos produzidos internacionalmente e que, de certa maneira, modelam a visão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Aliás, presa aos modelos, principalmente americano, de se construir conhecimento – conforme já delineado anteriormente, percebe-se que mesmos os especialistas no assunto visualizam que seu conhecimento não deve ser disseminado para além dos periódicos acadêmicos.

A reflexão aqui delineada perpassa, ainda, o fato de que a sustentabilidade está sendo pesquisada e ensinada de maneira implícita e, por isso mesmo, isolada. As disciplinas nos quais se percebe esta inserção implícita estão focadas em Metodologias, Gestão, Educação, Política e Teoria das Organizações o que não exclui disciplinas focadas na sustentabilidade. Entretanto, nestas cujo foco está na sustentabilidade, apenas dois especialistas utilizam sua produção em aula.

Em resposta à pergunta: *A literatura utilizada como embasamento teórico sobre a temática nas disciplinas pode ser considerada relevante frente às demais literaturas contidas nas respectivas ementas?* Pode-se afirmar que não. Observou-se, por meio da análise documental, que a literatura utilizada para o embasamento teórico das disciplinas que possuem referências sobre a sustentabilidade são direcionadas ao foco das disciplinas que, como já visto, estão direcionadas à área as linhas de pesquisa e a área de concentração dos programas.

Esta constatação leva ao entendimento de que a temática ainda carece de tratamento específico, se não como disciplina, como fio condutor das ementas cujas disciplinas tentam, à ela, relacionar-se. Isto implica em dizer que, sendo a quantidade de disciplinas, que fazem menção a sustentabilidade, pequena frente ao total de disciplinas ministradas em todos os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração e, estando estas disciplinas com um referencial sem relevância frente aos demais referenciais que fazem parte das

ementas, o tema se revela, desta forma, pouco inserido nos programas. A este respeito, a observação do especialista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se apresenta como uma possível causa desta irrelevância quando diz que:

As disciplinas que tratam tema relacionados a sustentabilidade precisam abordar a temática de forma distinta da mídia. Não tratar superficialmente esta questão ou apenas fazer terrorismo com os alunos. Os professores devem despertar o interesse dos alunos em conhecer mais e praticar os conceitos da sustentabilidade ao longo das suas vidas, pessoal e profissional.

Isto implica em dizer, a rigor, que uma vez que a temática encontra-se em sistematização, a ausência de relevância por parte dos programas no seu tratamento revela a abordagem da mesma ainda de maneira mediana, haja visto a homogeneização das respostas dos especialistas indicar para um conhecimento mediano, uma preocupação, por parte de seus programas, também mediana, assim como, uma percepção do tratamento desta temática e entendimento, por parte dos alunos, também mediano. Estaria, então, a sustentabilidade, quando inserida nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, apenas cumprindo seu papel frente ao apelo midiático? Quando esta temática é tratada por disciplinas como metodologia, ou finanças, há a possibilidade de sua interdisciplinaridade de modo a despertar o interesse dos alunos e, desta maneira, um reconhecimento crítico da importância da mesma em suas práticas ordinárias? Estas questões são de difícil resposta, já que a análise aqui apresentada indica que o tratamento da temática, com exceção dos programas que são concentrados e, desta forma, possuem tratamento específico para a sustentabilidade, não possuem uma preocupação plena e nem, tão pouco, seus colaboradores total conhecimento do venha a ser a sustentabilidade assim como as diferentes abordagens que podem ser dadas a mesma.

Assim, percebe-se que a pouca relevância dispensada a sustentabilidade produz, como efeito, pesquisas isoladas e não repertoriadas, além de não serem, ainda, seus resultados implementados e refletidos nos programas de Pós-Graduação em Administração. O entendimento aqui apresentado vai ao encontro da percepção do especialista da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que traz uma observação contundente a este respeito:

É importante ressaltar que, embora identifique no meu programa um grande potencial para a disseminação da sustentabilidade, principalmente pelo fato de apoiar as ações que venham a ser desenvolvidas, ainda não reconheço no programa como um todo esta preocupação. Trata-se do trabalho de uma de suas áreas, a qual tem total apoio, mas no meu entendimento ainda pouco comprometimento dos demais colegas de outras áreas.

A ausência de relevância nos referenciais das ementas. O conhecimento produzido pelos especialistas desconectado às disciplinas nas quais lecionam. O foco das disciplinas sempre direcionados às linhas de pesquisa e/ou áreas de concentração dos programas que, em maior parte, não são relacionados a temática. Um referencial esparso sobre que, sendo trabalhado de maneira não sistêmica, não se alinha à unicidade evocado por um conceito. O tema sendo trabalho por diferentes correntes de pensamento e/ou paradigmas que, emergidos antes mesmo da tentativa de formação do pensamento sobre a sustentabilidade. A temática sendo trabalhada por diferentes perspectivas e vieses que interpelam poucas discussões que se revelam nômades frente a geração de conhecimento por parte dos programas. Tudo isto, alinhado a ausência de comprometimento e um conhecimento ainda mediano sobre o que é, como avaliar e como tratar a sustentabilidade, permite transformar estas constatações em um tecido orgânico que revela um cenário de efervescência e, ao mesmo tempo, escuridão no que tange a inserção da sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração.

Sendo a sustentabilidade, ainda, um tema com pouca inserção nos programas *Stricto Sensu*, pode-se perceber por meio desta pesquisa que, de modo geral, quando esta inserção ocorre, ela acontece em todos os níveis de ensino. Alias, a este respeito, respondendo a questão: *Em que nível de Pós-Graduação a sustentabilidade vêm sendo tratada? Este ensino relaciona-se com a experiência do professor? Caso positivo, em qual estrato ele se vincula?*, por meio da análise documental e da análise do conteúdo das respostas dos especialistas, percebe-se que, dos especialistas entrevistados, 18,42 lecionam exclusivamente nos mestrados acadêmicos, 32,89% exclusivamente nos mestrados profissionais, 5,26% exclusivamente nos programas de doutorado e, 43,42% lecionam em programas de mestrados e doutorados. Quando comparado com os níveis dos programas no qual a temática está de algum modo inserida via ementa, percebe-se que a distribuição dos níveis nos quais os especialistas tratam a temática tecnicamente equivale aos níveis nos quais as disciplinas analisadas via ementa estão sendo, também, ministradas. Ou seja, os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração que possuem programas de Doutorado, oferecem suas disciplinas em ambos os níveis sendo, a exemplo da análise documental, poucas disciplinas (5,87%) sendo oferecidas exclusivamente no nível de doutoramento. Esta constatação evidencia, quando articulados os resultados das pesquisas empíricas realizadas, que a sustentabilidade, quando tratada é, de modo geral, abordada em todos os níveis de Pós-Graduação *Stricto Sensu* obedecendo a distribuição da quantidade de programas em seus

respectivos níveis e que a experiência do professor não é significativa para o tratamento da temática em níveis específicos.

Aqui, se torna importante lembrar que a experiência do professor, conforme apurado na análise quantitativa não é significativa, também, para a sua percepção quanto a preocupação de seus Programas para a sustentabilidade ou de seus alunos. Mesmo porque, ainda tratando-se das análises quantitativas, observou-se que o tempo de experiência do professor não é significativo nem mesmo quanto ao seu próprio entendimento do que venha a ser a sustentabilidade ou a sua preocupação com a temática ou sua inserção das disciplinas ministradas.

Diante do exposto, percebe-se ainda, que a sustentabilidade sendo tratada sob a ótica dos objetivos dos programas e/ou áreas de concentração e, sendo de pouca significância o conhecimento que se tem sobre a temática quando comparado a preocupação dos programas ou a avaliação do nível de entendimento por parte dos agentes que tratam deste assunto, percebe-se que as mudanças nos valores morais e éticos dos sujeitos a partir de uma análise da influência ambiental, econômica e social, norteadas pelos acordos internacionais e discutidos por diversos teóricos de diferentes visões estão longe, quando comparados, em linhas gerais, com a quantidade de programas e disciplinas ofertados nas áreas da administração, de serem atingidos de maneira efetiva. Aqui, cabe recordar que quando o principal acordo firmado entre os países participantes da Rio +20 foi o de buscar o seu comprometimento para com a sustentabilidade e que como espaço de geração e disseminação do conhecimento, os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* estão desafiados a comprometer-se, de maneira efetiva, com a temática ora tratada se não de maneira transversal, como disciplina específica, como já delineado aqui anteriormente, por meio da Resolução CNE 02/2013.

Ao que tudo indica, os desafios impostos pela sustentabilidade de um desenvolvimento não atrelado, necessariamente, ao crescimento econômico, a diminuição da miséria, a busca de padrões sustentáveis de produção e consumo, entre outros, se traduz como um novo olhar que impõem, aos programas de Pós-Graduação em Administração a necessidade de se (re) pensar seus currículos sob um novo olhar, carece, ainda, de melhor entendimento e de uma sólida matriz conceitual para ser enfrentado. Enfrentamento este que, sendo urgente, nos parece ser o principal fio condutor para as mudanças nos valores éticos e morais dos indivíduos por meio da construção e disseminação do conhecimento que, por meio destes programas, poderão ser refletidos em toda a sociedade.

Como síntese resultante das análises e discussões aqui realizadas, fechou-se a matriz de amarração, proposta no capítulo anterior, que objetivou o entrecruzamento das categorias

de análises trabalhadas nesta tese. Os resultados destes entrecruzamentos podem ser visualizados no Quadro dez:

Quadro 10: Matriz de amarração fechada

Objetivo geral (1): analisar como a sustentabilidade está inserida nos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração								
Referencial teórico (2)	Objetivos específicos (3)	Questões de pesquisa (4)	Técnicas de análise (5)	Coleta de dados (6)	Pesquisa de campo (7)	Tratamento dos dados obtidos (8)	Resultados (9)	Conclusões (10)
Ensino da administração	Identificar os programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em administração que possuem disciplinas que, de alguma maneira, se relacionem a sustentabilidade.	G	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009	Levantamento das ementas dos programas no portal CAPES	Seleção das disciplinas que mencionam a sustentabilidade em suas ementas	Em todos os estratos	O ensino da sustentabilidade não está relacionado ao nível de formação ofertado pela Pós-graduação. Quando inserido, a inserção é realizada nos mestrados e doutorados.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Ensino da administração	Averiguar as principais referências utilizadas pelas disciplinas dos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em administração que envolve a sustentabilidade.	E	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009	Levantamento das ementas dos programas no portal CAPES	Seleção das disciplinas que mencionam a sustentabilidade em suas ementas	Não	A produção do conhecimento sobre a sustentabilidade é produzida de maneira isolada e desvinculada das disciplinas dos programas.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Ensino da administração	Verificar como os professores dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração têm tratado a temática em suas disciplinas	B	Quantitativo - Técnica 02	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009 e questionários estruturados enviados aos professores	Levantamento das ementas dos programas no portal CAPES	Seleção dos respondentes válidos	Não em sua totalidade e no caso da pesquisa quantitativa não significativo	Quando a produção dos especialistas é utilizada nas disciplinas, isto ocorre de maneira isolada e não formal.
Pesquisa em administração			Qualitativo					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Ensino da administração	Identificar nas ementas das disciplinas com enfoque na sustentabilidade as linhas de pesquisas nas quais as mesmas se vinculam.	C	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009	Levantamento dos grupos de pesquisas no site das instituições que possuem ementas que mencionam a sustentabilidade	Seleção dos grupos de pesquisa vinculados aos programas que possuem o foco na sustentabilidade	Não	O ensino da sustentabilidade não está relacionado ao nível de formação ofertado pela Pós-graduação. Quando inserido, a inserção é realizada nos mestrados e doutorados.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Ensino da administração	Identificar quem são os especialistas que tratam da sustentabilidade e atuam em Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .	A	Quantitativo - Técnica 02	questionários estruturados enviados aos professores especialistas na temática	Levantamento dos grupos de pesquisas sobre a sustentabilidade vinculados à área da administração	Seleção dos respondentes válidos	Não significativo	Não existe relação
Pesquisa em administração								
Sustentabilidade								
Ensino da administração	Identificar como a sustentabilidade está sendo tratada pelos especialistas da área em suas disciplinas.	F	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009 e questionários estruturados enviados aos professores	Levantamento dos grupos de pesquisas sobre a sustentabilidade vinculados à área da administração certificados pelo CNPQ	Seleção dos grupos de pesquisas certificados pelo CNPQ que possuem foco na sustentabilidade	Não	O conteúdo lecionado está ancorado, em maioria, na literatura internacional e o conhecimento produzido pelos especialistas não possuem significância enquanto referencial.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Ensino da administração	Revisar os trabalhos que vem sendo desenvolvidos sobre o ensino da sustentabilidade nos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .	D	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009	Revisão sistematizada da literatura	Seleção de artigos específicos sobre a temática nas bases de dados nacionais e internacionais	Não	As referências utilizadas pelos especialistas são vinculadas ao foco da disciplina que não é direcionado a temática.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade								
Ensino da administração	Analisar as ementas disciplinares dos programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração que possuem ênfase na sustentabilidade.	G	Qualitativo	Ementa das disciplinas dos programas de pós-graduação em administração enviados à Capes na avaliação trienal 2007 - 2009	Levantamento das ementas dos programas no portal CAPES	Separação dos objetivos e dos referenciais das ementas	Não	O ensino da sustentabilidade não está relacionado ao nível de formação ofertado pela Pós-graduação. Quando inserido, a inserção é realizada nos mestrados e doutorados.
Pesquisa em administração			Análise documental - Técnica 01					
Sustentabilidade			Análise do conteúdo - Técnica 03					
Amarração	(2) e (1)	(3), (2) e (1)	(3) e (1)	(5)	(2)	(2) e (5)	(2) e (5)	(1) (2) (8) (9)

Fonte: do autor

Por meio da matriz acima apresentada, visualiza-se que a pesquisa ora apresentada cumpriu seus objetivos geral e específicos tornando possível levar esta tese para as vias de conclusão. Por consequência disso, as considerações finais serão apresentadas a seguir.

8 CONCLUSÃO

Inevitavelmente, a história que se pretende contar aqui será inconclusa – na verdade com um final aberto –, como tende a ser qualquer reportagem [ou pesquisa] enviada do campo de batalha.

Zigmunt Bauman (2007, p. 35)

O entendimento do valor e das questões que envolvem a sustentabilidade e sua inserção nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração atualmente só pode ser percebida por meio de uma construção científica realizada por meio da sistematização de sinais que, aos olhos dos mais leigos ou no senso comum passam por despercebidos. A construção indiciária realizada nesta tese buscou reunir vestígios investigativos que permitiram, sob a caracterização proposta por Ginszburg (1989), coletar dados que se apresentam irrelevantes para tecer uma investigação que, por meio da reunião das conjecturas delineadas pelas ementas, pelos discursos e pelo conhecimento dos especialistas, tornou-se possível o desvendamento de como a sustentabilidade está inserida nos referidos programas.

A reunião dos vestígios apresentados nesta tese resultou no entendimento de que a sustentabilidade passa por um processo de sacralização e, ao mesmo tempo, (e por isso mesmo) de tentativa de entendimento por parte dos programas. Este processo é resultante da ausência de bases teóricas e/ou construções objetivas de conhecimento acerca do assunto.

Esta sacralização do tema e ausência de consolidação teórica faz com que a sustentabilidade, na atualidade, se apresente como um semióforo, não só para toda a sociedade, como para as instituições que a compõe. Isto implica em dizer que a exacerbação ao tema alinhado à ausência de estratégias específicas para o seu tratamento, não é algo que orienta apenas a hodiernidade daqueles que atendem à uma percepção midiática da sustentabilidade, mas também aos que de maneira sistemática buscam seu entendimento e construção conceitual.

Visualiza-se a sustentabilidade e sua respectiva inserção nos programas como um semióforo porque é ele, nas palavras de Soares (2008), que habita o imaginário social brasileiro não se traduzindo, entretanto, em um objeto sendo à ele permitido apenas sua associação à objetos ou temas correntes no cenário social. Aliás, vale lembrar que um semióforo conforme Chauí (2000, apud SOARES, 2008) é:

Um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém. Signos indicativos de acontecimentos naturais – como as constelações, indicadores das estações do ano. [...] Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como um pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica (p. 11-12).

Apresentando-se a sustentabilidade sob este prisma, percebe-se que a existência se dá de maneira imaterial e está não está condicionada somente a sua visibilidade, mas ao culto que se faz por meio daquilo que ela representa. Isto implica em dizer que a sustentabilidade, quando pensada como um semióforo, sacraliza e dá força ao fato que, em tese, se apresenta inexistente brilhando, por isso mesmo, a potencia de sua representação. A rigor, o entendimento da sustentabilidade e sua inserção nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração pode ser vista como um semióforo porque esta construção e tentativa de delineamento de um novo olhar social são resultados de uma apropriação que, antes de tudo, carece de consolidação conceitual. Logo, estando a sustentabilidade neste processo de consolidação, ela torna-se dependente de outros fatores como, por exemplo, o entendimento de que apenas o seu discurso e/ou conhecimento comum não se traduz em ações efetivas.

Sendo a inserção da sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração a tentativa de se alterar paradigmas nos quais as estratégias de ensino e geração de conhecimento já estão consolidadas e, ciente de que toda mudança de paradigma pressupõe rupturas com os modelos dominantes, pode-se afirmar que estando presa à velha racionalidade e aos modelos americanos de se fazer ciência, o desafio da inserção de um novo olhar proposto pela sustentabilidade ainda não está sendo enfrentado de maneira efetiva pelos programas. Mas este feito não ocorre porque não se busca e/ou se tenta alinhar o foco da pesquisa à sustentabilidade. Ao contrário. Ocorre somente porque não se sabe, de maneira clara, como fazê-la.

A afirmativa acima ganhou contundência enquanto fato quando se observou, neste trabalho, que a discussão sobre a sustentabilidade não se apresenta enraizada nos modelos civilizatórios preconizados na Primeira Revolução Industrial e nem, tão pouco, no delineamento imposto pelo Antropoceno desvelando, desta forma, a precariedade de passagens pelo qual a temática se encontra. Em outras palavras: a sustentabilidade se revela

não como um conceito, mas como uma categoria de análise, ainda fractal, de múltiplas possibilidades e, por isso mesmo, sem contornos e entendimentos definidos.

A ausência de contornos conceituais para o tema faz com que sua inserção nas diversas e diferentes esferas sociais, aqui com especificidade aos Programas *Stricto Sensu* em Administração se apresente de maneira difusa. Ou seja, um conjunto de valores e significações associados a racionalidade moderna e que, por isso mesmo, pode ser apenas intuída e associada aos padrões clássicos de se desenvolver uma sociedade. Aliás, neste sentido, pode-se remeter o entendimento desta temática e sua inserção nos referidos programas ao mito de Proteu que, detentor da verdade das coisas, se metamorfoseava em diversos monstros e animais sendo permitido apenas aos que ousassem enfrenta-los a aproximação da verdadeira realidade. Entretanto, cabe-nos realizar o seguinte questionamento: Quem é Proteu quando ele já não é mais fogo e ainda não é água? Como resposta, percebe-se que Proteu, em realidade, é puro interstício. Uma zona de possíveis aproximações e condensações de feitos ou formas. A sustentabilidade, assim também se apresenta e sua inserção nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, também. Explica-se: Atualmente, a sustentabilidade se mostra como importante ou, até mesmo, sagrada – enquanto semióforo, mas lacunar e fronteira cujos entendimentos e pesquisas podem ser realizados sobre diversos focos e/ou vertentes, mas, ao que tudo indica a partir do exposto, nesta tese, encontra-se, ainda, em um processo que não se firma, necessariamente, como mecanismo da efetiva transformação nos valores e ou ideários sociais e nem, tão pouco, em uma nova visão sobre o sistema social vigente herdado de uma velha racionalidade.

Para definitivamente concluir este trabalho, pode-se afirmar que a inserção da sustentabilidade nos Programas *Stricto Sensu* em Administração vem ocorrendo sobre diversas vertentes, níveis e formas a partir daquilo que se sabe ou se pressupõe saber, cada área ou linha de pesquisa, sobre ela. Em decorrência disso entende-se, então, que a sustentabilidade busca seu espaço nos respectivos programas, mas não encontra pelo simples fatos dos mesmos programas não deterem um pleno conhecimento a respeito do que se deseja e de como se deve traçar objetivos para o alcance dos resultados em torno da temática. Em outras palavras: a sustentabilidade não possui um foco específico nos programas referidos, não possui um entendimento pleno e único por parte dos especialistas, não possui um referencial repertoriado e o seu tratamento é orientado por pesquisadores que buscam o seu entendimento de maneira isolada.

A consideração acima também é válida até mesmo para aqueles que possuem linhas de pesquisa específicas a esta finalidade. Por consequência, o conhecimento produzido por estes especialistas ficam restritos aos periódicos e são poucos utilizados no processo de remodelamento das ideias e valores sociais já que, na maioria dos casos, não são referenciados nos planos curriculares dos programas. Logo, os desafios impostos pelo Antropoceno ainda não estão sendo enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, o que permite, então, responder a pergunta inicialmente formulada nesta tese, ou seja, *como a sustentabilidade está inserida nos Programas Stricto Sensu em Administração?* Da seguinte maneira: a sustentabilidade está inserida nos respectivos programas de maneira difusa nos poucos programas que buscam, de alguma maneira, tratá-la, sendo que, mesmo nestes programas ela não se faz como o principal foco de discussão. Por isso mesmo, ela se apresenta como um semióforo cujo valor está associado à outros valores impostos pelas linhas de pesquisa e/ou área de concentração dos programas fazendo com que ela, até mesmo neste programas, seja algo ainda pertencente apenas ao imaginário daqueles que buscam algum entendimento a respeito. Percebe-se, também, que o ensino e a pesquisa nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, encontra-se vinculados à velha racionalidade não vislumbrando, desta maneira, o Antropoceno delineado no início deste trabalho. Em decorrência disso, a tentativa de se “criar uma coesão social e a contribuir de forma positiva para erradicar a pobreza” (ABRAMOVAY, 2012, p. 16), ou, o reconhecimento de uma “vida plena e criativa” onde se torna possível moldar uma “existência significativa, na medida da dignidade humana” (SN, 2009), parece estar longe de ser alcançada no que tange ao real entendimento, apropriação e estabelecimento de estratégias em torno da sustentabilidade por parte dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Mesmo porque, o próprio assunto é pesquisado de maneira quase isolada e não se traduz no tratamento do tema de maneira transversal ou interdisciplinar, já que não se sabe, aos certo, como lançar um novo olhar sobre um modelo operatório secularmente instituído, desvelando, assim, que sua inserção atravessa um período fronteiro.

Das conclusões acima expostas emergem alguns indícios que podem nos auxiliar no enfrentamento dos desafios impostos pelo Antropoceno aos respectivos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Entre eles, pode-se destacar o tratamento da temática sob o viés ético e moral, cujas mudanças inerentes a construção do conhecimento estejam imbricadas às mudanças de valores dos sujeitos para posterior mudança social. Isto implica em dizer que a ótica sobre as organizações e a gestão, geralmente orientadoras dos respectivos programas, devem direcionar-se ao entendimento e ao atendimento humano, onde

o crescimento possa ser uma consequência e não, necessariamente, o objetivo de uma organização. Para tanto, necessário se faz, também, um maior empenho, por parte dos Programas, no que tange o apoio e fomento às pesquisas direcionadas à temática que objetivem uma visão direcionada ao paradigma crítico.

Como o objetivo desta tese não se encerra no esgotamento do tema torna-se possível, então, lançar algumas recomendações. Recomendações estas que se encontram a seguir.

8.1 Recomendações

A pesquisa aqui desenvolvida contou com a participação de especialistas na temática e disciplinas que fazem menção, de alguma maneira, a sustentabilidade. Em decorrência disso sugere-se, para um trabalho futuro, a ampliação de seu universo para todos os pesquisadores integrados à programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração, independente de sua linha ou grupo de pesquisa.

Sugere-se também, a análise das ementas disciplinares que, no término de 2013, serão disponibilizadas pela CAPES, após a avaliação trienal dos programas.

Ainda coloca-se como sugestão de pesquisas futuras. A realização deste trabalho em outras áreas de conhecimento tais como, as ciências exatas ou as ciências humanas para que seus resultados, ao serem comparados com o aqui expostos, possam delinear diretrizes para um possível entendimento mais abrangente acerca da inserção da sustentabilidade nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil.

É importante, ainda, enquanto sugestão para pesquisas futuras, a abertura de uma agenda de pesquisa específica sobre a inserção da sustentabilidade nos programas *Stricto Sensu* em Administração no Brasil.

REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril.
- ATALLAH A.N.;CASTRO, A.A. (1998). Revisão sistemática e metanálise. In: Atallah, A.N.; CASTRO, A.A. (Org.). *Evidências para melhores decisões clínicas*. São Paulo: Lemos-editorial.
- ALMEIDA, E. C. E. (2006). *O Portal de Periódicos da Capes: estudo sobre a sua evolução e utilização*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Dissertação de Mestrado.
- ALMEIDA, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. São Paulo: Nova Fronteira.
- ANDRADE, M. M. (2001). *Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós Graduação*. São Paulo: Atlas.
- BALBACHEVSKY, E. A (2005). Pós-Graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK. C.; SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BARAJAS, M. (2002). *Final synthesis report on projects' findings, policy recommendations and future research tasks (Public)*. Barcelona: University f Barcelona.
- BARBIERI, J. C; SILVA D. (2010). Educação Ambiental e gestão ambiental na formação do administrador: uma visão do quadro regulatório. In: MORETTI, S. (Org.). *Ensino e pesquisa em administração: propostas sobre a capacitação docente*. São Paulo: Editora Ottoni.
- BARCELAR, L.S. (2012). Encontros e acordos internacionais: implicações Na prática da responsabilidade social empresarial e gestão ambiental. In: *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*. v.3, n. 09, 2010. Out. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/delos/09/lsb.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2012.
- BARDIN, L. (2012). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAUMAN, Z. (2007). *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECKER, F. (1997). *Da ação a operação: o caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire*. Rio de Janeiro, DP&A.
- BELL, M.;PAVITT, K. (1993). Technological accumulation and industrial growth. *Industrial and Corporate Change*, v2, n. 2, p. 157-211.
- BERKES, F.; FOLKE, C. (2002). Back to the future: ecosystem dynamics and local knowledge. In: GUNDERSON, L. H; HOLLING, C. S. (Org.). *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Washington, D.C., USA: Island Press.
- BERTERO, C. (1998). Teses em Mestrados Profissionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v.2, n.1, p. 165-172.

- BERTERO, C. O., CALDAS, M. P., ; WOOD, T., Jr. (Orgs.) (2006). *Produção científica em administração no Brasil: o estado da arte*. São Paulo: Atlas.
- BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD Jr., T. (1999). Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 1, jan./abr., p. 147 - 178.
- BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (2007). “Refêns da produtividade” sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na Pós-graduação. Trabalho apresentado na 30ª *Reunião Anual da ANPEd*. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3503-Int.pdf. Acesso em 2 de abr. de 2013.
- BOVO, M. C. (2005). Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica. In: *Revista Urutagua – revista acadêmica multidisciplinar*. n. 07. Ago/Nov.
- BRASIL. (1965). Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 977/65*. Definição dos cursos de Pós-Graduação. Brasília, DF.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Documentos de Área*. Área de Avaliação: Administração, Ciências contábeis e Turismo. Capes, 2013. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br>. Acesso em 03 de mai. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Cursos recomendados*. Capes: Disponível em: <http://conteudoweb.CAPES.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Dados estatísticos GEOCapes*. Capes: Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Fichas de Avaliação do Programa*. Programas de Pós-Graduação em Administração. Capes: <http://www.CAPES.gov.br>. Acesso em: 04 mai. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013). *Linhas de pesquisa: visão geral, evolução e tendências*. Memória da Pós-Graduação. Capes: Disponível em: <http://conteudoweb.CAPES.gov.br> Acesso em: 28 abr. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2013). *Qualis Periódicos*. Capes: Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2013.
- BRASIL. (2005). *Diretrizes curriculares para cursos de graduação*. Brasília, DF:MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=129. Acesso em: 06 mai. 2013.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1996). *Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998*. Brasília, DF: CAPES.

- BRASIL. (1999). *Lei n o 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. (1975). *Plano Nacional de Pós-Graduação no Brasil*. Brasília, DF.
- BRASIL. (2003). *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF.
- BRUNDTLAND, G. H. (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- CAMARGO, A. L. B. (2008). *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas, SP: Papirus, 4ª ed.
- CANHADA, D. I. D. ; BULGACOV, S. (2011). Práticas sociais estratégicas e resultados acadêmicos: o doutorado em administração na USP e na UFRGS. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 1, p. 7-32.
- CARROL, A. B. (1999). Corporate social responsibility. *Business and Society*, n. 38, v. 3, p. 268-295.
- CAÚLA, B.Q.; OLIVEIRA, F. C. (2007). Agenda 21 local e a transversalidade da educação ambiental à luz da lei nº 9.795/99. *Anais do IX ENGEMA - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. Curitiba, 19 a 21 de nov.
- CELLARD, A. (2008). A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- CMMAD. (1991). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CLARK, G. (2001). *O Município em face do Direito Econômico*. Belo horizonte: Del Rey.
- CLARKSON, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, Jan.
- CRA-CE (Conselho Regional de Administração do Estado do Ceará). (2011). *Histórico dos cursos de Administração no Brasil*. Disponível em: http://www.craceara.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=422&Itemid=90. Acesso: 05 mar. 2013.
- CRESWELL, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed.
- DALY, H. (1991). Ecological Economics and Sustainable Development: From Concept to Policy. *World Bank Environment Department, Divisional Working Paper no. 1991/24*. Washington, D. C: World Bank.
- DESCARTES, R. (1984). *Discurso do Método e as Paixões da Alma*. Lisboa: Sá da Costa.
- ELKINGTON, J. (2001). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books.

- FAPESP. (2012). *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo*. Disponível em < <http://www.fapesp.br/indicadores/>>. Acesso em 12, Nov. de 2012.
- FAUCHEUX, S. E. (1997). *Neoclassical Natural Capital Theory and 'Weak' Indicators for Sustainability*. Land Economics.
- FERREIRA, D.D.M., FERREIRA, L.F. (2008). O ensino de gestão ambiental nos cursos de administração de empresas nas instituições de ensino superior do estado de Santa Catarina: um estudo exploratório. In: *IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. Niteroi- RJ, n. 31 Jul/Ago.
- FERREIRA, M.M. ; MOREIRA, R. L. (2001). *Capes, 50 Anos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV e CAPES.
- FIELD, A.(2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artmed.
- FREITAS, M. H. A. (2005). *Origens do periodismo científico no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência)- Pontifícia Universitária Católica de São Paulo, São Paulo.
- GATTI, B. A. (2002). *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano.
- GHIGLIONE, R., MATALON, B. (1997). *O Inquérito - Teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- GIL, A. C. (1998). *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GINZBURG, C (1989). *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOMES, A.; MORETTI, S. L. A. (2007). *A Responsabilidade e o Social: uma Discussão sobre o Papel das Empresas*. São Paulo: Saraiva.
- GRACIAREMA, J. (1972). Pós-Graduação em ciências sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 265-280.
- GUIMARÃES, R. (2013). *O futuro da pós-graduação - avaliando a avaliação*. Disponível em <http://intranet.ensp.fiocruz.br/admin/aplicacoes/documentos/arquivos/arq6091.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2013.
- HAMBURGER, E. (1980). *Para que Pós-Graduação? Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HELDER, R. R. (2006). *Como fazer análise documental*. Porto: Universidade de Algarve.
- IGLESIAS, M.; GÓMEZ, A. M. M. (2004). Análisis documental y de información: dos componentes de um mesmo proceso. *ACIMED*, v. 12, n. 2, mar./abr., p. 1-5.
- INEP. (2011). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2011*. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>> Acesso em 30 de abril de 2013.
- JACOBI, P.; RAUFFLET, E. ; ARRUDA, M. P. (2011). Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *RAM, Rev. Adm.*

- Mackenzie (Online)*, São Paulo, v. 12, n. 3, June 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Mai 2013.
- JACOBI, P. (2010). Educação ambiental. *Educação e Perspectiva*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 168 - 173.
- KITAMURA, P. C. (1994). Agricultura e o desenvolvimento sustentável. *Agricultura Sustentável*, Jaguariúna, v.1, n.1, p.27-32, jan./abr.
- KUENZER, A. Z. & MORAES, M. C. M. (2005). Temas e tramas na Pós-Graduação em educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 93, set./dez.
- KUHN, T. (1987). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed.
- LATOUR, B. (2009). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LEFF, E. (2010). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Editora Cortez.
- LIMA, J. B. (2000). Temas de pesquisa e desafios da produção científica sobre PME. *Revista de Estudos Organizacionais*, Maringá, v. 1, n.2, p. 27-47.
- LÓPEZ, J.(2011). Liderazgo para sostener procesos de innovación en la escuela. Profesorado: *Revista de currículum y formación del profesorado*, v.1, n. 14.
- LOUZADA, R. C. R.;SILVA FILHO, J. F. (2005). Pós-Graduação e trabalho: um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 12, n. 2, Aug. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 09 Dez. 2013.
- MACHADO, A. M. N.; ALVES, V. M. (2006). Recuperando origens e trajetórias do sistema de Pós-Graduação brasileiro em educação. *UNIrevista*, v.1, nº 2, abr.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L., FONSECA, V. S.,; CRUBELLATE, J. M. (2005). Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. *Brazilian Administration Review*, v. 2, n. 1, p. 1-20.
- MARCHELLI, P. S.(2005). Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. Brasília: CAPES, v. 2, n. 3, 29, p. 184-202.
- MARCOMIN, F. E. ; SILVA, A. D. V. (2009). A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na universidade. *Contrapontos*, v. 9, p. 173 - 190.
- MARX, K. (1988). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- MAYNARD JR., H. B.; MEHRTENS, S. E. (1993). Redefinições da prosperidade empresarial. In: RAY, M.; RINZLER, A. (Orgs.). *O novo paradigma nos negócios*. São Paulo: Cultrix.

- MENDES, M. C. (1995). *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em 5 mai. 2013.
- MENDONÇA, A. W. P. C. (2003). A Pós-Graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira. *Educar em Revista*. Curitiba, Editora UFPR, n. 21, p. 289-308.
- MINAYO, M. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- MIRANDA, M. M. S.; MORESI, E. A. D. (2010). A gestão do conhecimento no compartilhamento de melhores práticas em uma base de dados no Tribunal Regional Federal da Primeira Região. *JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag.* (Online). São Paulo, v. 7, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Dez. 2013.
- MOREIRA, R. (2004). *O círculo e a espiral: para a criticada geografia que se ensina*. Niterói: Edição AGB Niterói.
- MORETTI, S. L. D. A.; FIGUEIREDO, J. C. (2007). Análise bibliométrica da produção sobre responsabilidade social das empresas no EnANPAD: evidências de um discurso monológico. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1, setembro, p. 21-38.
- OLIVEIRA, T.F.R. (1997). *Dissertação e teses na Pós-Graduação: diferenças*. Belo Horizonte: UFMG.
- PIRSCH, J; Gupta, S and Grau S, L . (2007). A Framework for Understanding Corporate Social Responsibility Programs as a Continuum: An Exploratory Study. *Journal of Business Ethics*, v. 7, p. 125-140.
- PNUMA. (2012). *Investimento de 2% do PIB mundial em um novo modelo econômico pode combater a pobreza e gerar um crescimento mais verde e eficiente: Novo relatório do PNUMA destaca Políticas Públicas Sustentáveis e Trajetória de Investimento Rumo à Rio +20*. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/comunicados_detalhar.php?id_comunicados=125>. Acesso em: 05 mar. 2012.
- POLI, C.R; et al. (2000). Situação atual da aqüicultura na região Sul. In: VALENTI, W.C. et al. *Aqüicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável*. Brasília: CNPq e Ministério da Ciência e Tecnologia, p.321-351.
- PORTER, M. E., VAN DER LINDE, C. (1995). *Ser verde também é ser competitivo*. Exame, ed. 597, ano 28, n. 24, 22 nov.
- PRAHALAD, C. K., HAMMOND, A. (2002). Serving the world's poor, profitably. *Harvard Business Review*, 80, p. 68-82.
- PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. (2006). *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro.
- RODRIGUES, A M. (2006). Desenvolvimento sustentável: do conflito de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, J. B.; lima, L. C.; DANTAS, E. W. C. *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume.

- ROMEIRO, A. R. (1998). *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, FAPESP.
- ROMEÔ, J. R. M.; ROMEÔ, C. I. M., JORGE, V.L. (2008). *Estudos de Pós-Graduação no Brasil*. Rio de Janeiro: UNESCO. Disponível em: <<http://www.ccpq.puc-rio.br/memoriapos/textos finais/romeo2004.pdf>>. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 03, fev de 2013.
- ROSSI, F.M. (1997). Writing in an advanced undergraduate chemistry course: an assignment exploring the development of scientific ideas. *Journal of Chemical Education*, 74, p. 395-396.
- SACHS, I. (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTOS, C. M. (2003). Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641.
- SANTOS, M. (1994). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SEIFFERT, M.E.B. (2010). *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas.
- SELLTIZ, C. (1974). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SEN, A. (2009). *The Idea of Justice*. London: Allen Lane.
- SERRES, M. (2011). *O Mal Limpo: poluir para se apropriar?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SEVERINO, A. J. (2010). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- SHRIVASTAVA, P. (1995). Environmental Technologies and competitive advantage. *Strategic Management Journal*, v. 16, p. 78 – 102.
- SILVA, M.C. N.; ET AL. (2005). Análise da produção escrita em matemática: algumas considerações. *Ciência e Educação*, v.11, n.3.
- SILVEIRA, A. (Coord.) et al. (2004). *Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias*. Blumenau: Edifurb, 2ª ed.
- SMA/CEA (Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental). (2004). *Carta de Belgrado*. Disponível em: <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/A%20Carta%20de%20Belgrado.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2013.
- SOARES, M. (2006). Cidade, cotidiano, cidadania: um olhar ambiental. 29ª. *Reunião Anual da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT22-1738-Int.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

- SOARES, M. L. A. (2010). Entre as duas revoluções industriais mecânicas e a revolução bioengenharia no campo da educação ambiental crítica. In: *33 Reunião Anual da ANPED*, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: O balanço de uma década. Rio de Janeiro: ANPED.
- SOARES, M. L. A. PETARNELLA, L. (2011). Biopolíticas e biopoder no campo da educação ambiental crítica: o pragmatismo econômico e a dimensão política na crise da racionalidade moderna. In: *34 Reunião Anual da ANPED*, 2011, Natal. Educação e Justiça Social. Rio de Janeiro: ANPED.
- SOLOW, R. (1991). *Palestra no Marine Policy Center do Woods Hole Oceanographic Institution*. Woods Hole, Massachusetts, 14 de jun.
- SOLOW, R. (1974) The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, v. LXIV, n. 2, p. 1-14.
- SOLOW, R. (1993). An almost practical step toward sustainability. *Resources Policy*, v. 19, n. 3, p. 162-172, sept.
- SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. (2000). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In Spink, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- TELLES, R. (2001). A efetividade da matriz de amarração de Mazzon nas pesquisas em administração. *Revista de Administração*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 64 - 72.
- TOLEDO, R. F. (2002). *Educação ambiental em unidades de conservação do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1996). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- TUCKMAN, B. W. (2000). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VEIGA, J. E. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estud. av.*, São Paulo, v. 24, n. 68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de Jun de 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100006>.
- VERGARA, S. C. (2004). *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.
- VIALLI, A. (2012). Declaração do Estado do Planeta. São Paulo: *Folha de São Paulo*, Caderno C9, 30 de março.
- VIEIRA, P. C. (1992). Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. et AL (Orgs). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

APÊNDICES

APÊNDICE 01: Tabela de frequência das disciplinas dos programas (figura 07)

Disciplinas dos programas		
Disciplina	Frequencia	Frequencia (%)
Gestão ambiental	2	2,82
Acompanhamento e avaliação de programas e projetos	1	1,41
Administração e planejamento estratégico	1	1,41
Administração financeira	1	1,41
Administração financeira de longo prazo	1	1,41
Administração pública e estratégia de desenvolvimento	1	1,41
Administração, meio ambiente e desenvolvimento sustentável	1	1,41
Competitividade e estratégia de negócios	1	1,41
Competitividade empresarial	1	1,41
Comportamento do consumidor	1	1,41
Consumo e sustentabilidade	1	1,41
Cultura de consumo e espaço público	1	1,41
Desenvolvimento do turismo sustentável	1	1,41
Desenvolvimento local e regional	1	1,41
Desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental	1	1,41
Dinâmica organizacional	1	1,41
Economia de empresas	1	1,41
Economia e sociedade regional	1	1,41
Empreendedorismo em educação	1	1,41
Estado, mercado e terceiro setor	1	1,41
Estratégia competitiva	1	1,41
Estratégia de inovação tecnológica sustentável	1	1,41
Estratégia, teorias de redes e as perspectiva econômica das organizações	1	1,41
Estratégias empresariais e mudanças climáticas	1	1,41
Estruturas institucionais de apoio à inovação tecnológica	1	1,41
Formação socioambiental, agenda internacional de meio ambiente e desenvolvimento sustentável na américa latina	1	1,41
Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável	1	1,41
Gestão ambiental na organização	1	1,41
Gestão contemporânea das organizações	1	1,41
Gestão contemporânea e da regionalidade	1	1,41
Gestão da cadeia de suprimentos	1	1,41
Gestão de organização e desenvolvimento territorial sustentável	1	1,41
Gestão estratégica	1	1,41
Gestão estratégica em organizações sem fins lucrativos	1	1,41
Gestão estratégica orientada para mercado e competitividade	1	1,41
Gestão para o desenvolvimento sustentável	1	1,41
Gestão social e ambiental	1	1,41
Gestão social e organizações do terceiro setor	1	1,41
Gestão socioambiental empresarial	1	1,41
Globalização e geoestratégia empresarial	1	1,41
Governança corporativa: administração	1	1,41
Governo local e cidadania	1	1,41
Impactos sociais na gestão organizacional	1	1,41
Logística internacional	1	1,41
Marketing de serviços: relação entre empresa e varejo	1	1,41
Meio ambiente, relações internacionais e formalização de políticas de desenvolvimento sustentável	1	1,41
Meio ambiente e desenvolvimento	1	1,41
Metodologia da pesquisa	1	1,41
Metodologia de pesquisa aplicada a administração	1	1,41
Modelagem e gestão de organizações governamentais e programas publicos	1	1,41
Organizações e desenvolvimento sustentável	1	1,41
Organizações sociais e cooperativas	1	1,41
Organizações sustentáveis	1	1,41
Planejamento e gestão do espaço turístico	1	1,41
Planejamento e gestão estratégica de marketing	1	1,41
Planejamento governamental	1	1,41
Política e gestão de meio ambiente	1	1,41
Redes de inovação e arranjos produtivos	1	1,41
Responsabilidade ambiental e social corporativa	1	1,41
Responsabilidade social e governança corporativa	1	1,41
Seminário gerenciando a inovação para o desenvolvimento Sustentável	1	1,41
Seminários	1	1,41
Sistemas de informação: indicadores de controles	1	1,41
Sustentabilidade e gestão estratégica de stakeholders	1	1,41
Sustentabilidade: princípios e estratégias	1	1,41
Teoria das organizações	1	1,41
Teoria do desenvolvimento	1	1,41
Tópicos avançados em estratégia	1	1,41
Tópicos em gestão aplicada a sistemas de produções internacionais	1	1,41
Tópicos especiais: reflexões críticas em administração	1	1,41

APÊNDICE 02: Tabela de frequência da categorização das ementas (figura 08)

Categorização das Ementas disciplinares		
Categorias	Frequencia	Frequencia em (%)
Organizações	18	7,69
Gestão	15	6,41
Estratégia	15	6,41
Sustentabilidade	15	6,41
Desenvolvimento	13	5,56
Ambiental	11	4,70
Administração	8	3,42
Sociais	7	2,99
Empresarial	6	2,56
Competividade	4	1,71
Inovação	4	1,71
Planejamento	4	1,71
Consumo	3	1,28
Corporativa	3	1,28
Governança	3	1,28
Internacional	3	1,28
Público	3	1,28
Regional	3	1,28
Teoria	3	1,28
Tópicos	3	1,28
Aplicada	2	0,85
Contemporânea	2	0,85
Economia	2	0,85
Espaço	2	0,85
Financeira	2	0,85
Local	2	0,85
Marketing	2	0,85
Mercado	2	0,85
Metodologia	2	0,85
Pesquisa	2	0,85
Redes	2	0,85
Responsabilidade	2	0,85
Setor	2	0,85
Socioambiental	2	0,85
Tecnológica	2	0,85
Terceiro	2	0,85
Turismo	2	0,85
Acompanhamento	1	0,43
Agenda	1	0,43
América	1	0,43
Apoio	1	0,43
Arranjos	1	0,43
Avaliação	1	0,43
Avançados	1	0,43

Categorização das Ementas disciplinares		
Categorias	Frequencia	Frequencia em (%)
Cadeia	1	0,43
Cidadania	1	0,43
Climáticas	1	0,43
Comportamento	1	0,43
Controles	1	0,43
Cooperativas	1	0,43
Críticas	1	0,43
Cultura	1	0,43
Dinâmica	1	0,43
Disciplina	1	0,43
Educação	1	0,43
Empreendedorismo	1	0,43
Entre	1	0,43
Especiais	1	0,43
Estado	1	0,43
Estruturas	1	0,43
Formação	1	0,43
Gerenciando	1	0,43
Globalização	1	0,43
Governamental	1	0,43
Impactos	1	0,43
Indicadores	1	0,43
Informação	1	0,43
Institucionais	1	0,43
Latina	1	0,43
Logística	1	0,43
Longo	1	0,43
Lucrativos	1	0,43
Modelagem	1	0,43
Mudanças	1	0,43
Negócios	1	0,43
Orientada	1	0,43
Perspectiva	1	0,43
Política	1	0,43
Prazo	1	0,43
Princípios	1	0,43
Produtivos	1	0,43
Programas	1	0,43
Projetos	1	0,43
Reflexões	1	0,43
Relação	1	0,43
Seminários	1	0,43
Serviços	1	0,43
Sistemas	1	0,43
Sociedade	1	0,43
Stakeholders	1	0,43
Suprimentos	1	0,43
Territorial	1	0,43
Varejo	1	0,43

APÊNDICE 03: Tabela de frequência das linhas de pesquisas dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração (figura 09)

Linhas de pesquisa	Frequencia	Frequencia (%)
Marketing	3	3,80
Estudos organizacionais	2	2,53
Finanças	2	2,53
Gestão e organizações	2	2,53
Organização e mudança	2	2,53
Organizações e sociedade	2	2,53
Administração, análise e tecnologia da informação	1	1,27
Ciências comportamentais e de tomada de decisão	1	1,27
Economia das organizações	1	1,27
Economia, controle e finanças	1	1,27
Empreendedorismo interno	1	1,27
Ensino e aprendizagem em administração	1	1,27
Esa - estudos socioambientais	1	1,27
Eso - estratégias organizacionais	1	1,27
Estratégia	1	1,27
Estratégia e gestão das organizações	1	1,27
Estratégia e inovação	1	1,27
Estratégia em organizações	1	1,27
Estratégia empresarial	1	1,27
Estratégia, finanças e sustentabilidade empresarial – efe	1	1,27
Estratégia, finanças e teoria da decisão	1	1,27
Estratégia, governança e conhecimento	1	1,27
Estratégia, inovação e empreendedorismo	1	1,27
Estratégia	1	1,27
Estratégias de marketing	1	1,27
Estratégias e organizações	1	1,27
Finanças e controle gerencial	1	1,27
Finanças e desenvolvimento econômico	1	1,27
Finanças estratégicas	1	1,27
Gestão da informação	1	1,27
Gestão da inovação e sustentabilidade	1	1,27
Gestão da inovação, competitividade e mercado	1	1,27
Gestão de áreas e processos administrativos	1	1,27
Gestão de instituições, finanças e políticas publicas	1	1,27
Gestão de negócios, economia e mercados	1	1,27
Gestão de operações e competitividade	1	1,27
Gestão de organizações públicas, governança e sociedade – gps	1	1,27
Gestão de pessoas	1	1,27
Gestão de redes organizacionais	1	1,27
Gestão de tecnologia, inovação e competitividade	1	1,27
Gestão e inovação organizacional	1	1,27
Gestão estratégica da informação e do conhecimento	1	1,27

Linhas de pesquisa	Frequencia	Frequencia (%)
Gestão estratégica, marketing e inovação	1	1,27
Gestão financeira e controladoria	1	1,27
Gestão humana e social nas organizações	1	1,27
Gestão para o desenvolvimento da regionalidade	1	1,27
Gestão socioambiental e da saúde	1	1,27
Governo e sociedade civil em contexto subnacional	1	1,27
Governo, políticas públicas e desenvolvimento – gpd	1	1,27
Inovação e gestão tecnológica	1	1,27
Inovação e novos negócios	1	1,27
Inovação e sustentabilidade na gestão pública (mp)	1	1,27
Inovação	1	1,27
Instituições, políticas e governo	1	1,27
Internacionalização de empresas	1	1,27
Marketing e negócios internacionais+	1	1,27
Marketing, empreendedorismo e tecnologia da informação – mti	1	1,27
Mercado e geração de valor	1	1,27
Operações, tecnologia e logística	1	1,27
Organização, cultura e sociedade – ocs.	1	1,27
Organizações	1	1,27
Organizações, comportamento e tecnologia da informação	1	1,27
Organizações, estratégia e sistemas de informação	1	1,27
Organizações, gestão e sociedade	1	1,27
Organizações, sociedade e desenvolvimento	1	1,27
Pgi - processos de gestão internacional	1	1,27
Planejamento e gestão do espaço turístico	1	1,27
Poderes locais, organização e gestão	1	1,27
Políticas públicas, governança e gestão social	1	1,27
Processos estratégicos	1	1,27
Produção e desenvolvimento	1	1,27
Recursos e desenvolvimento empresarial	1	1,27
Relações de poder e dinâmica das organizações	1	1,27
Relações e gestão socioambientais e interorganizacionais	1	1,27
Responsabilidade socioambiental	1	1,27
Sistemas de gestão e estruturas (mp)	1	1,27
Sistemas, estruturas e pessoas	1	1,27
Tecnologias de gestão e competitividade.	1	1,27
Transformações do estado e políticas públicas	1	1,27

APÊNDICE 04: Tabela de frequência da categorização das linhas de pesquisas (figura 10)

Categorização das linhas de pesquisa		
Categoria	Frequencia	Frequencia (%)
Organização	31	13,19
Estratégia	29	12,34
Inovação	16	6,81
Finanças	14	5,96
Sustentabilidade	9	3,83
Tecnologia	7	2,98
Informação	6	2,55
Públicas	6	2,55
Sociedade	6	2,55
Marketing	5	2,13
Políticas	5	2,13
Competitividade	4	1,70
Economia	4	1,70
Empresarial	4	1,70
Internacionais	4	1,70
Socioambientais	4	1,70
Administração	3	1,28
Empreendedorismo	3	1,28
Governança	3	1,28
Governo	3	1,28
Mercado	3	1,28
Negócios	3	1,28
Processos	3	1,28
Sistemas	3	1,28
Comportamentais	2	0,85
Conhecimento	2	0,85
Controle	2	0,85
Decisão	2	0,85
Estruturas	2	0,85
Estudos	2	0,85
Instituições	2	0,85
Operações	2	0,85
Pessoas	2	0,85
Poder	2	0,85
Relações	2	0,85
Social	2	0,85
Análise	1	0,43
Aprendizagem	1	0,43
Áreas	1	0,43
Ciências	1	0,43
Civil	1	0,43
Contexto	1	0,43

Categorização das linhas de pesquisa		
Categoria	Frequencia	Frequencia (%)
Controladoria	1	0,43
Cultura	1	0,43
Dinâmica	1	0,43
Ensino	1	0,43
Espaço	1	0,43
Estado	1	0,43
Geração	1	0,43
Gerencial	1	0,43
Humana	1	0,43
Interno	1	0,43
Interorganizacionais	1	0,43
Locais	1	0,43
Logística	1	0,43
Mudança	1	0,43
Novos	1	0,43
Planejamento	1	0,43
Produção	1	0,43
Recursos	1	0,43
Redes	1	0,43
Regionalidade	1	0,43
Responsabilidade	1	0,43
Saúde	1	0,43
Subnacional	1	0,43
Teoria	1	0,43
Tomada	1	0,43
Transformações	1	0,43
Turístico	1	0,43
Valor	1	0,43

APÊNDICE 05: Tabela de frequência dos grupos de pesquisa analisados (figura 11)

Grupos de pesquisas dos programas analisados		
Grupos de pesquisas	Frequencia	Frequencia (%)
Administração estratégica	2	1,31
Comportamento do consumidor	2	1,31
Desenvolvimento e competitividade organizacional	2	1,31
Internacionalização de empresas	2	1,31
A cooperação entre universidades e empresas no brasil à luz dos novos conceitos de inovação aberta	1	0,65
Administração de pequenas organizações e empreendedorismo	1	0,65
Ambientes competitivos	1	0,65
Análise e decisões de investimento	1	0,65
Aprendizagem em ambientes de redes	1	0,65
Aprendizagem formal e informal	1	0,65
Aprendizagem individual, nos grupos de trabalho e nas organizações	1	0,65
Arranjos produtivos e clusters	1	0,65
Ativos estratégicos de conhecimento organizacional	1	0,65
Avaliação de empresas e ativos	1	0,65
Avaliação de marcas no contexto do comportamento do consumidor	1	0,65
Avaliação de processos logísticos	1	0,65
Câmara de estudos em estratégias das organizações (ceo)	1	0,65
Centro de estudos em hospitalidade, turismo e gastronomia (cht)	1	0,65
Centro de estudos em marketing e pessoas (mkp)	1	0,65
Competitividade empresarial e atratividade setorial	1	0,65
Conhecimento e inovação em redes	1	0,65
Consumo	1	0,65
Controladoria e finanças corporativas	1	0,65
Crescimento corporativo	1	0,65
Criação de conhecimento e comunicação de conhecimento tácito/pessoal e complexo para estratégia e inovação, sense-making, knowing, inteligência estratégica, practice-based studies	1	0,65
Cultura e clima organizacional	1	0,65
Cultura organizacional	1	0,65
Decisão estratégica organizacional	1	0,65
Decisões de financiamento	1	0,65
Desenvolvimento de competências	1	0,65
Dignidade organizacional	1	0,65
Diversidade e liderança	1	0,65
Educação e responsabilidade socioambiental	1	0,65
Educação, gestão educacional e regionalidade	1	0,65
Empreendedorismo e estratégia em empresas de pequeno porte (3es2ps)	1	0,65
Empreendedorismo e orientação empreendedora em organizações;	1	0,65
Empreendedorismo internacional e gestão	1	0,65
Ensino-aprendizagem e pesquisa em administração: estudo observacional com análises filmicas	1	0,65
Ensino-aprendizagem e pesquisa em administração: estudo observacional	1	0,65

Grupos de pesquisas dos programas analisados		
Grupos de pesquisas	Frequencia	Frequencia (%)
Estratégia de gestão de pessoas voltada à alta gestão;	1	0,65
Estratégia e inovação	1	0,65
Estratégia e relações interorganizacionais	1	0,65
Estratégia em projetos educacionais	1	0,65
Estratégia na governança corporativa;	1	0,65
Estratégias de marketing de setores específicos;	1	0,65
Estratégias de marketing e comportamento do consumidor	1	0,65
Estratégias e negócios internacionais, clusters e redes, dinâmicas empreendedoras e gestão	1	0,65
Estratégias e organizações	1	0,65
Estratégias e políticas de gestão	1	0,65
Estruturas de redes	1	0,65
Estudos dos processos de decisão de compra;	1	0,65
Estudos organizacionais	1	0,65
Fatores condicionantes para prática da gestão por processos;	1	0,65
Finanças	1	0,65
Finanças comportamentais	1	0,65
Finanças das organizações	1	0,65
Finanças empíricas	1	0,65
Formação de recursos humanos em inovação;	1	0,65
Formação e evolução dos modelos de gestão e estratégias em organizações e redes	1	0,65
Fusões e aquisições	1	0,65
Gerenciamento de ti e estratégia corporativa;	1	0,65
Gestão ambiental	1	0,65
Gestão da capacidade dinâmica das organizações	1	0,65
Gestão da diversidade nas organizações	1	0,65
Gestão da inovação tecnológica;	1	0,65
Gestão de conhecimento, tecnologia e inovação	1	0,65
Gestão de informação e inovação	1	0,65
Gestão de políticas e ações regionais	1	0,65
Gestão de riscos	1	0,65
Gestão de serviços de saúde	1	0,65
Gestão do conhecimento e da inovação	1	0,65
Gestão do conhecimento interorganizacional	1	0,65
Gestão e avaliação de ativos intangíveis	1	0,65
Gestão e desenvolvimento de pessoas	1	0,65
Gestão e governança de tecnologia da informação	1	0,65
Gestão e políticas públicas	1	0,65
Gestão estratégica de logística e da cadeia de suprimentos	1	0,65
Gestão estratégica de pessoas e comprometimento organizacional;	1	0,65
Gestão estratégica de recursos	1	0,65
Gestão institucional e políticas públicas	1	0,65
Gestão organizacional e responsabilidade socioambiental	1	0,65
Gestão para o desenvolvimento sustentável	1	0,65

Grupos de pesquisas dos programas analisados		
Grupos de pesquisas	Frequencia	Frequencia (%)
Governança das organizações	1	0,65
Governança corporativa	1	0,65
Grupo de estudos do consumidor	1	0,65
Grupo de estudos e pesquisas em estratégia e inovação (gepei)	1	0,65
Grupo de estudos e pesquisas em inovação, tecnologia e consumo (gitec)	1	0,65
Grupo de estudos em comportamento organizacional e métodos de pesquisa - gecomp	1	0,65
Grupo de estudos em marketing - gema	1	0,65
Grupo de estudos sobre estratégia e performance - geep	1	0,65
Grupo de estudos sobre inovações organizacionais (innovar)	1	0,65
Grupo de pesquisa em gestão de marketing – gpgem	1	0,65
Grupo de pesquisa em gestão e de tecnologia e empreendedorismo	1	0,65
Grupo de pesquisa em tecnologia de informação e estratégia empresarial	1	0,65
Grupo de pesquisa em tomada de decisão	1	0,65
Grupo de pesquisas aeroespaciais	1	0,65
Grupo de pesquisas em marketing estratégico	1	0,65
Grupo de pesquisas em relações interorganizacionais e competitividade sistêmica	1	0,65
Grupo de relações organizacionais e estratégia - proforme	1	0,65
Grupo interdisciplinar de pesquisas e estudos em sustentabilidade. (gipes)	1	0,65
Impactos econômico-financeiros em redes	1	0,65
Indicadores de inovação e sustentabilidade;	1	0,65
Inovação e desenvolvimento de mercados	1	0,65
Inovação e modelos de negócio;	1	0,65
Inteligência tecnológica e inovação aberta.	1	0,65
Internacionalização de empresas brasileiras e o foco na inovação tecnológica e	1	0,65
Liderança, cultura e poder nas organizações;	1	0,65
Logística e cadeia de suprimentos	1	0,65
Logística, infraestrutura e gestão	1	0,65
Macromarketing	1	0,65
Marcas e consumo	1	0,65
Marketing	1	0,65
Marketing de serviços e industrial	1	0,65
Marketing esportivo	1	0,65
Marketing social corporativo	1	0,65
Marketing e comportamento do consumidor	1	0,65
Mercado de derivativos agropecuários e ações	1	0,65
Mercado e sistemas agroindustriais	1	0,65
Modelos e indicadores em gestão de pessoas	1	0,65
Modelos matemáticos voltados para redes	1	0,65
Mudança organizacional	1	0,65
Núcleo de estudos avançados em comunicação empresarial – nave	1	0,65
Núcleo de estudos e pesquisas em sistemas de informação (nepsi)	1	0,65
Núcleo de estudos em finanças e investimentos (nefi)	1	0,65
Núcleo de pesquisa em administração pública e regulação - napr	1	0,65

Grupos de pesquisas dos programas analisados		
Grupos de pesquisas	Frequencia	Frequencia (%)
Núcleo de pesquisa em estudos organizacionais e tecnologia de gestão – neoteg	1	0,65
Núcleo de pesquisa em gestão e planejamento estratégico – g&p	1	0,65
Núcleo de pesquisa em tecnologias de gestão - nuteg	1	0,65
Núcleo de pesquisas em gestão da educação, aprendizagem organizacional e inovação - gedai	1	0,65
núcleo interdisciplinar de estudos sobre capital social (niecs)	1	0,65
Observatório da realidade organizacional (observatório)	1	0,65
Organização industrial e internacionalização de empresas	1	0,65
Organizações do terceiro setor	1	0,65
Organizações, desenvolvimento e poderes locais e globais	1	0,65
Parcerias público-privadas	1	0,65
Políticas intergovernamentais	1	0,65
Pró-administração - os desafios de ensino de inovação e sustentabilidade no brasil: avaliação e proposição de ações para a capacitação docente;	1	0,65
Processos de regionalização de serviços	1	0,65
Processos decisórios	1	0,65
Remuneração, treinamento e desenvolvimento	1	0,65
Sistemas de informação	1	0,65
Sistemas de inovação para a regionalidade	1	0,65
Stakeholders, cocriação de valor e cenários;	1	0,65
Sustentabilidade e negócios com impacto social	1	0,65
Teoria de finanças	1	0,65
Teoria dos recursos, narrativas e estratégia empresarial.	1	0,65
Uso estratégico da internet nos negócios.	1	0,65
Valores humanos e relações com stakeholders	1	0,65
Valores humanos, resultados e desempenho organizacional	1	0,65

APÊNDICE 06: Tabela de frequência da categorização dos grupos de pesquisas (figura 12)

Categorização dos grupos		
Categoria	Frequência	Frequencia (%)
Organização	42	7,68
Estratégia	40	7,31
Inovação	21	3,84
Gestão	17	3,11
Grupo	17	3,11
Marketing	16	2,93
Tecnologia	15	2,74
Finanças	10	1,83
Redes	9	1,65
Pessoas	9	1,65
Consumidor	8	1,46
Administração	8	1,46
Públicas	8	1,46
Conhecimento	7	1,28
Desenvolvimento	7	1,28
Empreendedorismo	7	1,28
Aprendizagem	7	1,28
Sustentabilidade	7	1,28
Políticas	7	1,28
Comportamento	6	1,10
Corporativa	6	1,10
Empresas	6	1,10
Avaliação	5	0,91
Educação	5	0,91
Informação	5	0,91
Processos	5	0,91
Competitividade	4	0,73
Empresarial	4	0,73
Governança	4	0,73
Logística	4	0,73
Modelos	4	0,73
Relações	4	0,73
Sistemas	4	0,73
Ambiental	3	0,55
Ativos	3	0,55
Cultura	3	0,55
Decisão	3	0,55
Decisões	3	0,55
Ensino	3	0,55
Humanos	3	0,55
Internacionalização	3	0,55
Negócios	3	0,55
Recursos	3	0,55
Regionalidade	3	0,55

Categorização dos grupos		
Categoria	Frequência	Frequencia (%)
Sobre	3	0,55
Social	3	0,55
Valor	3	0,55
Aberta	2	0,37
Análise	2	0,37
Brasil	2	0,37
Cadeia	2	0,37
Centro	2	0,37
Clusters	2	0,37
Comunicação	2	0,37
Dinâmica	2	0,37
Diversidade	2	0,37
Formação	2	0,37
Impacto	2	0,37
Indicadores	2	0,37
Industrial	2	0,37
Inteligência	2	0,37
Interdisciplinar	2	0,37
Internacionais	2	0,37
Interorganizacionais	2	0,37
Investimento	2	0,37
Liderança	2	0,37
Marcas	2	0,37
Mercado	2	0,37
Observacional	2	0,37
Observatório	2	0,37
Pequenas	2	0,37
Responsabilidade	2	0,37
Socioambiental	2	0,37
Stakeholders	2	0,37
Suprimentos	2	0,37
Teoria	2	0,37
Aeroespaciais	2	0,37
Agroindustriais	2	0,37
Agropecuários	1	0,18
Aquisições	1	0,18
Arranjos	1	0,18
Atratividade	1	0,18
Avançados	1	0,18
Based	1	0,18
Brasileiras	1	0,18
Câmara	1	0,18
Capacidade	1	0,18
Capacitação	1	0,18

Categorização dos grupos		
Categoria	Frequência	Frequencia (%)
Clima	1	0,18
Cocriação	1	0,18
Competências	1	0,18
Complexo	1	0,18
Compra	1	0,18
Comprometimento	1	0,18
Conceitos	1	0,18
Condicionantes	1	0,18
Contexto	1	0,18
Controladoria	1	0,18
Cooperação	1	0,18
Crescimento	1	0,18
Criação	1	0,18
Derivativos	1	0,18
Desafios	1	0,18
Desempenho	1	0,18
Dignidade	1	0,18
Docente	1	0,18
Econômico	1	0,18
Empíricas	1	0,18
Entre	1	0,18
Específicos	1	0,18
Esportivo	1	0,18
Estruturas	1	0,18
Evolução	1	0,18
Fatores	1	0,18
Fílmicas	1	0,18
Financeiros	1	0,18
Financiamento	1	0,18
Formal	1	0,18
Fusões	1	0,18
Gastronomia	1	0,18
Gecomp	1	0,18
Gedai	1	0,18
Gepei	1	0,18
Gerenciamento	1	0,18
Gipes	1	0,18
Gitec	1	0,18
Globais	1	0,18
Gpgem	1	0,18
Hospitalidade	1	0,18
Individual	1	0,18
Informal	1	0,18
Infraestrutura	1	0,18

Categorização dos grupos		
Categoria	Frequência	Frequencia (%)
Intercultural	1	0,18
Intergovernamentais	1	0,18
Internet	1	0,18
Interorganizacional	1	0,18
Knowing	1	0,18
Locais	1	0,18
Macromarketing	1	0,18
Making	1	0,18
Matemáticos	1	0,18
Mercados	1	0,18
Métodos	1	0,18
Mudança	1	0,18
Narrativas	1	0,18
Negócio	1	0,18
Neoteg	1	0,18
Nepsi	1	0,18
Niecs	1	0,18
Novos	1	0,18
Nuteg	1	0,18
Orientação	1	0,18
Parcerias	1	0,18
Performance	1	0,18
Planejamento	1	0,18
Poder	1	0,18
Poderes	1	0,18
Porte	1	0,18
Practice	1	0,18
Prática	1	0,18
Privadas	1	0,18
Produtivos	1	0,18
Proforme	1	0,18
Projetos	1	0,18
Proposição	1	0,18
Realidade	1	0,18
Regionais	1	0,18
Regulação	1	0,18
Remuneração	1	0,18
Resultados	1	0,18
Riscos	1	0,18
Saúde	1	0,18
Sense	1	0,18
Sistêmica	1	0,18
Studies	1	0,18
Tácito	1	0,18

Categorização dos grupos		
Categoria	Frequência	Frequencia (%)
Trabalho	1	0,18
Treinamento	1	0,18
Turismo	1	0,18
Universidades	1	0,18
Voltada	1	0,18

APÊNDICE 07: Tabela de frequência da categorização dos referenciais das ementas (figura 13)

Categorização dos referenciais das ementas		
Referencial	Frequencia	Frequencia (%)
PORTER	71	1,93
MINTZBERG	37	1
GUIMARÃES	32	0,87
ANDRADE	26	0,71
CAVALCANTI	25	0,68
SACHS	24	0,65
OLIVEIRA	21	0,57
SANTOS	20	0,54
SALAMON	19	0,52
FISCHER	17	0,46
MORIN	17	0,46
ALMEIDA	16	0,43
FERREIRA	16	0,43
KAPLAN	16	0,43
BRASIL	15	0,41
BARBIERI	14	0,38
MINISTÉRIODOMEIOAMBIENTE	14	0,38
BARNEY	13	0,35
FURTADO	13	0,35
PRAHALAD	13	0,35
SILVA	13	0,35
SOUZA	13	0,35
VIEIRA	13	0,35
CNUMAD	12	0,33
DEJOURS	12	0,33
DRUCKER	12	0,33
FERNANDES	12	0,33
PEREIRA	12	0,33
WEBER	12	0,33
BECKER	11	0,3
ANSOFF	10	0,27
BURSZTYN	10	0,27
CARVALHO	10	0,27
CASTELLS	10	0,27
HABERMAS	10	0,27
PEARCE	10	0,27
RIBEIRO	10	0,27
WILLIAMSON	10	0,27
* Foram descartadas as referências cuja frequência foi inferior a 0,25		

APÊNDICE 08: Tabela de frequência das disciplinas ministradas pelos especialistas (figura 14)

Disciplinas ministradas pelos especialistas		
Nome da disciplina	Frequencia	Frequencia (%)
Educação ambiental	2	2,67
Epistemologia fundamental	2	2,67
Metodologia da pesquisa	2	2,67
A escola pública no brasil	1	1,33
Cadeia de suprimentos verdes e avaliação ambiental	1	1,33
Certificação ambiental	1	1,33
Contabilidade gerencial e formação de preços	1	1,33
Cotidiano escolar	1	1,33
Desenvolvimento de competência	1	1,33
Desenvolvimento e sustentabilidade	1	1,33
Ecologia política - eicos/ufrj	1	1,33
Economia da inovação e do conhecimento	1	1,33
Educação ambiental e práticas educativas	1	1,33
Educação e meio ambiente	1	1,33
Educação para a sustentabilidade	1	1,33
Estudo das cadeias produtivas sustentável	1	1,33
Ética e responsabilidade socioambiental	1	1,33
Fundamentos da educação ambiental	1	1,33
Gerenciamento de resíduos	1	1,33
Gestão da inovação	1	1,33
Gestão da sustentabilidade nas organizações	1	1,33
Gestão de inovação tecnológica	1	1,33
Gestão de projetos público privado	1	1,33
Gestão do marketing verde	1	1,33
Gestão estratégica de negócios internacionais	1	1,33
Gestão estratégica de organizações públicas	1	1,33
Gestão para o desenvolvimento sustentável	1	1,33
Gestão por competências	1	1,33
Gestão social	1	1,33
Gestão social empresarial	1	1,33
Gestão sócio-econômico ambiental	1	1,33
Gestão do agronegocio	1	1,33
Governança na agricultura familiar	1	1,33
Imunologia	1	1,33
Indicadores de sustentabilidade	1	1,33
Indicadores de sustentabilidade para gestão ambiental integrada	1	1,33
Informação e conhecimento nas organizações	1	1,33
Inovação e desenvolvimento sustentável	1	1,33
Inovação e tecnologia	1	1,33
Instrumentos de planejamento ambiental	1	1,33
Legislação, políticas públicas e conflitos ambientais	1	1,33
Liderança e mudança organizacional	1	1,33
Meio ambiente e sociedade	1	1,33
Meio ambiente, desenvolvimento e sociedade	1	1,33

Disciplinas ministradas pelos especialistas		
Nome da disciplina	Frequencia	Frequencia (%)
Metodologia I	1	1,33
Metodologia II	1	1,33
Métodos qualitativos de pesquisa em administração	1	1,33
Organizações, sociedade e meio ambiente	1	1,33
Perícia ambiental	1	1,33
Pesquisa e didática no ensino da administração	1	1,33
Pesquisa em educação	1	1,33
Pesquisa, desenvolvimento e inovações	1	1,33
Planejamento estratégico e financeiro	1	1,33
Política ambiental	1	1,33
Política de inovação tecnológica	1	1,33
Políticas e práticas de educação ambiental	1	1,33
Poluição do solo	1	1,33
Prática em pesquisa aplicada	1	1,33
Responsabilidade social e governança	1	1,33
Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade	1	1,33
Saúde e sustentabilidade	1	1,33
Seminário de dissertação	1	1,33
Seminários em inovação e sustentabilidade	1	1,33
Seminários interdisciplinares em desenvolvimento regional i e ii	1	1,33
Sociedade, meio ambiente e desenvolvimento	1	1,33
Sustentabilidade agropecuária	1	1,33
Teoria crítica em estudos organizacionais	1	1,33
Teoria das organizações	1	1,33
Teorias administrativas	1	1,33
Teorias das organizações i	1	1,33

APÊNDICE 09: Tabela de frequência das disciplinas específicas ministradas pelos especialistas (figura 15)

Disciplinas ministradas pelos especialistas		
Nome da disciplina	Frequencia	Frequencia (%)
Gestão	18	24,00
Sustentabilidade	18	24,00
Educação	10	13,33
Metodologia	8	10,67
Meio Ambiente	7	9,33
Política	6	8,00
Teoria organizacional	4	5,33
Contabilidade gerencial e formação de preços	1	1,33
Economia	1	1,33
Imunologia	1	1,33
Inovação	1	1,33

APÊNDICE 10: Tabela de frequência dos referenciais utilizados pelos especialistas (figura 16)

Referenciais utilizados pelos respondentes		
Referencia	Frequencia	Frequencia (%)
FREIRE- P.	5	3,16
MARCONI M A E LAKATOS- E	4	2,53
NORTH- D	4	2,53
FOUCAULT- M.	3	1,90
LOUREIRO- C.F.B.	3	1,90
SACHS- I	3	1,90
DOOYEWEERD- H	2	1,27
HAWKEN- P.- LOVIS- A. E LOVIS H.	2	1,27
JACOBI- P.	2	1,27
LEFF- H	2	1,27
LEVÉSQUE- B	2	1,27
LÓPEZ- M V; GARCIA- A RODRIGUEZ- L	2	1,27
MACKEY- A; MACKEY- T; BARNEY- J B	2	1,27
MANZINI- E; VEZZOLLI- C	2	1,27
MARICATTO- E	2	1,27
MAXIAMIANO- A.	2	1,27
MEADOWS- D	2	1,27
MEBRATU- D	2	1,27
MORGAN- G.	2	1,27
MORIN- E.	2	1,27
MOTTA- F.C.P.-VASCONCELOS-I.F.G.	2	1,27
MOURA- L.	2	1,27
NAGLE- THOMAS T- HOGAN- JOHN E	2	1,27
NASCIMENTO- L F	2	1,27
NAVARRO- Z (ED)-	2	1,27
NONAKA- I; KONNO- N	2	1,27
NONAKA- I; TAKEUCHI- H	2	1,27
PAES-D.P.	2	1,27
PARTIDÁRIO- M R	2	1,27
PORTER E KRAMER	2	1,27
RENWICK- A ; ISLAM- M ; THOMSON- S	2	1,27
ROGER SIMNETT- R; ANN VANSTRAELEN- A; CHUA- W F	2	1,27
SCHREIBER- G	2	1,27
VEIGA- J.E.	2	1,27
WILBER- K	2	1,27
LAYRARGUES- P P	2	1,27
LEONE- G.	2	1,27
MACEDO- R.S.	2	1,27
ACSELRAD-H	1	0,63
ALTVATER- ELMAR	1	0,63
BECK- ULRICH	1	0,63
BRASIL	1	0,63
CARVALHO- M M; RABECHINI JUNIOR- R	1	0,63
CERVO- A L ; BERVIAN- P A; DA SILVA- R	1	0,63

Referenciais utilizados pelos respondentes		
Referencia	Frequencia	Frequencia (%)
CHEETHAM- G; CHIVERS- G	1	0,63
COLLIS- J ; HUSSEY- R	1	0,63
COMMITTEE ON TWENTY-FIRST CENTURY SYSTEMS AGRICULTURE	1	0,63
COOPER- D R; SCHINDLER- P S	1	0,63
CRUZ- M V G DA* A M S W A C D E A	1	0,63
DAHLSTROM- ROBERT	1	0,63
DALAL-CLAYTON- B; BASS-	1	0,63
DE BESSA ANTUNES- P	1	0,63
DOLAN- ROBERT- SIMON- HERMANN	1	0,63
DUNNING- JOHANSONN E VAHLNE	1	0,63
DYLICK- T; HOCKERTS- K	1	0,63
EGRI- CAROLYN P* PIENFIELD- LAWRENCE T	1	0,63
EPSTEIN- MJ- ROY- M- J	1	0,63
FILMER- P.- JENKS- C.- SEALE- C. AND WALSH- D.	1	0,63
FISCHER	1	0,63
FOLADORI- G	1	0,63
FOSTER- J B	1	0,63
GABZDYLOVA- B; RAFFENSBERGER- J F; CASTKA- P	1	0,63
GADOTTI- M.	1	0,63
GAMBOA- S.S.	1	0,63
GIDO- J; CLEMENTS;	1	0,63
GLEGG- S R; HARDY- C-- NORD- W R;	1	0,63
GOLDEMBERG- J	1	0,63
GRÜN- M	1	0,63
GUERREIRO R.	1	0,63
GUEVARA- A.- ET AL	1	0,63
GUIMARÃES- M.A.	1	0,63
HABERMAS- J	1	0,63
HAHN- TOBIAS ET AL	1	0,63
HARDI P- ZDAN T	1	0,63
HART- S L; MILSTEIN- M B	1	0,63
HARVEY- D.	1	0,63
HEMMELSKAMP- J; RENNINGS- K; LEONE- F (EDS)	1	0,63
HODGE RA- HARDI P- BELL DVJ S	1	0,63
HOPWOOD- B; MELLOR- M; O'BRIEN- G	1	0,63
HORNGREN- C.- FOSTER- G- DATAR- S.	1	0,63
JOHANSONN	1	0,63
KATES RW- PARRIS TM- LEISEROWITZ AA	1	0,63
KLIKSBERG- B.	1	0,63
KRUGLIANSKAS- I	1	0,63
LEIN- J K	1	0,63
LOUREIRO- C.F.B.	1	0,63
MARX- KARL	1	0,63
MONTIBELLER- F G	1	0,63

Referenciais utilizados pelos respondentes		
Referencia	Frequencia	Frequencia (%)
PAPINI- S.	1	0,63
PHILIPPI- D	1	0,63
RAUFLET- E.	1	0,63
RUTH- D	1	0,63
SANDBERG- J	1	0,63
SAVIANI- D	1	0,63
SBRAGIA- R; STAL- E	1	0,63
SCHUMACHER- E F	1	0,63
SHRIVASTAWA- P	1	0,63
SILVA- L F	1	0,63
SILVA- LC	1	0,63
TENÓRIO	1	0,63
THÉRIVEL- R AND PARTIDÁRIO- M R-	1	0,63
THIOLLENT	1	0,63
UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT	1	0,63
VAHLNE	1	0,63
VAN BELLEN- HM	1	0,63
VAN MARREWIJK- M.	1	0,63
WADDOCK	1	0,63
WILLIAMSON- O	1	0,63
YOUNG-W* TILLEY-F.	1	0,63
ZADEK- S.	1	0,63

APÊNDICE 11: Tabela de frequência dos referenciais utilizados pelos especialistas nas disciplinas específicas (figura 17)

Referenciais específicos utilizados pelos especialistas		
Referenciais utilizados	Frequencia	Frequencia (%)
NONAKA- I; KONNO- N	2	4,26
NORTH- D	2	4,26
ALIGLERI L.eALIGLERI L.A.e KRUKLIANSKAS I	1	2,13
ACSELRAD-H	1	2,13
ALMEIDA J.R.	1	2,13
ALTVATER- ELMAR	1	2,13
BARBIERI J.C.	1	2,13
BECK- ULRICH	1	2,13
BOSEL H.	1	2,13
BRASIL	1	2,13
CAJAZEIRA J.E.R.	1	2,13
CALDAS M.P.Ebertero C.O.	1	2,13
CAMPOS L.M.S.eLERÍPIO A.A.	1	2,13
CÂNDIDO G.A.	1	2,13
CARVALHO- M M; RABECHINI JUNIOR- R	1	2,13
COMMITTEE ON TWENTY-FIRST CENTURY SYSTEMS AGRICULTURE	1	2,13
DALAL-CLAYTON- B; BASS-	1	2,13
EGRI- CAROLYN P* PIENFIELD- LAWRENCE T	1	2,13
EPSTEIN- M J- ROY- M- J	1	2,13
FILMER- P.- JENKS- C.- SEALE- C. AND WALSH- D.	1	2,13
GIDO- J; CLEMENTS;	1	2,13
GLEGG- S R; HARDY- C- NORD- W R;	1	2,13
GUEVARA- A.- ET AL	1	2,13
HARDI P- ZDAN T	1	2,13
HART- S L; MILSTEIN- M B	1	2,13
HAWKEN- P.- LOVIS- A. E LOVIS H.	1	2,13
HODGE RA- HARDI P- BELL DVJ S	1	2,13
KATES RW- PARRIS TM- LEISEROWITZ AA	1	2,13
KLIKSBERG- B.	1	2,13
MANZINI- E; VEZZOLLI- C	1	2,13
MAXIAMIANO- A.	1	2,13
MEADOWS- D	1	2,13
MONTIBELLER- F G	1	2,13
MORGAN- G.	1	2,13
MOTTA- F.C.P.-VASCONCELOS-I.F.G.	1	2,13
MOURA- L.	1	2,13
NAVARRO- Z (ED)-	1	2,13
PAPINI- S.	1	2,13
PHILIPPI- D	1	2,13
RENWICK- A ; ISLAM- M ; THOMSON- S	1	2,13
SILVA- L F	1	2,13
UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT	1	2,13
VAN BELLEN- HM	1	2,13
VEIGA- J.E.	1	2,13
WILLIAMSON- O	1	2,13

APÊNDICE 12: Tabela de frequência das técnicas de ensino utilizadas pelos especialistas (figura 18)

Técnicas de ensino utilizadas pelos respondentes		
Técnica de ensino	Frequencia	Frequencia (%)
Seminários	35	28,0
Aulas expositivas	30	24,0
Aulas dialogadas	15	12,0
Videos	8	6,4
Debates	5	4,0
Estudo de caso	4	3,2
Leitura de autores clássicos e contemporâneos	4	3,2
Discussão de textos	2	1,6
Análise bibliométrica	1	0,8
Apresentação dos Alunos	1	0,8
Artigos	1	0,8
Aulas participativas	1	0,8
Aulas práticas	1	0,8
Diálogo entre arte e ciência	1	0,8
Dinâmicas de Grupo	1	0,8
Dinâmicas de Leitura	1	0,8
Discussão em sala	1	0,8
Dramatização	1	0,8
Ensino baseado em problemas	1	0,8
Estudos culturais	1	0,8
exercícios	1	0,8
Imersão vivencial	1	0,8
Jogos	1	0,8
Oficinas	1	0,8
Palestras	1	0,8
pesquisas	1	0,8
Resolução de problemas	1	0,8
Roda de conversa	1	0,8
Trabalhos em grupos	1	0,8
Trabalhos práticos	1	0,8

APÊNDICE 13: Tabela de frequência das técnicas de avaliação utilizadas pelos especialistas (figura 19)

Técnicas de avaliação utilizadas pelos respondentes		
Técnica de avaliação	Frequência	Frequência (%)
Seminários	18	19,57
Artigo final	17	18,48
Participação em aula	8	8,70
Resenha crítica	8	8,70
Prova escrita	7	7,61
trabalho em grupo	5	5,43
Debates	4	4,35
Trabalho final	4	4,35
Leitura crítica	3	3,26
Nenhum	3	3,26
Projetos	2	2,17
Resolução de problemas	2	2,17
Resumos	2	2,17
Análise bibliométrica	1	1,09
estudo de caso	1	1,09
Exercícios corrigidos	1	1,09
palestras	1	1,09
Participação nos debates	1	1,09
Produção de capítulo de livro	1	1,09
Produção e apresentação de artigos	1	1,09
Resumo de palestras	1	1,09
trabalhos individuais	1	1,09

APÊNDICE 14: Questionário estruturado enviado aos especialistas da área

Prezado Professor

*Pelo fato de liderar um grupo de pesquisa certificado pelo CNPQ que envolve a temática, estamos convidando-o para compor o painel de participantes de uma pesquisa sobre **ensino e sustentabilidade** por acreditarmos que sua atuação e experiência serão de fundamental e valiosa contribuição. Para tanto, estamos encaminhando abaixo um questionário composto por 04 questões abertas e 12 fechadas relacionadas ao tratamento do tema e que poderão ser respondidas no próprio corpo do e-mail e encaminhada aos pesquisadores como resposta à mensagem recebida.*

Aproveitamos a oportunidade para informar que a tabulação da pesquisa será fechada e divulgada de forma agregada. Assim, os respondentes não serão identificados e após a conclusão dos trabalhos, receberão, via e-mail, os resultados obtidos.

Certos de seu aceite, agradecemos sua valiosa contribuição.

*Prof. Dr. Flávio Hourneaux Junior
Orientador*

*Prof. Dr. Leandro Petarnella
Doutorando*

Programa de Mestrado e Doutorado em Administração
Universidade Nove de Julho - UNINOVE

QUESTIONÁRIO

DADOS GERAIS

Nome do Entrevistado: _____

Tempo de titulação na Pós-Graduação Stricto Sensu _____

Área de titulação: _____

Tempo de experiência na Pós-Graduação Stricto Sensu: _____

Tempo de experiência na Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração: _____

Nome do Programa de Pós-Graduação em que atua: _____

Disciplina (s) que leciona na Pós-Graduação Stricto Sensu:

Nome	Nível		
1ª:	()Mestrado	()Mestrado Profissional	()Doutorado
2ª:	()Mestrado	()Mestrado Profissional	()Doutorado
3ª:	()Mestrado	()Mestrado Profissional	()Doutorado

A) Questões abertas:

1. Cite as cinco (05) principais fontes teóricas, por você utilizadas e indicadas aos alunos em sala de aula.

2. O professor utiliza-se de sua produção científica em sala de aula? Caso positivo, quais são as principais produções utilizadas?

3. Quais são as principais técnicas de ensino utilizadas pelo professor em suas aulas (expositiva, seminários etc)?

4. Quais instrumentos avaliativos são utilizados para verificar o conhecimento e o comprometimento dos alunos para com o tema de sustentabilidade?

5. Registre aqui, caso queira, algum comentário que julgar ser necessário:

B) Questões Fechadas

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 a pior avaliação e 5 a melhor avaliação, responda às seguintes questões:

BLOCO 01: PERCEPÇÃO QUANTO AO TEMA

1. Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-Graduação com a sustentabilidade?

1 2 3 4 5

2. Como você avalia a preocupação de seus alunos com a sustentabilidade?

1 2 3 4 5

3. Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade, por parte de seu programa?

1 2 3 4 5

4. Qual é a preocupação que você possui em respeito às questões relacionadas a sustentabilidade?

]1]2]3]4]5

5. Como você avalia o seu entendimento do que venha a ser a sustentabilidade?

]1]2]3]4]5

BLOCO 02: ENSINO

6. Como você avalia a preocupação de seu Programa de Pós-Graduação com a inserção do tema sustentabilidade nas disciplinas ministradas?

]1]2]3]4]5

7. Como você avalia o tratamento dado a sustentabilidade no que diz respeito a abordagem da temática em sala de aula?

]1]2]3]4]5

8. De acordo com a sua percepção, as disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação vêm respondendo às novas demandas do mercado, no que diz respeito à questões ambientais e sociais, de maneira eficiente?

]1]2]3]4]5

9. Como você avalia o entendimento do que venha a ser a sustentabilidade por parte de seus alunos?

]1]2]3]4]5

BLOCO 03: AÇÕES SUSTENTÁVEIS

10. Como você avalia a importância de seu Programa de Pós-Graduação no desenvolvimento e disseminação de atividades sustentáveis?

]1]2]3]4]5

11. De acordo com a sua percepção, seu Programa de Pós-Graduação se esforça para criar nos colaboradores a capacidade de gerar valor sustentável para a sociedade em geral?

]1]2]3]4]5

12. Como você avalia as oportunidades que o seu Programa de Pós-Graduação lhe oferece para desenvolver atividades a partir de ações sustentáveis?

]1]2]3]4]5

Obrigado por sua participação!